

**JOCYARE CRISTINA PEREIRA DE SOUZA**

**Topônimos Mineiros  
e o  
Processo de Ocupação / Exploração / Formação do Estado Nacional**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem,  
da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do  
Título de Doutora em Lingüística .

Orientador: **Prof. Dr. Eduardo Guimarães**

**CAMPINAS  
2009**

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

So89t	Souza, Jocyare. Topônimos mineiros e o processo de ocupação/exploração/formação do Estado Nacional / Jocyare Cristina Pereira de Souza. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.  Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.  1. Semântica do acontecimento. 2. Designação. 3. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 4. Ciclo do ouro. 5. Toponímia - Minas Gerais. I. Guimarães, Eduardo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
	oe/iel

Título em inglês: Toponyms in the State of Minas Gerais and the settling down process/arising of the nation.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Semantics of the event; Designation; Brazil - History - Colonial period, 1500-1822; Gold cicle; Toponymy - Minas Gerais.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (orientador), Profa. Dra. Telma Domingues da Silva, Profa Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo, Profa. Dra. Leila Salomão Jacob Bisinoto e Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira. Suplentes: Profa. Dra. Carmen Zink Suplente, Prof. Dr. Lauro Baldini e Profa. Dra. Cristiane Dias.

Data da defesa: 24/08/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Teima Domingues da Silva

Carolina María Rodríguez Zuccolillo

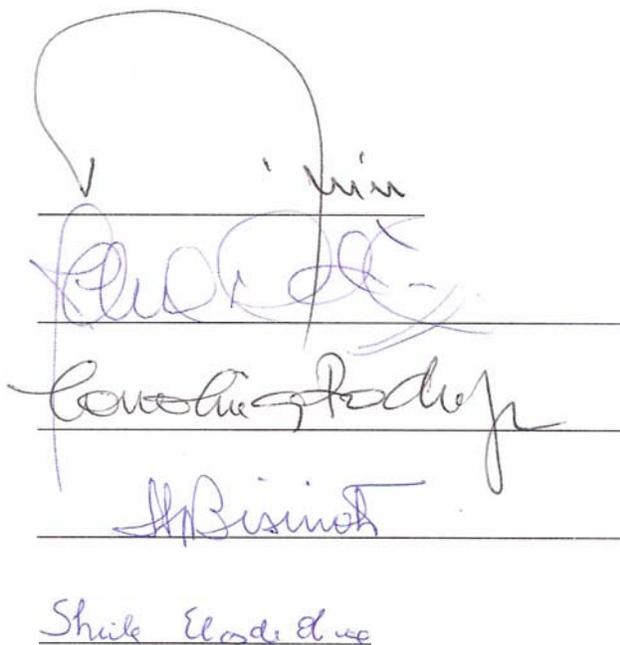
Leila Salomão Jacob Bisinoto

Sheila Elias de Oliveira

Carmen Zink Bolonhini

Lauro José Siqueira Baldini

Cristiane Pereira Dias



The image shows handwritten signatures in blue ink on a white background. The signatures are arranged vertically, each on a horizontal line. From top to bottom: 1. A large, stylized signature that appears to be 'Eduardo Roberto Junqueira Guimarães'. 2. A signature that appears to be 'Teima Domingues da Silva'. 3. A signature that appears to be 'Carolina María Rodríguez Zuccolillo'. 4. A signature that appears to be 'Leila Salomão Jacob Bisinoto'. 5. A signature that appears to be 'Sheila Elias de Oliveira'. The remaining three lines are empty.

IEL/UNICAMP 2009

*Ao professor Dr. Eduardo Guimarães,  
reconhecendo a sua genialidade.*

*a*  
*meus pais, irmãs e sobrinhos,*  
*pelo aconchego constante.*  
*Soninha e Inês,*  
*pela acolhida e amizade que a vida nos presenteou.*  
*Juanito e Faby,*  
*pela acolhida e amizade que a academia nos*  
*presenteou.*  
*Profa Rosângela Couto, Profa Brígida, Rondineli,*  
*pela acolhida e valorização profissional.*

*Nas trilhas da Estrada Real [o Caminho do Sabarabuçu], homens e mulheres de variada ordem buscaram espaços de sobrevivência e de produção de bens e, na busca, construíram vida, memória e história.*

*(complexo Estrada Real)*

## RESUMO

Este trabalho apresenta, considerando a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, os efeitos de sentido da nomeação tomada como um fenômeno histórico. Propõe, assim, uma análise do processo constitutivo que marca o espaço de enunciação das designações das *idades históricas mineiras* que surgiram no Ciclo do Ouro, enfocando o acontecimento enunciativo em sua historicidade. Há, dentro dessa perspectiva, uma relação da língua com um falante que se apresenta como sujeito político e social da enunciação. Assim, ao decidir trabalhar o processo onomástico dos topônimos mineiros que surgiram durante o ‘*ciclo do ouro*’ em Minas Gerais, construindo um dispositivo teórico-metodológico fundamentado na Semântica do Acontecimento, procuramos compreender o processo designativo revelado por uma história que buscamos ler e interpretar, não de qualquer lugar, como um simples relato factual, mas como um processo discursivo, cuja interpretação se deu a partir da construção do próprio *corpus* (topônimos mineiros que surgiram durante o ‘*ciclo do ouro*’ em Minas Gerais) que traz em sua essência princípios fundamentais: a *história* que, sendo memória, constitui os sujeitos e as línguas no acontecimento de linguagem; o *saber* e o *político* que se constituem marcas de um tempo em que os nomes se revelam como processo de uma narrativa que é, antes de tudo, uma prática política em que a construção do espaço enunciativo se dá pelo confronto de sujeitos, saberes, políticas, identidades, silenciamentos, esquecimentos.

**Palavras-chave:** Semântica do Acontecimento. Designação. História. Ciclo do Ouro. Topônimos Mineiros.

## ABSTRACT

The political praxis that legitimates itself through enunciations and language events. It proposes therefore, an analysis of the constitutive process that marks the area where the enunciation of the designations of the historical cities of Minas Gerais, that arose during the Gold Cycle, took place while focusing it in its historical aspect. In this perspective there is a relationship between the language and a speaker that presents itself as a political and social subject of the enunciation. Thus, when we decided to work with the onomastic process of the toponyms that arose during the gold cycle in the state of Minas Gerais, while constructing a methodological – theoretical device based on the “Semantics of the Event”, we have attempted to comprehend the designation process revealed by a history that we tried to read and interpret, not as a mere factual report, but as a discursive process, where interpretation started from its own corpus (toponyms in the state of Minas Gerais that arose during the gold cycle) that bears in its essence, fundamental principles: history that, existing as a memory constitutes the subject and the languages in the language event; the knowledge and the political that become signs of a period of time where the names reveal themselves as a process of a narrative, that is, above all, a political ‘praxis where the construction of the enunciative space takes place by the confrontation of the subjects, knowledges, politics, identities, silences, oblivions.

**Keywords:** Semantics of the Event. Designation. History. Gold Cycle. Toponyms in the state of Minas Gerais.

## LISTA DE ABREVIATURAS

A	<b>Adjetivo</b>
Ap	<b>Adjetivo Pátrio</b>
Adv.	<b>Advérbio</b>
Art.def.	<b>Artigo Definido</b>
∅	<b>Dados não encontrados</b>
La	<b>Locução Adjetiva</b>
LAdv.	<b>Locução Adverbial</b>
LPron.	<b>Locução Pronominal</b>
Nc	<b>Nome Comum</b>
Ncc.	<b>Nome Comum Composto</b>
<i>Nctupi</i>	<b>Nome Comum de Origem Tupi</b>
<i>Ncctupi</i>	<b>Nome Comum Composto de Origem Tupi</b>
Ne	<b>Nome Específico</b>
Ng	<b>Nome Genérico</b>
Ngi	<b>Nome Genérico Implícito</b>
Ngeo	<b>Nome Geopolítico</b>
Np	<b>Nome Próprio</b>
Npc	<b>Nome Próprio Composto</b>
Ppss	<b>Pronome possessivo</b>
Prep.	<b>Preposição</b>
Pt	<b>Pronome de Tratamento</b>
SAdj	<b>Sintagma Adjetivo</b>
SAdv	<b>Sintagma Adverbial</b>
SN	<b>Sintagma Nominal</b>
SNprep.	<b>Sintagma Nominal Preposicionado</b>

## SUMÁRIO

	Introdução	p. 01
1	Capítulo I – Histórico	p. 09
1.1	Cidades Mineiras do Século XVIII: a arte consagra a fé e revela o cotidiano nas vilas barrocas do ouro	p. 10
2	Capítulo II – Considerações de um Quadro Teórico	p. 21
2.1	Lógica e Filosofia da Linguagem: campos que apontam percursos para tratar o nome próprio	p. 21
2.2	Lingüística: a questão do nome próprio se alia aos estudos da significação	p. 35
2.2.1	A Semântica Argumentativa: a argumentação está na língua	p. 36
2.2.2	Análise do Discurso: a questão da constituição do sujeito encontra-se ligada à da constituição do sentido	p. 40
2.2.3	Semântica do Acontecimento: compreender o funcionamento da língua na sua historicidade	p. 43
	Filiações e Dispositivo Teórico	
2.2.3.a	Conceitos teóricos e descritivos	p. 43
2.2.3.b	Os nomes das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro	p. 49
2.3	enquanto objeto específico desta reflexão	p. 52
3	Capítulo III – O <i>Corpus Toponymicus</i>	p. 57
3.1	Constituição do <i>Corpus</i>	p. 64
4.	Capítulo IV – Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: funcionamento Morfossintático e Semântico-enunciativo	p. 87
4.1	Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento morfossintático das nomeações	p. 91
4.2	Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento semântico-enunciativo das nomeações / renomeações	p. 144
	Considerações Finais	p. 169
	Referências Bibliográficas	p. 181

## Introdução

A partir do contato com o dispositivo teórico formulado pela Semântica do Acontecimento, despertei meu interesse pelo processo designativo dos nomes comuns /próprios. Entendi a importância de estudar os processos de designação urbanos e, assim, por meio da formulação de questões sobre as relações sociais urbanas, compreender a questão do nome no processo histórico e social de urbanização. Interessou-me, particularmente, a questão da inclusão e da exclusão de cidadãos, assim como a distribuição de papéis sociais que se encontra atrelada a uma configuração enunciativa que se dá num espaço de disputa regulado pela palavra.

Partimos, pois, do pressuposto de que pensar a nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Segundo Rancière (1994), um nome não classifica, ele identifica. Um nome, nessa concepção teórica, apresenta-se como um recorte do mundo, de forma a construir o sentido da coisa existente, o que torna a cultura um modo diferente de identificar e recortar a realidade. “Num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (Guimarães, 2002, p.27). Não se trata, portanto, de uma relação entre um nome e uma classe de objetos no mundo, mas de um processo histórico de identificação pela construção do sentido que trabalha a constante redivisão do sensível que acompanha o nomear, o referir, o designar.

Dentro dessa perspectiva estaremos, então, tratando a história de ocupação / exploração / formação do Estado de Minas Gerais, quando nos propomos a analisar o processo de designação que caracterizou, descreveu as cidades que se formaram no Ciclo do Ouro, numa relação entre enunciações e acontecimentos de linguagem. Refletir sobre a história do surgimento de Minas Gerais é buscar compreender, de certa forma, a história que está intimamente

ligada ao descobrimento do Brasil, ao domínio da Coroa Portuguesa sobre os territórios conquistados e à descoberta do ouro e dos diamantes.

Levantamento e análise de dados, conforme exposto nos capítulos III e IV, comprovam o desejo do colonizador europeu de dominar o território, extrair dele suas riquezas, assim como implantar sua língua como oficial; assim, sob o ponto de vista da administração colonial, a tentativa de ordenação e controle do território, e da vida das pessoas que nele se fixavam, acontecia na medida em que “os descobertos iam surgindo em todo território, por isto mesmo chamado das ‘minas gerais’. E ao lado deles os arraiais, mais ou menos densos, conforme a maior ou menor abundância de ouro e diamantes” (Costa, 1970, p. 22). Esse momento histórico é marcado por nomes como Santa Bárbara e Santa Luzia que rememoram a forte influência da Igreja Católica e nos remetem ao universo ibérico, no ângulo que lhe era mais sensível, o espiritual; como Mariana e São João Del Rey que enunciam o poder da monarquia absolutista; como Salinas, Ouro Preto e Lavras que rememoram os minerais/metais preciosos e/ou o local de onde eram retirados; como Caeté, Paracatu, Itabira que enunciam a época anterior à colonização que se define pela paisagem natural e pelos primeiros habitantes, os índios, que habitavam, anteriormente, as regiões das lavras e que ali estavam como ‘senhores da terra’; como Itamonte hibridismo tupi-português que enuncia o contato de tribos tupi-guarani com o colonizador português que começa a se apropriar das terras, iniciando o povoamento que se deu no período colonial; como Passa Quatro e Pouso Alto que enunciam os lugares de passagem/paragem para as caravanas de tropeiros. Assim, o topônimo que surge durante a formação do Estado de Minas Gerais no Ciclo do Ouro sustenta, de algum modo, o seu sentido numa história que a história dos nomes põe a significar.

E... por que os topônimos das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro?

As cidades mineradoras mineiras foram muito mais do que espaços de produção mineral; foram, desde suas origens, espaços de organização sócio-

política e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Nesse sentido, constituíram-se, de fato, como cidades na acepção total do termo: espaços de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; espaços de intensa organização social e política, geradoras de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística. A formação das cidades mineradoras mineiras apresenta, portanto, uma sociedade em transformação, onde a disputa pelo território, o urbanismo e mobilidade social estão marcados nos nomes que designam os arraiais, vilas, cidades; a análise que propomos dos Topônimos Mineiros que surgiram no Ciclo do Ouro, tal como os concebemos, representa, portanto, mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código lingüístico.

Para as Minas, calcula-se, afluíram cerca de meio milhão de pessoas, numa das maiores migrações registradas na História; o ouro enriquecia forasteiros vindos de todas as procedências (de Portugal, das Ilhas Atlânticas, de outras partes da colônia e de países estrangeiros). Nos locais de mineração “começaram a surgir as primeiras vilas mineiras: Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté, São João Del Rey, Pitangui, Baependi, Campanha” (Lima Jr., 1940, p. 38). Iniciava-se um vertiginoso processo de interiorização e urbanização que o Brasil jamais conhecera. A nascente e urbanizada ‘sociedade mineira’ diversificou-se para atender aquela multidão, reunida de uma hora para outra em um espaço físico relativamente limitado, era preciso organizar-se. Para as Minas Gerais se dirigiram juizes, militares, funcionários civis, profissionais liberais, comerciantes, trabalhadores especializados, artesãos e intelectuais e, principalmente, os mineradores - designados ‘mineiros’: nome que hoje identifica os cidadãos brasileiros que nascem no Estado de Minas. Este funcionamento semântico-discursivo onde ‘mineiros’ ora designa uma categoria social de profissionais, ora designa a legitimação do cidadão que nasce em Minas Gerais marca a

especificidade que sempre se constitui a partir da “história em que o nome se dá como nome” (Guimarães, 1992, p.16).

Nascia, assim, uma classe média influente, que inexistia no resto do país, ainda dominado pela exclusiva relação senhor/escravo;

uma lavra pede, antes de mais nada, um trabalho diligente, que não se póde obter com maus tratos (...) nas Minas a senzala disfarça o seu caráter de prisão (...) a situação da pequena capela onde os negros em massa assistem á santa missa, em prolongamento ao eixo do alpendre da varanda da casa grande , dilue a nitidez das fronteiras entre as raças (Latif, 1940, págs. 166 e 167) .

Sem dúvida, as Minas se converteram em poderoso pólo de convergência da atividade econômica. Do Rio, que era o principal porto de saída do ouro, chegavam as mercadorias estrangeiras e os escravos africanos; de São Paulo, novas levas de ‘bandeirantes’, que descobriram os minerais e se julgavam donos da terra; do Extremo Sul, os tropeiros gaúchos, fornecedores de carne bovina e de muares usados no transporte; do Nordeste, os fazendeiros trazendo da Bahia, de Pernambuco, e de outras áreas banhadas pelo Rio São Francisco, o gado e os produtos agrícolas; de mais longe ainda, os curraleiros do Maranhão, do Piauí e do Pará, enfim, gente proveniente de todos os cantos, atraída pelo El Dourado. Os brasileiros se encontravam pela primeira vez,

à medida que se verificava a fusão das raças e das culturas no cadinho do novo environment, o aglomerado adquiria consistência e homogeneidade, dele emergindo uma individualidade capaz, por sua vez, de influir, como de fato influiu, não só na história do Brasil como na história universal (Carvalho, 1956, págs. 4 e 5).

Branços, negros, índios e mestiços, apesar das profundas desigualdades sociais existentes, “uniam-se na faina comum da mineração e sentiam-se integrantes de um mesmo país” (Lima Jr., 1940, p.59); questão que,

segundo nossa hipótese, está posta nos topônimos que designam os arraiais, as vilas e as cidades que constituirão nosso corpus. O 'Português', posto como o lugar da civilização, passou a ser a língua oficial: normas consagram o 'purismo da língua portuguesa' que se coloca como 'identidade' do povo; era comum a expressão 'índio civilizado', que o identificava como falante da língua portuguesa e, portanto, ajustado aos padrões do Estado Nacional.

A língua portuguesa impulsionaria, facilitando o exercício dos diferentes papéis sociais, sem barreiras na comunicação. Como qualquer língua de contato, ela apresentava tanta variação quanto eram seus usuários (...) havia uma grande variação individual para não dizer regional (Couto, 1997, pág.99).

A busca pelo ouro, segundo Barbosa (1971), traçou grande parte do território nacional, configurando-o, praticamente, com as mesmas delimitações de hoje. Os espaços ocupados, ao serem nomeados, foram caracterizados, predicados, identificando uma história de universos captados pelas práticas de linguagem que traz em sua essência obras e vidas que se reportam em uma memória do dizer capaz de restituir o vigor da cultura em suas marchas e contramarchas, de unir e encontrar saberes, por vezes, contraditórios sobre um mesmo mundo; nos topônimos dados, não dados ou modificados podemos apreender memórias comuns que garantiram a existência de uma experiência coletiva, ligada a um trabalho e um tempo partilhados; a cultura vai se manter por meio da sua memória.

Partimos, assim, do pressuposto de que a toponímia confirma, por meio de suas enunciações, o caráter de lugar central que os arraiais, as vilas e as cidades desempenhavam na região mineradora, uma vez que evidenciam no que se refere à designação dos topos - os nomes dados / não dados / renomeados - a relação do homem com o meio e com o outro. Designar é fazer significar; é produzir sentido, considerando que o que funciona no processo de designação são sentidos produzidos a partir de relações enunciativas e discursivas; assim, designar um povoado durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais é revitalizar a

memória, o pré-construído, o já dito em outro lugar que afeta o sujeito da enunciação. Interessa-nos, portanto, entender o que a nomeação / renomeações recortam como memorável, uma vez que consideramos que no funcionamento semântico-enunciativo dos arraiais / vilas / cidades há uma especificidade que se constitui sempre a partir da 'história em que o nome se dá como nome (Guimarães, 1992:16).

Consideramos, portanto, o nome próprio que designa os arraiais / vilas / cidades como um signo lingüístico que enuncia uma fonte de conhecimentos consideráveis de uma dada região. Nossas análises tomarão, portanto, como corpus, os topônimos mineiros que designam as cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro – nomeações e renomeações dos arraiais / vilas / cidades como forma de enunciar as práticas sociais, culturais e políticas dos membros que compunham a sociedade mineira dos séculos XVII, XVIII.; seria preciso, entretanto, à luz de novos entendimentos e análises – e a toponímia aí poderia auxiliar por meio de sua formação e metodologia – um estudo que se proponha a tomar como corpus a enunciação dos nomes que designaram os arraiais, as vilas e as cidades do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, buscando refletir sobre a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano, bem como a forma que se distribuem pelos espaços historicamente constituídos.

As populações de procedências diversas foram as que efetivamente colonizaram o sertão, gerando uma sociedade de complexa organização, que deve ser entendida em termos de sua reelaboração em níveis culturais múltiplos. A vivência, ou melhor, a convivência de pessoas de origens diversas, forjou uma realidade que possibilitou a conformação de “uma cultura popular fortemente marcada pelo sincretismo, que ficou um pouco marginal diante da imposição do aparato ideológico que norteava o ordenamento da vida nas áreas coloniais” (Pinto, 1983, p. 93). O corpus constituído de topônimos mineiros que surgiram durante o Ciclo do Ouro, detalhadamente apresentado no capítulo III, comprova a existência de uma designação onomástica que remete a um processo de formação em que a “Língua” se manifesta enquanto força de identificação do

processo de relações sociais; portanto, como prática social que organiza a sociedade.

A nomeação se constitui, portanto, como o memorável de uma temporalidade específica em que a necessidade de uma designação que identifique os lugares por eles ocupados é posta como uma forma de identificarem a si próprios; é, pois, num esquema de articulação lingüística que os estudos toponímicos de uma determinada região vai se alcançando a verdade do nome e, juntamente com ele, a história real de uma sociedade: “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em um certa língua” (Guimarães, 2002, p. 18).

Como lingüista e semanticista, interessa-nos o funcionamento semântico-enunciativo das designações que marcam o processo onomástico das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro. Assim, partindo da concepção de que a língua é algo que funciona afetado por uma memória do dizer, de que o sujeito é tomado pela constituição, atravessado pelos discursos que o constituem e interpelado pela ideologia, nos propusemos a descrever e analisar os topônimos mineiros que surgiram durante o Ciclo do Ouro, compreendendo, assim, a relação desses nomes nos processos histórico e social de urbanização, bem como a distribuição de papéis sociais que se encontra atrelada a uma configuração enunciativa que se dá num espaço de disputa regulado pela palavra.

Nossa proposta de realizar um estudo dos topônimos mineiros que surgiram durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais, objetiva, portanto, contribuir com as pesquisas no campo da enunciação, investigando a relação que esses nomes (e o memorável que os faz significar) estabelecem no espaço de enunciação enquanto designações que significam a demarcação de espaços ocupados como parte do processo de identificação social e política dos sujeitos. Propõe-se compreender, assim, considerando a perspectiva de análise da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, os efeitos de sentido que esta nomeação produziu, tomando o acontecimento enunciativo como o foco por

onde se pode enxergar o modo de constituição dos sentidos para nele compreender o funcionamento da língua na sua historicidade. Além disso, pretende-se, por meio dessa proposta, levantar dados que contribuam para ampliar as pesquisas e discussões que envolvam a questão dos estudos onomásticos.

# **Capítulo I**

## **1. HISTÓRICO**

Faz-se necessário, para melhor contextualização e compreensão do assunto, reproduzir um pouco da história factual que aborda o processo de formação das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro, assim como a influência exercida pela fé católica.

Dados obtidos em bibliografia específica, em sua maioria, local / regional, conforme explicitado no cap. III, revelaram que, durante os dois primeiros séculos de ocupação, as Capitânicas não passavam de meros entrepostos comerciais ou engenhos produtores de açúcar, quase sem nenhuma articulação entre si; entendiam-se diretamente com Lisboa, ignorando-se umas às outras e mal reconheciam a existência dos Governos Gerais. “Nem a mesma língua falavam: uma parcela da população usava o português, mas a maioria se comunicava nas línguas indígenas” (Linhares, 1990). A colônia continuava um território a ser conquistado, imenso e desconhecido, alvo da cobiça internacional, sobretudo de espanhóis e franceses; a situação agravava-se ainda mais com a resistência dos índios que se opunham tenazmente à ocupação de seus domínios; somente a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, e, depois, dos diamantes, foi que essa colônia portuguesa começou a constituir-se como nação; “as entradas e bandeiras adentravam o sertão em busca de ouro, prata e índios para escravizarem; em 1696, finalmente, são descobertas as primeiras jazidas de ouro consideráveis na América Portuguesa” (Pelúcio, 1942, p. 12). As áreas de mineração – as Minas Gerais, mais ricas do que a Metrópole – tornaram-se centro econômico do Reino Português, e em torno delas foi-se integrando a atividade produtiva das diferentes regiões, até mesmo das mais afastadas,

## 1.1. Cidades Mineiras do Século XVIII: a arte consagra a fé e revela o cotidiano nas vilas barrocas do ouro

Em Minas Gerais, no século XVIII, nasceram as vilas barrocas do ouro, vilas que se tornariam as cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro - abaixo, figura apresentando a arquitetura singular das Cidades Históricas de Minas Gerais - com seu casario em torno de ricas igrejas ornamentadas com obras de grandes artistas e peças em ouro para exaltar a religião e a fé trazidas pela metrópole; algumas, com é o caso de Tiradentes, ainda se mantêm totalmente preservadas.



**Figura 1:** Aquarela reproduzindo Casario e a Igreja Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto Disponível em: <<http://www.siblog.blogger.com.br/lelis8.jpg>>. Acesso: 26 out. 2008

Por toda parte havia provas da existência do metal precioso e, onde, no começo do século XVIII, só existiam florestas impenetráveis, dez anos mais tarde

havia vilas populosas advindas dos arraiais que nasciam e cresciam onde houvesse minas a serem exploradas. Por isso, quase todos se situavam à beira de rios e córregos, nos quais o ouro aflorava entre a areia e o cascalho. Em pouco mais de uma década, entre 1711 e 1718, foram fundadas oito cidades em Minas Gerais. Destacam-se Vila Rica, Ouro Preto, que foi a capital da capitania, Mariana e Sabará, todas criadas em torno de 1711 em função das atividades auríferas. A seguir vieram São João Del Rei e Serro, em torno de 1714, e mais tarde Tijuco, renomeada Diamantina, que marcou a passagem do ciclo exclusivo da mineração aurífera para a mineração de diamantes.

Essa ocupação que delimita parte do estado de Minas Gerais, sobretudo a região aurífera, segundo Villalta (1997), se dá mediante diversas tentativas de penetração no interior da mata Atlântica para além da Serra do Mar e dos rios do planalto de Piratininga; ocupação que vai deixando os caminhos marcados por arraiais dispersos ao longo dos vales, dos rios, dos passos das serras e outros pontos discretos, articulando os muitos fluxos. Buscando sítios privilegiados por acidentes geográficos que facilitassem os deslocamentos regionais, os arraiais eram também redefinidos localmente pelo cuidado lusitano na escolha do sítio urbano. Ao final do século XVII, quando já proliferavam as descobertas de ouro de aluvião nos leitos dos rios do interior, alguns arraiais já possuíam expressão regional, como aqueles que vieram a formar a vila de Sabará, ponto de apoio para os paulistas que buscavam, a partir do Rio das Velhas, as lendárias Minas de Sabarabussu. Em uma terra marcada pelas grandes elevações, pelo alto se chegava e no alto parava: próximo ao pico do Cauê, em Itabira; ao pico do Itambé, em Diamantina; ao de Itabirito, em Itabira do Campo; ao do Itacolomi, em Ouro Preto, à Serra do Espinhaço em Caeté, e tantos outros. Foi também junto aos rios e ribeirões que mais ouro se encontrou: nas bacias do Funil, do Tejuco, do Peixe, do Itabira, entre muitos outros. Os povoados se distribuíram assim nesses pontos de chegada com a vista do alto da paisagem, derramando-se, então, em direção aos baixios para encontrar as margens dos rios e ribeirões.

Assim, no início do século XVIII, abriu-se um novo caminho do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro Preto, por meio do Vale do Rio Paraíba, na atual Zona da Mata. Este roteiro, conhecido inicialmente como Caminho Novo do Rio de Janeiro, recebeu melhorias, tornando-se a rota oficial de escoamento de ouro da Coroa Portuguesa. A este caminho foi dado o nome de Estrada Real. Já em relação às expedições realizadas pelos bandeirantes paulistas ao atual território de Minas Gerais, pode-se dizer que a maioria delas partia sem qualquer outro interesse que não o da descoberta de ouro e pedras preciosas. Os primeiros desbravadores não pretendiam sesmarias e nem se interessavam em se fixar nas terras descobertas. Traziam armas e munições, mas raramente algum alimento. Muitas vezes, as trilhas das bandeiras se desdobravam, levando parte dos bandeirantes a incursões até então não programadas.. Os bandeirantes abriam caminhos pelo sertão, falando a língua geral, mas também liam Camões e traziam em suas bandeiras um padre jesuíta; em Minas Gerais, no entanto, os bandeirantes se depararam com outras línguas gerais de origem tupi<sup>1</sup>. Desde o início do século XVII, quando bandeirantes paulistas empreenderam as primeiras entradas pelo sertão, visando à caça ao índio e aos sonhos com as riquezas da descoberta de esmeraldas, prata, ouro, fica evidente a importância crescente das incursões no povoamento do interior brasileiro, principalmente, após a grande Bandeira de Fernão Dias Pais que parte de São Paulo em 21 de julho de 1674: a Bandeira das Esmeraldas, como foi chamada, não encontrou as pedras verdes tão desejadas, mas foi grandiosa como descobridora do território do Estado de Minas Gerais; assim, por caminhos terrestres, muitas vezes seguindo antigas trilhas de índios e acompanhando cursos de rios, a história de Minas começa a ser contada.

Seguindo os caminhos abertos por Fernão Dias Pais (1674-1681), o bandeirante taubateano Antônio Rodrigues Arzão, por volta de 1692, descobre, próximo ao distrito de Caeté, a primeira jazida de ouro nos sertões das Minas

---

<sup>1</sup> Essa relação está fortemente marcada no processo de nomeação que vai marcando o surgimento das primeiras vilas mineiras (como explicitaremos no capítulo III).

Gerais. Bartolomeu Bueno de Siqueira, após a morte de Arzão, assume o comando das futuras expedições; em 1694, embrenha-se pelo interior atrás do ouro, orientando-se pelos picos elevados de algumas serras, que lhe servia de referência na imensidão da mata densa e chega à Serra de Itaverava, a 8 léguas do local onde surgiria mais tarde Ouro Preto.

No ano seguinte, uma nova Bandeira parte do Estado de São Paulo, tendo à sua frente o taubateano Salvador Fernandes Furtado que descobre, juntamente com Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno, riquíssimas jazidas de ouro no ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, erguendo, em 16 de julho de 1696, uma cabana próxima às suas margens. Em seguida, com a chegada de exploradores nessas paragens, formou-se um centro populoso, considerável o suficiente para que se lançassem os primeiros fundamentos de uma vila que recebeu, em 8 de abril de 1711, o nome de Villa do Ribeyrão de Nossa Senhora do Carmo, depois Vila do Carmo e que, pela Carta Régia de 23 de abril de 1745, foi elevada à cidade com o nome de Mariana, em homenagem à rainha D. Mariana da Áustria, esposa de Dom João V, quando da criação de um bispado em Minas.

Enquanto isso, outro bandeirante de Taubaté, Antônio Dias, encontrava as primeiras minas nas margens do Tripuí. O padre João de Faria e os paulistas Tomás Lopes de Camargo e Francisco Bueno da Silva percorreram também toda aquela região, descobrindo inúmeras jazidas, das quais se extraía, em grande quantidade, ouro de uma coloração negra, que chamaram de ouro preto. Por causa da cor escura do metal retirado, deram à serra que o continha, o nome de Serra de Ouro Preto. Ergue-se, logo em seguida, no pé da serra, uma cidade com o mesmo nome. Ouro Preto se tornou rapidamente o centro de um vasto território, denominado Minas Gerais, cujos habitantes foram chamados mineiros (mineradores). Esse território das minas foi posto, de início, sob a dependência da Capitania Geral do Rio de Janeiro; depois, segundo Costa (1975), em virtude de sua importância crescente, foi reunido ao território de São Paulo, a fim de formar a Capitania geral de São Paulo e Minas do Ouro, com a cidade de São Paulo como

capital (Carta Régia de 23 de novembro de 1709). Assim, segundo Costa (ibid), a ação urbanizatória do interior de Minas Gerais ganha vulto quando, em 1710, após criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, o primeiro governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, decide residir em Ribeirão do Carmo, no coração da região aurífera, indicando que a despeito da mobilidade natural da atividade mineradora já existiam núcleos de razoável feição urbana, capazes de abrigar o seu gabinete. Inclusive, é o razoável desenvolvimento urbano de alguns arraiais que permitirá a Albuquerque confirmar o estatuto de vila para Ouro Preto, com o nome de Villa Rica de Ouro Preto, a 8 de julho de 1711 e instituir, entre 1711 e 1714, as primeiras vilas e comarcas mineiras, instrumentos fundamentais para a política de instalação e consolidação do poder régio. Para Ávila (1980), o processo civilizatório da colônia adquire um caráter especial em Minas, uma vez que ao contrário de outras regiões brasileiras, onde as cidades ou vilas eram portos ou empórios dependentes da hegemonia rural ou simples 'cidades de domingo', o território antes convulsionado das minas conheceria a estruturação de um organismo político-administrativo e de uma sociedade preponderantemente urbanos.

É nesse cenário de provável enriquecimento que cidades mineiras que compõem o nosso *corpus* surgiram, marcando o século XVIII, época dourada do Brasil. Para as cidades mineiras mais e mais pessoas passaram a migrar do litoral para o interior - incluindo os aventureiros europeus, principalmente portugueses que atravessavam o oceano, atraídos pelas preciosidades encontradas na região das minas. A notícia da descoberta do metal precioso no interior do Brasil, o maior manancial até então encontrado em toda história ocidental, provocou a primeira corrida do ouro da história moderna (achados só superados depois pelo da Califórnia em 1848 e o do Yukon em 1890). Para as Minas se dirigiram quantidades de portugueses e de estrangeiros, assim como brancos, pardos e negros, muitos índios oriundos das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil. Foi tamanho o fluxo que o rei D.João V, resolveu por lei, em 1720, controlar a

saída dos seus súditos com medo do despovoamento das aldeias e dos campos portugueses. Não evitou, porém que, ao longo do século 18, 800 mil deles viessem parar nos garimpos. Os navios da Repartição do Sul dirigidos ao porto do Rio de Janeiro, passaram a ser vigiados e vistoriados, terminando por adotar-se as licenças especiais e o passaporte em 1709 como uma maneira de refrear o fluxo dos aventureiros. Iniciava-se a ocupação do interior do Brasil. A população naquele século decuplicou, atingindo a mais de 3 milhões de habitantes, sendo que 650 mil concentravam-se na área das minas. Foi em Minas Gerais que se gerou o primeiro complexo urbano composto pelas vilas auríferas e diamantíferas, fazendo nascer uma sociedade diferenciada da que existia no Nordeste ou em São Paulo. Assim, o tecido urbano resultante era via de regra linear, compondo-se espontaneamente à medida que caminhava a mineração e se fortaleciam suas interligações; economicamente representou a formação do primeiro mercado interno do Brasil colonial.

Para Mello (1985), diante da fragilidade do poder central e de sua impossibilidade de dar resposta rápida às necessidades dos espaços da fronteira mineradora, que apresentava dinâmica econômica e demográfica jamais vistas na colônia, foram se multiplicando as construções precárias, inicialmente ranchos coletivos montados a partir de uma combinação de esteios e folhas de pindoba<sup>2</sup> ou sapé armadas junto aos barrancos. Todavia, o que se percebia era uma crescente ação da metrópole no sentido de reduzir custos e transferir para as próprias comunidades diversas tarefas e obrigações funcionais e financeiras. A contrapartida e consequência deste processo de descentralização do poder foi o fortalecimento de uma urbanidade e cidadania peculiares e sem paralelos nas cidades mineradoras mineiras, próprias de uma organização político-comunitária que caracteriza a desalienação da população na produção do seu espaço de vida. A vida nas cidades dinamizou-se, fazendo surgir novas profissões e aumentando as atividades comerciais, sociais e de trabalho. As exigências crescentes de uma

---

<sup>2</sup> Segundo o dicionário Aurélio, 'tipo de palmeira de belo porte que compõe amplos palmeirais em certas regiões do centro oeste brasileiro'.

classe média poderosa e diversificada se manifestaram em investimentos urbanos e disputas de poder em nível local, principalmente na segunda metade do século XVIII; e, então, financiadas pelo pouco da riqueza que não ia para a coroa portuguesa, as cidades foram se formando com seus casarões suntuosos, decorados pela melhor arte barroca da época, inúmeros monumentos e ricas igrejas ornamentadas com obras de grandes artistas e peças em ouro para exaltar a religião e a fé trazidas pela metrópole.

É preciso enfatizar, portanto, a ação da Igreja católica na formação das cidades mineradoras mineiras; foi a Igreja Católica, com seus desdobramentos laicos nas Ordens Terceiras, a principal responsável pela organização sócio-espacial urbana. As Ordens Terceiras desempenharam papel central na organização do espaço urbano colonial mineiro. Livres da tutela direta da Igreja oficial suportada pela Coroa Portuguesa, transformaram-se em instrumentos importantes da organização comunitária, ganhando eventualmente nítido caráter classista (e mesmo étnico).

A sociedade urbana da região aurífera de Minas Gerais, populacionalmente densa, foi desde o princípio potencialmente conflitiva. É nesse ambiente que se implanta uma cultura de caráter barroco, que terá um importante papel na estabilização social de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Em *A Cultura do Barroco* (Maravall, 1997), são elencadas quatro características sociais como componentes da cultura barroca que se aplicam à sociedade mineira setecentista; seriam: dirigida; massiva; urbana; conservadora. O aspecto dirigido dessa cultura seria, segundo Maravall, a sua face mais importante, já que o dirigismo cultural emerge como instrumento de conservação da ordem em uma sociedade urbana e massiva. Em outros termos: “a cidade, com seu dinamismo econômico e social, é fonte de inovações que representam ameaça à hierarquia estamental” (ibid, p.191). Assim, o dirigismo cultural, como meio de controle da opinião em uma cultura de massas, é decisivo para a manutenção do *status quo*. Nas palavras de Maravall:

Essa ação do poder, ou, em termos mais gerais, essa ação dos grupos dominantes para operar sobre a opinião, controlá-la, configurá-la e mantê-la próxima, nas crises de natureza diversa que ameaçavam sua posição, é um fato básico do qual se deve partir; a cultura do barroco difundiu-se a partir dos pontos nos quais se localizam os centros de poder, isto é, são modelos que partem de um centro em direção à periferia, (ibid, p. 138).

Ávila (1980) oferece uma evidência dessa irradiação do barroco a partir de um centro. E nesse caso específico poderíamos mesmo dizer que o centro não residia nas cidades litorâneas da colônia, mas na própria metrópole, que influi decisivamente nesse processo ao proibir o estabelecimento de ordens religiosas em Minas. Com a proibição, ficará a cargo das Ordens Terceiras a construção dos templos mineiros. Entretanto, o transplante controlado de modelos políticos e culturais de um centro para uma periferia, não é a única, nem a principal faceta do dirigismo cultural barroco:

[...] não bastavam os meios de controle puramente materiais fundados na repressão física. Não se pretendia apenas calar, mas também atrair; [o mandante] se vê obrigado a contar com a incorporação ativa daqueles a quem corresponde obedecer. A manifestação cultural é calculada para comover e persuadir o público, colocando-o em contato direto com uma obra, ou melhor, uma criação humana, para que sinta pela experiência desta, um apelo à liberdade. E para incorporar as massas e levá-las a uma adesão cega aos valores do sistema social um dos melhores meios era mantê-las em festa. Enfim, a festa barroca<sup>3</sup> foi por

---

<sup>3</sup> As festas barrocas “destacaram-se como sendo um importante espaço de afirmação e legitimação do poder local. Lugar de expressão de fidalguia”, (ARAÚJO, 1997, p.148); “nessas ocasiões, os camaristas exibiam-se em ‘corpo de câmara’, ou seja, devidamente hierarquizados, trajados e paramentados, ostentando as insígnias do conselho e o estandarte” (SANTIAGO, 2001, p.12). As festas, aliadas ao teatro, mostravam-se como um eficiente artifício de persuasão ao ressaltar o brilho, a grandeza e o poder. Dessa forma, e conforme José MARAVALL (1997), faz-se necessário destacar a caracterização da festa pública barroca como sendo uma “festa por contemplação”, a qual, organizada pelas autoridades, procurava ostentar o poder de forma que o povo permanecesse limitado à posição de espectador passivo (ibid, p. 44). Um exemplo disso era a atração por meio de fogos de artifício e outros recursos cênicos. Ao criar a ilusão de grandiosidade, produzia tal impacto sobre o público que, segundo Berenice Cavalcante, “os incapacitava de ação” (CAVALCANTE, 2002, p. 304). Desse modo, ocupando lugares de destaque na festa, seguindo um cerimonial que colocava a população a par dos modos de proceder do reino e da hierarquia de poder, ao apresentar um evento espetacular, os funcionários da câmara e as

excelência o espaço da neutralização dos conflitos e diferenças e de afirmação dos poderes monárquico e eclesiástico na América portuguesa, (Maravall, 1997, p.29).

Há, nesse contexto, o que Marx (1990) define como interpretação de uma urbanização barroca das cidades mineradoras mineiras:

Tal processo de urbanização levou a essa maneira alongada e sinuosa que prepara o espaço barroco. Reflete, de imediato, o mundo barroco de que proveio. Não obstante, é exatamente na inserção das capelas e igrejas no tecido urbano que se situa a dimensão barroca: são os pontos de visada, a monumentalidade do espaço criado pela relação entre os monumentos religiosos (e posteriormente, cívicos) e o traçado urbanístico 'medieval', que valoriza nos meandros dos caminhamentos irregulares adaptados à topografia acidentada dominante na região e às perspectivas que cria no contexto espacial geral. De fato, fundem-se assim as duas perspectivas marcantes das chamadas cidades barrocas mineiras: de um lado, o caminhar cotidiano da cidade medieval carente de racionalidade formal, brotando da espontaneidade da ocupação dos novos espaços, tomando assim, todas as formas e tamanhos, adaptando-se livremente a todas as circunstâncias geográficas e econômicas. (ibid, 391)

A presença do urbanismo barroco no Brasil, embora disseminado por inúmeras cidades brasileiras, tem na rede criada em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XVIII, a sua manifestação mais importante. Para Costa (1975), os planos de vilas e cidades, na virada do século XVII para o XVIII, foram organizados a partir de uma nova relação da metrópole com a colônia; relação que só se altera com os novos procedimentos que emergiram no período pombalino, momento em que os padres jesuítas, cuja influência demasiada passou a representar um perigo à Coroa Portuguesa, foram convidados a se

---

demais autoridades, tais como os militares e religiosos, poderiam ser reconhecidos enquanto autoridades a serviço do rei, possibilitando a eles a administração dos domínios da coroa segundo a vontade régia.

retirarem das Minas. Essa preocupação da Coroa Portuguesa em reduzir e controlar a influência da Igreja nas regiões de mineração culmina, portanto, com a proibição das ordens religiosas assim como com a intensificação de um controle rígido sobre os padres seculares.

Entre todos os membros componentes das diferentes ordens religiosas que marcaram presença no Brasil – franciscanos, beneditinos, carmelitas, dominicanos -, destacaram-se os jesuítas. Privilegiados na Corte portuguesa, os membros da Companhia de Jesus não tiveram dificuldades em se deslocar para o Brasil, onde exerceram o papel de mestres e catequistas dos índios e organizadores de missões. Os primeiros jesuítas, entre eles Manuel da Nóbrega, chegaram ao Brasil com Tomé de Sousa. Naquele momento, a Igreja buscava a conversão das populações americanas com a finalidade de ampliar a fé católica abalada pela Reforma protestante iniciada por Lutero no continente europeu. Com esse intuito, os jesuítas começaram na colônia o trabalho de catequese e ensino. Em 1759, o ministro português marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, temendo a força dos membros da Companhia de Jesus em terras brasileiras. As intenções centralistas e de fortalecimento do poder do Estado metropolitano levaram Pombal a entrar em choque com uma parcela da nobreza lusa e com a poderosa Companhia de Jesus, acusando os jesuítas de estarem montando em terras brasileiras um império próprio que, logo, se opunha, em força e riqueza à Coroa Portuguesa. Para Boxer (1969),

A vez dos jesuítas sentirem a pesada mão do ministro chegou e em 3 de setembro de 1759; adotando de maneira intransigente os princípios do estado secular, Pombal os prescreveu de todo o Reino de Portugal, seqüestrando-lhes os bens, fechando-lhes os colégios e as missões, prendendo ou expulsando a maioria dos padres. Somente do Brasil mais de 500 deles foram desterrados e muitos conduzidos presos, acusados de viverem à custa dos indígenas, que Pombal emancipou definitivamente. O pretexto encontrado por Pombal era de que os jesuítas, além de viverem de privilégios e isenções, estavam sabotando o Tratado de Madri, negando-se a abandonar as missões, insuflando os guaranis à resistência (ibid, p.27)

A época do Marquês de Pombal foi marcada pelos excessos e abusos de uma política fiscal rígida e opressiva. Além de criar para a colônia inúmeros impostos complementares, ele violentou a população mineira ao instituir a primeira derrama (1762-1763);

Centralista e autoritário, Pombal, que boa parte da historiografia classifica como déspota esclarecido, praticou, durante os 27 anos que empalmou o governo, a mais completa concentração do poder por parte do estado que Portugal até então conheceu. Era-lhe insuportável a existência de uma casta aristocrática independente da vontade do rei, e uma poderosa ordem religiosa, como era a Companhia de Jesus, completamente autônoma, vivendo como um estado dentro do estado: Pombal não admitia nenhuma tirania além da sua (ibid, p.19).

## **Capítulo II**

### **2. CONSIDERAÇÕES DE UM QUADRO TEÓRICO**

Neste capítulo, considerando os elementos epistemológicos e teóricos, **objetivamos explicitar nosso lugar de inscrição teórica que toma como suporte a Semântica do Acontecimento proposta e desenvolvida por Eduardo Guimarães.**

Assim, nos nortearmos por reflexões realizadas sob a vertente da Lógica, da Filosofia da Linguagem e da Lingüística e consideraremos as contribuições de alguns autores que apontam alguns percursos consideráveis para tratar a questão do nome próprio.

#### **2.1 Lógica e Filosofia da Linguagem: campos que apontam percursos para tratar o nome próprio**

As considerações que faremos em torno do nome próprio na Filosofia da Linguagem e na Lógica se apóiam nas construções teóricas sobre a questão da referência e do sentido de Gottlob Frege, Bertrand Russell e Searle; as reflexões desses autores, acerca do nome próprio no registro da Filosofia da Linguagem e da Lógica, serão retomadas neste trabalho de forma pontual, a fim de estabelecer os elementos desses campos de conhecimento que servirão de suporte à Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, teoria que fundamenta nossas análises.

A Semântica Formal, ao tomar o significado a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente, teve seu início influenciado pelos

trabalhos de Gottlob Frege (1848-1925) que mantém estreitas relações com a lógica e com a aritmética; suas publicações, no entanto, abrangem outros campos do conhecimento, como é o caso da Filosofia da linguagem; seu trabalho se destaca por tamanha complexidade, acabando por influenciar diversas áreas que se propõem a falar sobre sentido, referência e nome próprio. Frege (1978) se consolida também como teórico descritivista e ao instituir a diferença que marca as especificidades entre sinal, sentido e referência constitui um lugar importante para se pensar as relações de igualdade/identidade, imprescindíveis às reflexões/análises que envolvem o nome próprio. Assim, para Frege, os sinais se apresentam ora como nomes comuns [referem-se às categorias de objetos] ora como nomes próprios [corresponde a uma única referência] ou mesmo como nomes que não apresentam nenhuma referência ['unicórnio', 'rei da França', exemplos para os quais Frege apresenta como referência a classe zero ou nula].

Os três primeiros períodos da obra Fregeana centralizaram-se no projeto de redução da aritmética à lógica, projeto que poderia ser sintetizado em dois objetivos:

- ▶ definir toda expressão aritmética em termos lógicos e com isso mostrar que toda expressão aritmética significa o mesmo que uma expressão lógica determinada.
- ▶ mostrar que as proposições lógicas poderiam ser deduzidas de leis lógicas imediatamente evidentes.

No entanto, Frege, cujas produções no campo da significação, sentido e referência se tornam importantíssimas, publica, em 1892, dois textos que passariam a nortear parte relevante dos trabalhos dos teóricos descritivistas: *Über Sinn und Bedeutung* (Sobre o sentido e a referência) e *Über Begriff und Gegenstand* (Sobre o conceito e o objeto),

Frege, em sua obra '*Anwendungen der Begriffsschrift*' - *Aplicações da Ideografia* – estende suas contribuições para o campo de conhecimento da

lógica. Ao formular a idéia de uma *ideografia*<sup>4</sup>, Frege se dedica à formulação de uma linguagem simbólica artificial por fórmulas de pensamento puro, reproduzida da linguagem aritmética. A ideografia, enquanto linguagem simbólica seria uma ferramenta precisa para legitimar conceitos do domínio de campos científicos; a ideografia objetivava, portanto, substituir a linguagem natural que para Frege possuiu insuficiências e pode provocar deduções ilegítimas, sendo por isso imprópria a reflexões de conhecimentos do campo científico. Assim, a elaboração conceitual de uma noção de pressuposição em Frege faz parte do projeto de constituição de uma *Begriffsschrift* destinada a atenuar as imperfeições da linguagem natural; o que, segundo Frege, possibilitaria minimizar as imperfeições da linguagem ordinária, devolvendo a ela um ar de credibilidade no seu uso controlado. A ideografia se constituiria, então, como a possibilidade de analisar toda proposição, objetivando julgá-la verdadeira ou falsa; seria, segundo Frege, uma proposição que do ponto de vista lógico não passaria de uma maneira de nomear o verdadeiro e o falso. De acordo com Frege, este movimento acontece porque o defeito das línguas naturais é que muitas vezes não conseguem designar um objeto, a referência depende da verdade do enunciado e porque, para o autor, o nome e a descrição se encontram em relação de igualdade. Para Frege, a língua deve informar certo estado de coisas verdadeiras, coisas que existam em um mundo exterior que comprovem o dito na frase. A língua que pensa Frege é uma língua ideal e não uma língua natural.

Frege estava preocupado, em suas formulações, na elaboração de uma língua científica sem paradoxos e sem ambigüidades que informasse um estado de coisas verdadeiras. Em seu artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência*, Frege parte da noção de igualdade (identidade) para produzir conhecimento novo. Ele questiona se a igualdade seria uma relação entre objetos ou uma relação entre nomes ou sinais de objetos. E indica ter assumido a última alternativa. Dessa forma, podemos apontar uma igualdade do tipo  $a=b$ , ao considerarmos que

---

<sup>4</sup> O termo *ideografia* será usado para traduzir *Begriffsschrift*; lembramos que alguns autores traduzem *Begriffsschrift* por *conceitografia*.

os sinais ou os nomes a e b referem-se à mesma coisa; mas esta relação se manteria entre os nomes ou sinais, apenas na medida em que denominassem ou designassem alguma coisa. Frege propõe pensar sinal – sentido – referência para caracterizar a especificidade de cada um desses elementos. Expondo o elo de ligação regular que há entre eles, Frege define que, ao sinal, corresponde um sentido determinado e, ao sentido, corresponde uma referência determinada (enquanto que a uma referência não deve pertencer apenas um único sinal). Para um sinal há um sentido e uma referência possíveis. Esse fato se dá porque, para ele, a relação do sinal com o referente é mediada pelo sentido que é seu modo de apresentação. A referência tem um sinal ou vários que a expressam e um sentido, estabelecendo o nexos entre eles e a referência. Em outras palavras, o nome próprio [a estrela da manhã] e o nome próprio [a estrela da tarde] têm uma única referência [Vênus], e dois sentidos (cada nome tem um sentido) unindo-os à referência, ou seja, dois modos de apresentação. Para Frege, isso é um problema, uma vez que esse fenômeno será um paradoxo do valor informativo [paradoxo da identidade], ou seja, em termos lógicos não se estabelece a relação  $a=a$ , senão  $a=b$ . O paradoxo da Identidade ou do Valor informativo da sentença corresponde a esse fenômeno pelo qual  $a=b$  possa ter valor informativo. Para Frege, só se desconstitui esse paradoxo informativo por meio de uma descrição do objeto que permita sua especificação assim como de seu valor veritativo, ou seja, a referência a um objeto se constitui por meio de uma descrição: o valor veritativo dos enunciados assertivos completos depende da existência ou não daquilo sobre o qual se está predicando. Porém, afirmar que a referência de uma sentença nem sempre é seu valor veritativo. Frege define pensamento / juízo como uma proposição da qual se pode extrair seu valor de verdade, ou seja, seus objetos. A ambigüidade das expressões, portanto, é vista como erros lógicos e o valor de verdade de uma sentença é reconhecido como sua referência. Outro apontamento importante que Frege aborda é que a referência e o sentido de um sinal devem ser distintos da representação associada a esse sinal, pois a

representação é subjetiva e, dessa maneira, difere essencialmente do sentido de um sinal.

Para Frege, o sentido é o modo de apresentação do objeto. Ele aponta que a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos. O sentido, no entanto, nunca assegura uma referência, e Frege afirma que uma sentença sem referência não tem valor de verdade. Assim, esse elemento é fundamental para pensarmos o valor das sentenças e busca da verdade, sendo esses elementos os que dirigem as formulações sobre sentido e referência. Frege indica que a designação de um objeto singular (um objeto determinado) pode consistir em várias palavras ou outros sinais, e a esses ele denomina nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão). O nome próprio é um termo conceitual que exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. No que toca a questão do nome próprio, a proposta de Frege, ao estabelecer que um nome próprio designa um objeto singular, é bastante pertinente. Partindo dessa concepção, o nome próprio refere a um único objeto (unicidade) e não deve ser confundido com sentido, com referência, nem com representação.

Ainda no campo da Lógica, apresentamos o trabalho de Bertrand Russell (1985), que, ao considerar o nome um símbolo simples usado para designar um particular determinado, sustenta dois posicionamentos freqüentemente retomados por seus sucessores:

- ▶ frases denotadoras possuem qualidades que ele atribui aos nomes próprios.
- ▶ nomes próprios = palavras para os particulares (“isto” = nome próprio no sentido lógico).

A obra de Russell a respeito da filosofia da matemática assumiu nova diretriz quando ele encontrou o lógico italiano Giuseppe Peano (Operador iota introduzido por Peano:  $\iota x . P$ ) que havia desenvolvido um sistema próprio de lógica matemática; a notação por ele adotada pareceu a Russell o instrumento de análise lógica que vinha procurando há anos. Russell dedicou-se a aperfeiçoar a notação de Peano, trabalhando em sua produção matemática, mas também

mantendo seu interesse em outros aspectos da filosofia. No entanto, o que nos interessa pontuar, aqui, é quando Bertrand Russell (1872–1960) se torna um dos interlocutores de Frege, propondo-se a fazer uma re-leitura do texto de Frege *Über Sinn und Bedeutung*, percebendo, então, toda a importância da construção teórica de Frege e as implicações de muitos de seus princípios. Russell inicia por dissociar a relação sentido / referência e introduz a condição da existência enquanto indispensável para se chegar ao sentido. Também desloca o conceito de valor veritativo para colocá-lo em termos de verdade e falsidade das sentenças, o que necessariamente remeterá à existência física do referente.

De acordo com a proposição o rei da França é calvo deve ser equivalente a o homem denotado pela frase 'o rei da França' é calvo. Mas não existe o homem denotado pela frase 'o rei da França'. Dele podemos igualmente dizer que é calvo e que não é calvo. Como proceder neste caso? Ao formular esta análise, Russell ainda está entusiasmado com um realismo que lhe permite acreditar na existência das coisas do mundo e suas respectivas propriedades, abrindo inclusive espaço para um mundo de entidades abstratas do tipo das idéias platônicas. A dificuldade mencionada, porém, parece constituir uma falsificação dos “conceitos” e dos “objetos”. Na mesma época, Frege também oferece análises das descrições definidas em posição de sujeito, mas elas parecem insuficientes para Russell. Frege, por exemplo, em seu artigo *Sobre Sentido e Referência* (1892-1978), recorre ao conceito de pressuposição semântica para explicar o mecanismo referencial das descrições definidas. De acordo com Frege, uma proposição como o rei da França é calvo envolve dois níveis. O primeiro deles é o da asserção da proposição. O segundo é o da pressuposição semântica feita pela asserção, que, no caso, corresponde a existe um e somente um rei da França. Assim, quando afirmamos a primeira, estamos pressupondo semanticamente a segunda. As relações lógicas entre estas proposições são as seguintes: se a proposição pressuposta é verdadeira, então a descrição definida possui sentido (*Sinn*) e significado (*Bedeutung*), a proposição asserida possui sentido e valor de verdade e a bivalência é respeitada; se a

proposição pressuposta é falsa, então descrição definida possui sentido mas não possui significado, a proposição asserida possui sentido mas não possui valor de verdade e a bivalência é desrespeitada. No exemplo em questão, como a proposição pressuposta existe um e somente um rei da França é falsa, a descrição definida o rei da França não possui significado, a proposição asserida o rei da França é calvo não é nem verdadeira e nem falsa, ou seja, não possui valor de verdade, e a bivalência é desrespeitada. Frege pensa que este fenômeno decorre de uma imperfeição intrínseca à linguagem natural. Para evitar situações deste tipo numa linguagem científica, ele propõe que se estipule que as descrições definidas do tipo de o rei da França tenham como significado o conjunto vazio. É certo que Frege caminha no sentido de resolver questões metafísicas através da análise lógica das expressões, como faz Russell. Sua solução, porém, desagrade a este último por dois motivos principais. Primeiro, ela admite, pelo menos na linguagem natural, casos em que o fracasso referencial envolva o desrespeito à bivalência (o rei da França é calvo não é nem verdadeira e nem falsa). Segundo, ela adota uma solução muito artificial para estes casos numa linguagem científica, estipulando que o significado das descrições vácuas deve ser o conjunto vazio (o rei da França é calvo é uma proposição falsa, se o significado de o rei da França é o conjunto vazio). Estas inconveniências não deveriam estar presentes numa solução adequada do problema. Todavia em *On Denoting* (1905), Russell faz uma crítica da distinção fregeana entre sentido e significado, já mencionada anteriormente. Isto envolve novamente o apelo ao esquema argumentativo da contradição, através do qual Russell pretende mostrar que a distinção em questão envolve algum tipo de incompatibilidade. Para isto, ele introduz três expressões com referências encadeadas e tenta exibir a incompatibilidade envolvida pela distinção entre sentido e significado a partir das relações entre elas. Para explicar a dificuldade envolvida por este encadeamento referencial, Russell usa uma terminologia diferente da de Frege. Como sabemos, este último adota a oposição entre sentido (Sinn) e significado (Bedeutung) enquanto o primeiro adota a oposição entre meaning (significado) e denotation

(denotação). Apesar da diferença terminológica, Russell parece entender que meaning corresponde exatamente a Sinn e que denotation corresponde exatamente a Bedeutung. Isto significa que ele adota o esquema argumentativo da identidade para estabelecer esta correspondência terminológica inusitada e confusa.

O grande adversário de Russell em *On Denoting* é, sem dúvida, Frege que oferece uma solução de caráter lógico, que não envolve erro e pode ser acusada, no máximo, de artificialismo. E a importância conferida a Frege em *On Denoting* é digna de nota. Em virtude disso, podemos dizer que Russell adota a estratégia heurística do anti-modelo com relação a Frege. Deste modo, os procedimentos e resultados do pensador austríaco parecem ser heurísticamente invertidos de forma sistemática por Russell, possibilitando uma série de resultados inovadores. Assim, por exemplo, se, em Frege, a proposição contendo uma descrição definida na posição de sujeito pressupõe uma proposição afirmando a existência da entidade a que a descrição se refere, em Russell acontece o oposto (a proposição em questão não pressupõe, mas afirma a existência da entidade a que a descrição se refere); se, em Frege, a descrição definida é uma expressão denotativa que não desaparece através da análise, em Russell as coisas são diferentes (a descrição definida não é uma expressão denotativa, mas um signo inautêntico que desaparece através da análise); se, em Frege, a proposição da linguagem natural que contenha uma descrição vazia na posição de sujeito não é verdadeira nem falsa em Russell esta lei é obedecida (proposição envolvida possui um valor de verdade definido, sendo simplesmente falsa).

O nascimento da lógica moderna trouxe novos problemas técnicos postos pelos sistemas lógicos e sua semântica e que estão apresentados na análise de nomes próprios; em meio a elementos lógicos e a elucidações sobre classes e funções, Russell elabora sua teoria sobre nome próprio - a única espécie de palavra teoricamente capaz de representar um particular é um nome próprio e declara que a questão completa dos nomes próprios é bastante curiosa: nomes próprios = palavras para os particulares. O que fazer então dos nomes

próprios que não denotam nada de real, como Papai Noel, Pégasus ou Julien Sorel, para Russell, nomes próprios são como descrições implícitas, ou seja, há nomes próprios lógicos que denotam sempre um objeto existente cuja equivalência mais próxima nas línguas naturais é fornecida pelos dêiticos.

A herança filosófica de Russell resulta em fundir num todo coerente aspectos lógico-semânticos e aspectos epistemológicos de sua filosofia que reproduz a idéia de que a Teoria das Descrições Definidas é necessária e suficiente para explicar todos os usos semanticamente relevantes e dispensa-se a idéia de que os nomes da linguagem corrente são descrições definidas abreviadas. A descoberta crucial feita em ‘On Denoting’ consiste em mostrar que, contra todas as aparências em sentido contrário, os termos descritivos não são genuinamente referenciais. Ao contrário do que Frege tinha concluído, Russell mostra que a forma como os termos descritivos têm sentido é diferente da forma como termos genuinamente referências o tem. Russell introduz assim uma clivagem dentro de uma categoria aparentemente uniforme de termos, sendo este o resultado que nos interessa para defender a tese de que descrições definidas não são nomes, uma vez que um nome é, dentro desse princípio, um símbolo simples usado para designar um particular determinado, o que o leva a considerar que o significado de um nome é conhecer a quem ele se aplica.

Nessa perspectiva, os nomes próprios da língua natural não poderiam ser considerados como nomes autênticos, pois existem nomes próprios que simulam designar. Russell admite, em *Principles of Mathematics* e em outros trabalhos, que o significado de um nome deve ser identificado ao objeto que o nome denota. Coloca-se, por essa via, a condição necessária, embora não suficiente, para que algo possa ser nomeado – a de que possa ser denotado. Nesse momento, Russell considera um “termo” tudo que pode ser mencionado; todo termo poderia ser um sujeito lógico de uma proposição; e tudo que pudesse ser sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeado. Segue daí que, em princípio, era possível usar nomes para fazer referência não apenas a qualquer coisa existente em qualquer lugar e tempo, mas também para fazer referência a entidades abstratas

de todas as espécies, a coisas não existentes, como o atual czar da Rússia, a entidades mitológicas e mesmo a entidades logicamente impossíveis.

Russell define a proposição como sendo simplesmente um símbolo. E considera que, no caso de um nome, existe uma única relação que ele pode ter com o que nomeia, ou seja, um nome só pode nomear um particular ou, se não o nomeia, não é em absoluto um nome, é um ruído. A diferença entre nome e proposição se situa nesse ponto, pois o nome deve ter exatamente aquela relação particular de nomear alguma coisa, mas uma proposição não deixa de ser uma proposição se for falsa. Ele infere, a partir disso, que as características lógico-formais das proposições são bastante diferentes das características dos nomes, pois as proposições estabelecem relações diferentes com os fatos. Elas não são nomes para os fatos.

Lembramos que o conceito de sentido em Frege é colocado como modo de apresentação da referência e para Russel é sinônimo de significado; logo, Russell une as noções de sentido e referência que em Frege estavam separadas. No entanto, em concordância com Frege, Russell se preocupa em elaborar uma linguagem logicamente perfeita; esse feito foi o que ele pretendeu elaborar no *Principles of Mathematics*, tratando de uma linguagem que possui unicamente sintaxe e não possui nenhum vocabulário. Ressalta, assim como Frege, que as linguagens reais não são logicamente perfeitas

O deslocamento que faz Russell em relação a Frege lhe permite explicar as ambigüidades nas línguas. O problema que se apresentava a Russell e a Frege era a necessidade de uma linguagem que informasse e não fosse ambígua. Russell formula, então, a teoria da condição de existência, em que a denotação é apresentada junto ao sentido. Se, para Frege, existiam proposições com sentido e sem denotação, para Russell só existem proposições com denotação e sentido. Se para Frege as descrições definidas eram equivalentes aos nomes próprios, para Russell a descrição não é igual a um nome próprio e, portanto, necessita de significado independente.

Durante muitos anos as teorias descritivistas aduzidas por Frege e Russell forneceram o modelo explicativo internalista do mecanismo por meio do qual os nomes próprios e os termos para tipos naturais referem: os nomes e os termos para tipos naturais referem um certo objeto em virtude da descrição definida ou conjunto de descrições — as intenções — que os falantes associam ao termo denotar um e um só objeto. No entanto, para John Searle (Searle, 1981) um dos partidários mais entusiastas das teorias descritivistas, a linguagem relaciona-se com o mundo porque os falantes assim a relacionam na execução de atos lingüísticos e define que, dentro desse princípio, o objetivo da filosofia da linguagem é explicar como se relaciona a linguagem com o mundo, uma vez que a forma que a hipótese formulada por Searle toma é a de que falar uma língua é executar atos de fala, atos como: fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e num domínio mais abstrato, atos como: referir e predicar; em segundo lugar, estes atos são, em geral, possíveis graças a certas regras para o uso de elementos lingüísticos e é em conformidade com elas que eles se realizam. Segundo Searle, toda a comunicação lingüística envolve atos lingüísticos, portanto a unidade da comunicação lingüística não é, como se tem geralmente suposto, o símbolo, a palavra, ou a frase, ou mesmo a ocorrência do símbolo, palavra ou sentença na execução do ato de fala. Considerar a ocorrência como uma mensagem é considerá-la como uma ocorrência produzida ou emitida. Mais precisamente, a produção ou emissão de uma ocorrência de frase sob certas condições é um ato de fala, e os atos de fala são a unidade básica ou mínima da comunicação lingüística.

Todavia, nossa relação com A filosofia da linguagem, mais diretamente com a Teoria dos Atos de Fala de Searle, é uma tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecedora para certos traços gerais da linguagem, tais como a referência, a verdade, e a significação.

Para Searle [a referência é entendida como ato de um sujeito particularizar um objeto no mundo], a Teoria dos Atos de Fala é colocada como um caminho, através do qual, podem-se estudar os problemas da Filosofia da

Linguagem. Procurando resolver os problemas da Filosofia da Linguagem considerando um conceito marcante da Filosofia Lingüística [o conceito de ato de fala], Searle constitui um novo tipo de discurso: o discurso da Filosofia da linguagem considerando os Atos de Fala. O autor de *Speech Acts* (1969 - 1981) promove uma nova configuração discursiva que atinge tanto o discurso dos formalistas quanto o discurso dos lingüistas. Nessa nova configuração, a Filosofia Linguística é apenas um método enquanto a Filosofia da Linguagem seria um objeto de estudo, o que não impediria um filósofo analítico de conciliar as duas posições, os dois discursos até então inconciliáveis.

Searle, em *Speech Acts*, apresenta uma nova configuração discursiva em que o discurso da Filosofia da Linguagem, ainda que em uma escala se apresente como prioritária, e o discurso da Filosofia Linguística ocupam posições complementares, na Filosofia Analítica, legitimando seu próprio discurso por meio da dissimulação. A dissimulação objetivando desbancar o discurso formalista da Filosofia Analítica atua como uma operacionalização da ideologia em *Speech Acts*; desloca, portanto, o conceito de ato de fala de sua historicidade, do lugar mesmo onde foi pensado. Dessa forma, o que a produção de *Speech Acts*, apresentada por Searle, procura apagar por meio da legitimação dessa nova configuração discursiva – a compatibilidade dos discursos formalistas e dos filósofos lingüistas - é de que a Teoria dos Atos de Fala contrapõe-se à teoria tradicional da linguagem defendida nos discursos formalistas de que a linguagem designa o mundo. A linguagem, considerada essa concepção, passa a ser vista como uma forma de atuação sobre o real e não como mera representação da realidade. Para Searle, uma teoria da linguagem é parte de uma teoria da ação porque falar é forma de comportamento que, sendo regida por regras, tem traços formais susceptíveis de um estudo independente.

Para conceber seu objeto de investigação como 'toda e qualquer linguagem capaz de produzir verdades, enunciados e promessas', Searle idealiza o ato de fala, buscando sempre os casos paradigmáticos e inteiramente neutros, os sentidos estáveis (e, portanto, formalizáveis) por meio da literalidade. Desse

modo ele legitima a decisão metodológica saussuriana da língua como um sistema de regras, abstraído da linguagem totalizante (a realidade histórica e social) que produz tal sistema de regras. E manifesta sua aprovação à decisão saussuriana, fruto da abstração e do distanciamento da linguagem ordinária real para conceber a linguística como ciência da língua, por meio da célebre dicotomia *langue/parole* pela localização do ato de fala no plano da *langue*.

Como contribuição teórica relevante à nossa proposta de análise, tomaremos as principais reflexões filosóficas de Searle que resgatam a Teoria Fregeana dos nomes próprios. Searle afirma que o objetivo da filosofia da linguagem é explicar como se relaciona a linguagem com o mundo; discordando de Frege, sustenta que não é uma fraqueza da linguagem que faz com que não possamos substituir uma descrição particular por um nome, pois o que nós associamos a um nome é a família de descrições definidas; uma vez que o referente de um nome é determinado não pela descrição singular, mas pelos muitos agrupamentos ou famílias descritivas. Searle defende as teses descritivas; assim, se o objetivo de qualquer teoria semântica é explicar como é que a linguagem se relaciona com o mundo, em virtude do que é que isso acontece, a resposta para Searle é óbvia e intuitiva: a linguagem relaciona-se com o mundo porque os falantes assim a relacionam na execução de atos lingüísticos.

A primeira obra de relevância filosófica de Searle foi seu artigo “ Proper Names ”, de 1958. Nesse, Searle (1958-1996) defende uma posição acerca da natureza dos nomes próprios condizente com as idéias de Gottlob Frege, e que consiste na tese segundo a qual todo nome próprio é associado a um determinado conjunto de descrições que determinam que objeto é designado por este nome. Em outras palavras, para Searle um nome é um designador indireto. Um nome próprio tem sentido não porque descreva características de um objeto (não descreve), mas porque está logicamente conectado com o conjunto das descrições definidas necessárias e suficientes para a descrição de um objeto particular. Assim, no artigo em questão, Searle defende uma posição acerca da natureza dos nomes próprios condizente com as idéias da Teoria Descritiva de

Gottlob Frege, em *On sense and nominatum*, e Bertrand Russel em *On denoting*, e que consiste na tese segundo a qual todo nome próprio é associado a um determinado conjunto de descrições. Em outras palavras, para Searle, um nome é um designador indireto. Um nome próprio tem sentido não porque descreva características de um objeto, mas porque está logicamente conectado com o conjunto das descrições definidas necessárias e suficientes para a descrição de um objeto particular.

Interessa-nos, enfim, pontuar a relação existente entre esses teóricos da Lógica e da Filosofia da Linguagem. Assim, concluimos essa seção retomando Russel (1978) que tomado pelas reflexões de Frege acerca da linguagem junto a George Edward Moore dá os primeiros passos com relação à conquista de um método propriamente analítico, fornecendo à Filosofia a conquista do seu objeto de estudo. Em 1903 é publicada a obra de Russell *Principles of Mathematics* na qual consagra o Apêndice B inteiramente às idéias de Frege. A prática discursiva da Filosofia Analítica, movimento iniciado por Russell, cuja proposta era fornecer uma análise de significação dos enunciados científicos e do senso comum, seria, então, marcada pelas técnicas de análise lógica da linguagem iniciada por Frege, cuja influência exercida em *Speech Acts* é reconhecida pelo próprio Searle. Searle, ao apresentar sua Teoria da Referência faz alusão a Frege e a Strawson, o que reforça a imagem de seu texto como acréscimo à cadeia intertextual existente na Filosofia Analítica.; há uma intertextualidade manifesta que Searle, autor de *Speech Acts*, implicitamente, remete a Frege.

## **2.2. Lingüística: a questão do nome próprio se alia aos estudos da significação**

Os autores, cujos campos de reflexão se encontram no domínio da Lógica e da Filosofia da Linguagem, como vimos no item 1. desse capítulo, apontam para alguns percursos importantes para tratar o nome próprio; sobretudo o campo da Lógica que funciona como um campo de forças repleto de argumentações e contra-argumentações. Argumentações e contra-argumentações que são, no entanto, destituídas pela Lingüística, mais precisamente pelos autores da Semântica.

As constatações das complexidades envolvidas nos estudos do nome próprio trouxeram particularidades na maneira como os lingüistas se dedicaram a tratá-lo. Os apontamentos que faremos no domínio da Lingüística retomam as discussões em torno do nome próprio – seu sentido, seu valor referencial - e se reportam aos estudos da significação, mais especificamente aos domínios da Semântica. A Semântica tratará dos estudos que envolvem o nome próprio por ser a disciplina linguística que estuda o sentido (o sentido enquanto objeto), a significação.

No campo da Semântica Formal, os trabalhos de Lyons (1977) definem a Semântica como o estudo do significado e fundamenta formulações teóricas considerando a relação dos estudos semânticos/ estudos da significação. Definida essa configuração da Semântica, mencionamos os trabalhos de Michel Bréal (1892) e Ferdinand Saussure (1979) cujas reflexões marcam posições importantes em relação à especificidade do nome próprio na linguagem: Ferdinand Saussure que, ao discorrer sobre a analogia e evolução na língua, defende a idéia de que os nomes próprios seriam as únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum e Michel Bréal que, em seu *Ensaio de Semântica*, mostra seu posicionamento sobre o nome próprio como conseqüência da forma como ele apresenta sua teoria sobre a linguagem. Ambos, Bréal e Saussure, estão marcados pela especificidade de tomar o nome próprio como

objeto de estudo e tomam a linguagem, considerando sua incompletude e inexatidão. Quanto à argumentação de que os nomes próprios formam uma espécie situada fora da língua, Bréal diz que certamente há razões para essa opinião, pois, para essa categoria, o sentido etimológico não tem nenhum valor; os nomes próprios são intraduzíveis, seguindo as transformações fonéticas de modo mais lento. Entretanto, segundo ele, há só uma diferença de grau, intelectual entre nome próprio e nome comum. A conclusão a que chega Bréal é de que os nomes próprios são os substantivos por excelência.

### **2.2.1 A Semântica Argumentativa: a argumentação está na língua**

Oswald Ducrot (1977), ao se propor tratar questões referentes à linguagem, filia-se diretamente aos estudos semânticos desenvolvidos por Benveniste e aos trabalhos da filosofia da linguagem, principalmente aos trabalhos de Austin e Searle. O ponto central de suas reflexões acerca da linguagem se define pelos estudos enunciativos; para desenvolvê-los, formula e reformula vários conceitos, produzindo modificações quanto ao alcance que eles possuem dentro das análises lingüísticas.

Sobre as discussões ducrotianas, vale ressaltar as reflexões que realiza acerca da oposição que estabelece entre ‘implicação’ e ‘pressuposição’ dentro de uma perspectiva que adota, nas línguas naturais: uma separação entre o falar e o dizer. ‘O Falar’, para Ducrot, é o ato de fazer uso da linguagem, e ‘o Dizer’ é a comunicação de uma informação por meio da linguagem. Segundo Ducrot (1981), a pressuposição localiza-se na fala, mas não se restringe ao dizer, uma vez que condições exteriores [pressupostos do enunciado] são consideradas, garantindo, assim, as relações entre indivíduos. A pressuposição, nessa concepção, depende, de certo modo, da linguagem conotativa, que é quando o significante (uma expressão) é já uma linguagem, quando ele comporta em si

mesmo uma expressão e um conteúdo (significado). Para Ducrot há, no entanto, um critério operacional que nos permite distinguir, nos enunciados, aquilo que é 'posto' daquilo que é 'pressuposto'; tomemos como exemplo ilustrativo: seja **A** um enunciado qualquer; diremos que ele pressupõe a significação expressa por **B**, se, de uma parte, **A** contém todas as informações veiculadas por **B** e se, por outro lado, a frase interrogativa "Será que **A**?" comportar ainda as mesmas informações; assim, **A** pressupõe **B**, da mesma forma que "Será que **A**?" pressupõe **B**. Duas informações suplementam essa formulação do autor: (a) todo enunciado complexo deve ser desdobrado em enunciados simples, de significação elementar; (b) todos enunciados elementares de que se compõe um enunciado complexo devem ser distinguidos em relação à função que eles têm no significado global de uma enunciação mais complexa. Isto é, torna-se importante distinguir o que é 'posto' daquilo que é 'pressuposto'. Em princípio, é, segundo o autor, inadequado supor a pressuposição como uma condição de emprego dos enunciados. O falante afirma a evidência da pressuposição do seu enunciado, porque a evidência não é afirmada, mas é testada. O locutor julga que o alocutário já possua informações sobre a pressuposição.

Retomando nosso objetivo de pensar questões que norteiam a referência, nos deteremos nas discussões propostas por Ducrot (1984) em seu texto intitulado *O referente*. Para Ducrot, o maior problema sobre essa questão está na dicotomia interior/exterior do referente ao discurso; ou seja, a questão para o autor está em se situar mediante o problema: o referente é exterior ou está inscrito no discurso?

Ducrot ao tratar de enunciados assertivos, diz que o falante de uma língua sempre acredita que "as coisas foram, são ou serão como ele as descreve, instituindo o mundo como seu juiz" (ibid, p.418). Nesse caso, considera que a palavra não significa nela mesma, o seu significado está voltado para o exterior, pois o seu valor depende do mundo em que está inserida, podendo estar inserida num mundo real como também num mundo fictício. Isto porque, para ele "a

palavra diz respeito a um objeto no exato momento em que, no entanto, o constitui” (ibid).

Ao relacionar essa discussão com atos de linguagem procura descrever o funcionamento da referencialidade em relação a uma ordem ou a um desejo. Nesse caso “a palavra embora declarando-se senhora da realidade, reconhece a realidade como algo que lhe é exterior” (ibid) “A palavra ao exigir ser posta em relação com um real que lhe é exterior, impede a concepção desse real como sendo diferente da imagem que dele é dada. A realidade é muda se não for o referente de um discurso e, se o for, parece condenada a refleti-lo” (ibid, p.421).

Para poder explicar o fato de que mais de uma expressão pode designar um único ser, Ducrot opera com o conceito de sentido elaborado por Frege. Segundo este autor, sentido e referência funcionam diferentemente, o sentido das palavras deixa de coincidir com as coisas por elas designadas. Com isso, Frege procura explicar que, embora, duas palavras ou mais tenham sentidos diferentes, elas podem ter uma mesma referência. E, ao introduzir essa idéia de ‘sentido’ na discussão, permite, ou pelo menos parece permitir, a separação do que é interior e exterior ao discurso. O referente fica fora do plano lingüístico, mas por essa mesma razão o referente acaba por aparecer, ou melhor, indicar pistas pelo sentido que possibilitará localizá-lo.

Mas só isso não é suficiente para solucionar tal problema, pois, segundo Ducrot, o dilema pode reaparecer no interior do próprio sentido, para isso basta que o sentido cumpra com eficiência a sua função de apresentar o objeto para que a distinção entre sentido e referente torne-se difícil. O autor considera que a distinção entre sentido e referente, na verdade procura “separar duas zonas de realidade, dois tipos de entidades, umas situadas no interior, outras no exterior da língua e do discurso” (ibid, p. 426). Essa distinção lingüística é que separa todos os enunciados em duas categorias de expressão, uma destinada a referenciar os objetos e a outra a descrevê-los. As categorias de expressão que referenciam, procuram referenciar o objeto, ou seja, serve como indicativo dos

objetos referidos enquanto que as expressões descritivas apenas descrevem o referente do enunciado.

Ducrot considera que aquilo ao qual nos referimos é, portanto, aquilo do qual falamos, e quando dizemos que algo não existe é discorrer sobre ele, e, nesse sentido é colocá-lo em evidência, é fazê-lo existir, sendo que um ser preciso pode ser designado por diversos enunciados.

Para ele as expressões dêiticas, que contêm uma alusão à situação de enunciação, e põem aquilo que é dito em relação ao acontecimento histórico constituído pelo dizer, acabam por ligar o conteúdo da fala

a um mundo exterior ao discurso, o mundo em que o discurso se realiza (o que não implica, contudo, que se trate da situação efetiva, 'real', que seria a minha na perspectiva de uma ciência histórica com pretensões objetivas: pois no meu discurso, eu invento a minha própria situação de discurso) (ibid, p.437).

Para ele não se reduz a função referencial à designação de objetos. É impossível abordar os problemas da referência a partir de um conhecimento prévio da realidade, do universo, real ou imaginário, ao qual o discurso faz alusão, pois a enunciação, para Ducrot, é irrepetível, e isso o leva a considerar o dizível do acontecimento como sendo sempre único.

Nesse estudo, Ducrot avança muito em relação às concepções dos lógicos. A nosso ver ele procura mostrar que o referente não é um objeto único, estático no mundo, fora da linguagem, ao contrário o referente é constituído também pela linguagem. A relação do referente com a linguagem, nesse caso, é formada pelas várias designações enunciadas que constroem o objeto referente, sendo que algumas dessas designações são predominantes.

Para Lopes (1995), Ducrot parte do ato de enunciação e não do enunciado: dentro dos princípios ducrotianos, o enunciado não constitui um fato; os únicos dados de que o semanticista dispõe são as múltiplas correntes possíveis de um enunciado nas diversas situações em que o empregamos. Assim,

o sentido é algo que se revela do enunciado. Por isso, falar sobre o sentido de um enunciado fora das circunstâncias possíveis da sua ocorrência, isto é, fora do contexto e da situação, noções às quais Ducrot se refere de forma global por meio do termo contexto – equivale a abandonar o terreno da experiência e da comprovação, para construir uma hipótese que será sempre carente de demonstração. Ducrot afirma que não existe na realidade nenhum enunciado que ocorra extracontexto. Um enunciado pode apresentar um contexto de dimensões extremamente reduzidas, mas ele possuirá, sempre, um contexto – aquele da situação que põe em contato dois interlocutores.

### **2.2.2 Análise do Discurso: a questão da constituição do sujeito encontra-se ligada à da constituição do sentido**

“Saussure ficou sozinho com suas idéias” em torno dessa afirmação Michel Pêcheux (1982) analisa a história epistemológica da linguística, tecendo observações sobre as tendências à desconstrução das teorias, conforme a análise das alianças teóricas que se estabeleceram com e contra Saussure.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1990, p.163), o quadro epistemológico do campo da Análise do Discurso abrange a articulação entre três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso, enquanto teoria explicativa do modo como se dá a historicidade dos processos semânticos. Ainda de acordo com o autor, “estas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.” A noção de significante com a qual M. Pêcheux trabalha em *Semântica e discurso* (1988) é bastante próxima da que J. Lacan, relendo Saussure, postula. Em ambos os autores, uma teoria do sujeito é inseparável da noção de significante. Não podemos esquecer que, na base do quadro

epistemológico fundador da Análise do Discurso, Pêcheux já previa uma teoria da subjetividade de base psicanalítica.

A ideologia, considerando as formulações discursivas, aponta para a necessidade de atribuição de sentidos, interpretação. Orlandi (1996), mostra que é pela ideologia que se organiza a naturalização dos sentidos já que o movimento contínuo dos processos de significação supõe sua inscrição na materialidade da língua e da memória discursiva (interdiscurso); assim, embasada pelos fundamentos discursivos reformula a ideologia como relação necessária entre linguagem / mundo. A distinção que Orlandi (1996) faz entre ordem e organização da língua merece menção, uma vez que, para a autora, ser trabalhado pela língua diz respeito à entrada do sujeito em um mundo já dotado de sentidos que o antecedem; nessa concepção, o sujeito está na língua é porque está sendo trabalhado pela língua. Se ele é envolto pelas redes significantes, estas tanto podem articular como desorganizar sua inserção no simbólico. Dentro desse princípio, a relação imaginária do sujeito com a transparência dos sentidos ora se define pelas evidências da realidade daquilo que lhe é dado falar, ver, ouvir, pensar, apagando o fato de que o sujeito resulta de um processo; ora se define pelo que se instaura como sendo uma ordem própria do significante, desarticulando, desse modo, na realidade imaginária, a identificação com o outro: as repetições (paráfrases), deslocamentos (processos metafóricos) e a multiplicidade (polissemia).

Retomando nosso objetivo de pensar questões que norteiam os processos de designação, nos deteremos às discussões propostas por Pêcheux (1988) quando esse examina a questão do nome próprio, considerando como esse tema o conduz na elaboração do conceito de “pré-construído”, que consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio é resultante, precisamente, da operação de determinação “levada ao extremo”.

Michel Pêcheux, considera que a Semântica é um lugar que possibilita de modo singular a observação de funcionamentos lingüísticos em discussão com

a filosofia e as ciências das formações sociais. Em seu livro *Les vérités de la Palice* (1975) que foi traduzido ao português com o nome de *Semântica e Discurso* (1988) traçará as linhas fundamentais de um modo de pensar a linguagem, considerando lugares ainda pouco explorados; como é o caso, por exemplo, das reflexões que tomam por análise a questão do nome próprio.

Assim, ao definir que “a unicidade de existência do objeto (designada pelo nome próprio) desaparece no nome comum” (ibid, p. 102), retoma os princípios de Frege, postulando que ao domínio da Lógica corresponde a noção de quantificador existencial enquanto que ao domínio da Lingüística corresponde o de nome próprio; logo, seu funcionamento não é neutro ou indiferente em relação à ideologia. Além das relações expostas, o nome próprio está relacionado com um terceiro elemento que não pertence nem à Lógica, nem à Lingüística, mas ao que Pêcheux denomina o domínio do pensável.

Dessa forma, para Pêcheux, o limite da Filosofia da Linguagem e da Ciência Lingüística em geral, tomada pelo mito empírico subjetivista, encontra-se no tratamento da relação situação-propriedade; propõe, considerando esse lugar, um sujeito concreto e individual em situação, apagando progressivamente sua relação com as estruturas sócio-históricas. Esse apagamento o conduz à noção de sujeito universal, abstrato, que pensa por meio de conceitos fixos e pré-estabelecidos. Propõe-se um mundo dual, constituído pelo mundo físico por um lado e pelo mundo mental por outro. A partir desse quadro encontramos o tratamento tradicional do nome próprio como pertencente a um só sujeito (neutro) no mundo, tendo somente um nome e um referente. Assim, no que se refere ao nome próprio, Pêcheux dirá, ao explicitar a segunda proposta, partindo de uma reflexão que tem sua origem na psicanálise lacaniana, que o significante “representa o sujeito para um outro significante” (ibid, p. 262) Esse posicionamento traz, para a teoria do discurso, duas conseqüências: A primeira relacionada com o primado do significante sobre o signo e o sentido e na segunda o significante toma parte na interpelação/identificação do indivíduo em sujeito.

(ibid, p. 264). Nessa perspectiva, o nome próprio surge como elemento importante, uma vez que

o sujeito, se ele já pode parecer escravo da linguagem, o seria tanto mais de um discurso – em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito desde o seu nascimento – quanto se assim o fosse sob a forma de seu nome próprio: o nome próprio não é uma propriedade como os outros, e ele designa o sujeito sem representá-lo. Os lógicos, como vimos, freqüentemente limitaram-se a constatar isso e a comentar, com base no tema da convenção, o efeito de exterioridade do nonsense que aí se manifestam (id, 1990, p. 264).

Assim, o nome próprio não é próprio, não há propriedade nele, senão que ele designa o sujeito sem representá-lo. É esse fato, o de designar o sujeito, que permite pensar o nome próprio sob o efeito de pré-construído, já que o sujeito é se apresenta na linguagem na qual está inscrito desde antes do seu nascimento sob a forma do seu nome próprio, como veremos na (Pechêux, 1988)

## **2.2.3 Semântica do Acontecimento: compreender o funcionamento da língua na sua historicidade**

### **2.2.3.a Filiações e Dispositivo Teórico**

Nossas reflexões, no item 1. desse capítulo, passaram por teóricos que, de certa forma, procuraram tratar a questão da referência. Assim, marcamos a posição de formalistas como Frege e Russell que, inspirados na Lógica, marcaram a referência como a relação da linguagem (palavra) com o mundo (objeto referido); a posição da Filosofia da Linguagem que, representada por Searle, procurou salientar a intencionalidade de um sujeito falante em que a

referência é entendida como o ato de um sujeito de particularizar um objeto no mundo. Está claro quem essas duas posições apresentam o referente como algo no mundo e o sentido aparece colado ora na língua, ora no sujeito falante; ou seja, a língua se apresenta como instrumento para comunicar algo onde todos conhecem previamente o significado das palavras, ou como instrumento para expressar a intenção de um sujeito falante. As duas posições marcam, no entanto, a concepção de que o referente é algo no mundo.

Em uma abordagem linguística, especificamente semântica, tratamos no item 2. desse capítulo, a questão da significação. No item 2.1., consideramos as formulações de Ducrot, sobre a referência; como vimos, o autor, em *O Referente* (1984), procura deslocar a concepção de referente que define que o objeto enquanto exterioridade é constituído de algum modo pela linguagem. E a objetividade desse objeto é constituída pelo fato de várias falas falarem desse objeto. Ou seja, as várias designações constroem o objeto referido e algumas designações se constituem dominantes. Ducrot desconstrói a proposta formulada pelos formalistas e intencionalistas que marca a relação do referente com a língua [uma relação direta em que a fala assegura o objeto]; adota, portanto, uma perspectiva enunciativa e essa relação é ampliada uma vez que o objeto é construído a partir das várias designações que referem o objeto, sendo que algumas acabam tornando-se predominantes. No item 2.2., destacamos os princípios básicos de reflexão da Análise do Discurso, mais especificamente os que se situam no âmbito da Escola Francesa de Análise do Discurso, buscando o aprofundamento de certas conexões teóricas indicadas por Pêcheux a respeito de uma de suas teses centrais: a questão da constituição do sujeito encontra-se ligada à da constituição do sentido e ambas precisam ser pensadas / articuladas à questão dos processos de interpelação-identificação que atravessam o sujeito. O discurso, tal como foi postulado por Pêcheux (1988, 2001) e tem sido minuciosamente discutido e analisado por Orlandi (1996 e 1999), é concebido como efeito de sentido entre locutores, o que remete para uma compreensão de linguagem como prática simbólica, uma prática que se constitui pela via do

significante<sup>2</sup> e que se encontra na gênese do processo de constituição do sujeito. Não é, portanto, nem de um indivíduo nem de uma realidade empiricamente localizáveis que se trata quando se discute sujeito, sentido e discurso.

Na perspectiva teórica à qual nos filiamos, a Semântica do Acontecimento, formulada por Eduardo Guimarães, essa questão é tratada de forma diferente. Segundo o autor (1995), o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. E isso se dá no sentido em que o objeto é construído por uma relação de discursos. A sua materialidade é esse confronto; isto é, a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença.

Portanto, a abordagem semântica desenvolvida por Guimarães, ao propor um dispositivo teórico de análise que nos permite analisar o discurso em relação aos processos de significação que o constituem, por meio de seus mecanismos de funcionamento, pretende abrir uma relação com a Análise do Discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. A Semântica do Acontecimento proposta por Eduardo Guimarães se apresenta como o resultado de filiações teóricas entre a escola francesa de Análise do Discurso e a Semântica Argumentativa em moldes ducrotianos; se define por estabelecer, assim, um diálogo entre as análises semânticas do nome próprio, a teoria dos atos de fala e a Análise do Discurso. Ao considerar que a exterioridade discursiva não abandona a especificidade do sistema lingüístico, a Semântica do acontecimento de Eduardo Guimarães se filia, por um lado, aos trabalhos de Frege, Russell, Searle, Grice, Bréal, Bally, Benveniste e Ducrot e, por outro lado, aos estudos de Pêcheux, Authier, Henry, Orlandi. A Semântica do Acontecimento marca, no entanto, sua especificidade em relação a esses teóricos como destacaremos.

Assim, teóricos como Benveniste e Ducrot, apesar de reintroduzirem em seus estudos lingüísticos a exterioridade, concebem a história cronologicamente. Guimarães, ao incluir a história, procura constituir uma

semântica enunciativa que considera a representação do sujeito na constituição do sentido; considera, assim, que o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação, segundo as condições histórico-enunciativas em que aparece.

Assim, Guimarães (ibid) ao considerar que a linguagem fala de algo e o que se diz é construído na/pela linguagem e ao definir a Semântica do Acontecimento como a responsável por uma análise do sentido da linguagem, centrada no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer, encontra impedimentos quanto à posição de Saussure no *Curso de Lingüística Geral* (1979); Saussure, ao definir a *língua* objeto de estudo da lingüística, deixa para a *fala* o individual, o subjetivo; nessa concepção, são as relações internas que dão o caráter definidor para a língua e o que há de significação no *Curso* é o que há de codificado como significado. A Semântica do Acontecimento é um gesto de incluir o excluído saussureano, uma vez que considera, além do sistema lingüístico (a língua), a discursividade (historicidade da língua). Para Guimarães a significação está justamente no que Saussure definiu como exterior; considera, portanto, a significação a partir da questão da exterioridade da língua (o mundo, o sujeito, o referente, a história) que é uma exterioridade discursiva, ou seja, é o “interdiscurso, que se define como o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente constituído” (Orlandi, 1999, p.89).

A linguagem nessa perspectiva passa a ser entendida como

um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra. Quanto a uma língua, diríamos que ela é uma dispersão de regularidades lingüísticas que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno constituído sócio-historicamente (Guimarães, 1987, p.17).

Assim, a Semântica do Acontecimento propõe correlacionar a enunciação, enquanto um acontecimento de natureza histórico-social, com a língua; o enunciado, nessa concepção, se constitui como elemento de uma prática

social, em que os sentidos são determinados pelas distintas posições-sujeito ocupadas pelo indivíduo e caracterizadas histórica e socialmente no acontecimento enunciativo. Desse modo “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (Guimarães, 1995, p. 66); a significação é, portanto, histórica, não no sentido cronológico, historiográfico, onde os fatos significam um acontecimento social, determinados apenas no tempo, constituindo um fato sempre único e irrepetível, mas no sentido de que a história é constituída do presente da enunciação; para Guimarães (1999), o acontecimento histórico não está num presente de um antes e de um depois no tempo.

Dessa forma, a enunciação entendida como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento, torna-se o ponto básico da constituição da Semântica do Acontecimento, uma vez que o acontecimento – relação do interdiscurso com as regularidades da língua – torna-se constitutivo de sentido. Nessa concepção, o sentido está posto como uma questão enunciativa em que a enunciação é constituída de uma historicidade entendida como a determinação pelas condições sociais de sua existência; o sentido constitui-se discursivamente a partir de um acontecimento enunciativo.

Assim, Guimarães, ao conceber que a Semântica do Acontecimento “se constitui no lugar em que trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (id, 1995, p. 85), considerando que a linguagem funciona na relação língua/interdiscurso, estabelece um diálogo com a Análise do Discurso.

Desse modo, o discurso, definido como “efeito de sentidos entre locutores” (Pêcheux apud.Orlandi, 1999, p. 21), é o lugar de contato entre língua e ideologia; não é, portanto, algo que apenas transmite informações de forma clara e objetiva. Nessa perspectiva, a materialidade lingüística deve ser pensada na sua constituição discursiva e o processo discursivo deve ser definido pelas condições de produção de sua enunciação, pelos efeitos do cruzamento de diversos discursos, e das várias posições do sujeito.

Para Orlandi (1990), são as relações entre discursos que dão a particularidade que constitui todo discurso; assim as condições em que os sentidos são produzidos são constituídas pelas formações discursivas, ou seja, pelas diferentes regiões que recortam o interdiscurso, refletindo as diferentes formações ideológicas e o modo como as posições-sujeito, os lugares sociais por eles representados, constituem sentidos diferentes. Dessa forma o acontecimento da enunciação deve ser entendido como discursivo. Ou seja, são todas essas condições de produção que irão constituir o sentido da enunciação.

Ao incluir a história, Guimarães (1995) trata a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação é vista historicamente; assim, o sentido são os efeitos da memória, das posições de sujeito, do cruzamento de discursos no acontecimento, no presente do acontecimento.

Ao incluir a história/historicidade nos estudos semânticos formais, Guimarães (1993) concebe a enunciação considerando a noção de acontecimento e sua relação com a língua. Nesse sentido, a enunciação passa a ser “então um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (ibid, p.70). Sendo assim, a enunciação deixa de ser uma organização intelectual do sujeito, entendido como fonte, origem dos sentidos produzidos e tampouco se reduz ao contexto em que se fala; a enunciação não diz respeito apenas à situação. Assim, a Semântica do Acontecimento, ao propor uma semântica fundamentada na historicidade da língua, destitui o sujeito de uma posição central para torná-lo construto de uma formação discursiva; o sujeito se constitui na e pela linguagem. Portanto, as várias posições do sujeito, segundo Orlandi & Guimarães (1999), podem representar diferentes formações discursivas e as relações entre essas diferentes formações discursivas podem ser de confronto, de sustentação mútua, de exclusão.

### 2.2.3.b Conceitos teóricos e descritivos

A partir dos conceitos teóricos e descritivos propostos e desenvolvidos pela Semântica do Acontecimento (2002), objetivamos, neste trabalho, analisar enunciativamente o processo constitutivo das designações que compõem nosso '*corpus*'; assim como considerar os procedimentos que predicam e determinam essas designações e acabam por estabilizar sentidos no processo onomástico das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro; utilizaremos os procedimentos adotados por Guimarães quando este se propõe a estudar o funcionamento dos nomes e especificamente da designação, e, por conseguinte, conceitos como espaço de enunciação, cena enunciativa, Locutor e enunciador.

Para entender como a questão enunciativa é formulada, adotamos, conforme explicitado no item 2.3., o conceito de enunciação de Guimarães (1995), que toma a enunciação como um acontecimento histórico, em que o sentido está posto a partir da consideração de que a enunciação é determinada pelas condições sociais de sua existência.

A Enunciação é considerada por Guimarães, tal como já dissemos antes, como um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua. Esse funcionamento da língua se faz pela relação entre língua e falante, “pois os falantes são pessoas determinadas pelas línguas que falam; são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (id, 2002, p. 18) A esta relação língua/falantes Guimarães chama de **espaço de enunciação**: só há língua porque há falantes e só há falantes porque há língua.

É fundamental, enfatizarmos, nessa concepção, o espaço onde a palavra e as línguas regulam ou disputam um lugar, atravessadas pelo político; para Guimarães o falante é uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. Esse atravessamento pelo político instaura a divisão da língua e, nesses espaços de disputa que se constituem pela equivocidade própria do acontecimento, encontramos falantes divididos pelo seu modo de pensar, pelo

seu direito de dizer. Essa equivocidade, segundo Guimarães, se dá a partir de uma deontologia (uma moral e uma ética que regula, organiza e distribui os papéis sociais) e de um conflito oriundo da própria deontologia, provocando redivisão e disputa constante pelos papéis sociais.

Os papéis sociais, diferentemente tomados pelos falantes na relação com a língua, os identificam por valores hierárquicos que poderíamos atribuir à divisão social da língua. Não se trata, entretanto, de colocar a questão como uma simples variação lingüística, uma vez que, como afirma Guimarães, a língua ao estabelecer relações diferentes entre ela e os falantes encontra-se dividida por uma disputa política. Dessa forma, os falantes se identificam exatamente segundo essa divisão. Divisão marcada por uma hierarquia de identidades que distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios dessa hierarquia. É essa deontologia global da língua que destina o falante “a dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros” (ibid, p. 21).

É tomado por essa perspectiva de que o Espaço de enunciação é fundamental para se tomar a enunciação como uma prática política, em que falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes que Guimarães afirma que enunciar é estar na língua em funcionamento; falar é, nesse sentido, estar em um lugar de disputa e/ou obediência, é exercer uma relação de poder. A língua, nessa concepção, funciona no acontecimento, pelo acontecimento e não pela assunção de um indivíduo empírico ou da vontade ou voluntariedade do falante.

A **cena enunciativa** são lugares constituídos pelos dizeres marcados por uma temporalização própria do acontecimento e não por pessoas donas de seu dizer, são espaços determinados pelo processo deontológico de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Assim, é na cena enunciativa que se constituem modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre os lugares de enunciação e as formas lingüísticas.

Para Guimarães, “assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia” (ibid, p. 23); assim ao definir a cena enunciativa como uma configuração específica pela relação entre os lugares de enunciação entre quem fala e para quem fala afirma, configura o que é o Locutor e o enunciador.

Assumindo sua filiação à Semântica Argumentativa em moldes Ducrotianos, Guimarães, em *Texto e Argumentação* (1987), desenvolve um percurso em que considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado, incorporando, inclusive, o conceito de Polifonia de Bakhtin. Guimarães, no entanto, considera como materialidade lingüística o que se definiu como corte ducrotiano, ou seja, inclui como materialidade lingüística as regularidades enunciativas constituídas historicamente.

Assim, de acordo com a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002), o **Locutor** constitui-se como uma figura do dizer, não é uma figura do mundo físico, uma vez que é construída pelo sentido, constituída pelo discurso. Neste sentido ele é apresentado pela enunciação em que ocorre o enunciado e é representado no texto pelas formas do eu.

No entanto, é preciso distinguir o Locutor do lugar social do locutor (locutor-x), ou seja, o Locutor enquanto pessoa existindo socialmente no mundo e falando. O locutor-x é o locutor socialmente falando do lugar do comerciante, do professor, do presidente. O **enunciador** está posto como o lugar do dizer; o Locutor desconhece falar de um lugar específico, podendo ser o de um **enunciador-individual** (lugar de dizer que se representa como individual), **enunciador-genérico** (lugar em que se diz aquilo que todos dizem), **enunciador-universal** (lugar de dizer que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro ou falso). Enquanto enunciador, o Locutor, ao falar de um lugar específico, se divide como se dissesse de um certo lugar meramente de dizer; assim, esses lugares de dizer, que Guimarães chama enunciadores, “se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor” (ibid., p. 26).

Concluindo, definimos o locutor x considerando o que Guimarães concebe como Cena enunciativa. A **Cena enunciativa** é um espaço específico que apresenta a distribuição dos lugares de enunciação. Assim, quem assume a palavra, quem se coloca no lugar de quem enuncia, será o **Locutor**. Ele se apresenta como a fonte do dizer. Mas esse Locutor é afetado por lugares sociais autorizados para esse dizer. A esse lugar social, Guimarães denominará de **locutor-x**. O **enunciador** é o lugar individual de dizer do Locutor. Ele pode ser individual, coletivo e genérico. O **enunciador individual** é aquele que se apresenta como quem está por cima de todos independente da história. O **enunciador coletivo** é para Guimarães o lugar de dizer que tem como principal característica ser a voz de todos em uma só voz. O **enunciador genérico** é o que repete o dito pelo povo, aquele que diz como dizem todos.

### **2.3 Os nomes das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro enquanto objeto específico desta reflexão**

É no interior do quadro teórico apresentado nos itens 2.3. e 2.3.1. que abordaremos a questão da nomeação relevante ao objeto de análise desse trabalho, que tem como *corpus* os nomes das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro.

Defenderemos, portanto, as reflexões formuladas por Guimarães (2002) de que a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Assim, a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. Nessa concepção, Guimarães não toma o nome como uma palavra que

classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos, mas os considera, tal como considera Rancière (1992); para o autor de Semântica do Acontecimento, os nomes identificam objetos: formulação teórica que adota tanto para os nomes comuns, como para os nomes próprios, ou seja, “a referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação”. (ibid, p. 9)

A nomeação, tal como define Guimarães (2002), “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”; Costa (2004) retoma essa definição em seu texto ‘Designação e Referência: uma análise enunciativa no CENSO DEMOGRÁFICO 2000’, para a autora:

(...) a nomeação seria a enunciação fundadora, aquilo que só ocorre, num certo sentido, uma única vez; a partir daí o que há são referências e a reconstituição incessante das designações, numa forma de consequência dessa enunciação fundadora. Nomear é um processo de identificação social, é recortar o real e dar-lhe uma identidade, como uma forma de construir o sentido do visível, em que se toma a significação a partir do nome. (Costa, 2004:33).

Ao considerar que a enunciação é a língua posta em funcionamento, pretendemos mostrar, por meio das análises que aparecerão nos capítulos 4 e 5, como é que a língua funciona no acontecimento enunciativo para produzir sentido.

Para se explorar o objeto específico de análise deste trabalho, ou seja, o funcionamento da designação, torna-se necessário formular como consideramos a relação da linguagem com os objetos. Guimarães, conforme marcamos nos itens 1. e 2. desse capítulo, numa linha de pensamento que se inicia em Frege e passa pelas formulações do pensamento ducrotiano, considera o objeto como uma exterioridade produzida pela linguagem, objetivada pelo confronto de discursos, no sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos e a sua materialidade é este confronto de discursos. Portanto, o

processo de designação é considerado como “uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença” (Guimarães, 1995, p. 74).

Assim, o referente, segundo Guimarães, deve ser considerado como uma exterioridade produzida pela linguagem na enunciação, e por isso não se fixa e nem se pode fixar o sentido do referente como se remetesse a algo único, a sua existência só significa no confronto discursivo a partir da enunciação que o designa.

Conforme Guimarães (2002), a designação está no espaço do sentido das expressões; ela divide o real e identifica os objetos dessa divisão (produz identidade). Desse modo, tratar do processo de designação é considerá-lo como acontecimento enunciativo a partir do seu funcionamento, na relação instável entre a linguagem e o objeto. Assim, a designação, constituída pelos acontecimentos de enunciação, especifica o objeto, dando significação ao nome dado. O processo enunciativo da designação é um confronto de lugares enunciativos que se instaura pela própria temporalidade do acontecimento. Esse confronto é marcado pela significação / ressignificação que se constitui por um memorável e varia de acordo com os lugares enunciativos aí configurados, produzindo identidade. A palavra é o elemento da divisão do real e mantém uma relação com o real por meio do sentido que se reconstitui em cada enunciação.

O nome é, dessa forma, um texto carregado de sentido; todavia não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescritura; é essa deriva enunciativa incessante que constitui, ao mesmo tempo, o sentido e o texto. O processo de reescritura, próprio das relações de textualidade, se apresenta, portanto, como a contemporanização do acontecimento (Guimarães, 2002).

Portanto, pensar a nomeação como uma simples forma de classificação, tal como é feito em grande parte dos estudos semânticos, é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que está presente na linguagem. Segundo Rancière (1992) um nome não classifica, ele identifica. Um nome, nessa

concepção teórica, apresenta-se como um recorte do mundo, de forma a construir o sentido da coisa existente e, portanto, um modo diferente de identificar e recortar a realidade. "Num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas" (ibid, p.27,). Não se trata, portanto, de uma relação entre um nome e uma classe de objetos no mundo, mas de um processo histórico de identificação pela construção do sentido que trabalha a constante redivisão do sensível que acompanha o nomear, o referir, o designar.

Ao considerar, além do sistema lingüístico (a língua), a discursividade (historicidade da língua), a Semântica do Acontecimento fornece um dispositivo teórico que nos permite analisar o processo designativo dos nomes das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro em relação aos processos de significação que o constituem, através de seus mecanismos de funcionamento. É nesse ponto que podemos convocar os célebres estudos de Eduardo Guimarães que consideram o nome próprio entrelaçado ao sujeito, à enunciação e à história. Com Guimarães, abrimos novamente os caminhos para considerarmos o que escapa à linguagem, incluindo a dimensão subjetiva e podendo sustentar um estudo dos nomes próprios que contemple tais aspectos.

## **Capítulo III**

### **3. O *CORPUS TOPONYMICUS***

Ao tomarmos os topônimos das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro como objeto de nossa reflexão, nos propomos a uma análise que não se detenha apenas aos aspectos taxionômicos; tratar o processo das designações de forma geral e, mais especificamente, no que diz respeito a nomeações / renomeações de povoados do período colonial, a nosso ver, não é simplesmente o caso de considerar esse processo responsabilidade exclusiva do indivíduo que procura intencionalmente garantir de forma transparente a relação de um nome com um lugar geograficamente determinado e classificá-lo no mundo, isso porque, apesar da “designação de uma expressão lingüística se apresentar como se fosse una, na verdade significa segundo suas relações interdiscursivas em que se constitui enquanto designação”. (GUIMARÃES, 1995, p. 103)

É claro que o ato de designar algo, aparentemente se apresenta como se fosse natural, tem-se a impressão de que o desejo de uma pessoa ou de um grupos de pessoas é que determina essa escolha, ou seja, ao nomear alguma coisa no mundo está de certa forma classificando distintamente o mundo, considerando a relação homem/ mundo /linguagem. Nessa concepção, a língua é entendida simplesmente como um recurso de que o indivíduo pode apropriar-se para expressar seu pensamento. O sentido das palavras estaria, assim, supostamente sob o controle do falante. Discordamos dessas concepções formalistas e intencionais. Ao considerarmos o dispositivo teórico da Semântica do Acontecimento, estamos concebendo o processo designativo como histórico-enunciativo, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência.

Todavia, os estudos toponímicos têm no Brasil um enfoque basicamente classificatório que consideramos em três fases, a saber:

► 1ª fase → marcada pelos trabalhos que tiveram início com Theodoro Sampaio, em 1901, com a obra *O Tupi na Geografia Nacional*, seguidos por outros grandes estudos, como o de Levi Cardoso, *Toponímica Brasileira* (1961) e o de Carlos Drummond, *Contribuição do Bororó à Toponímia Brasileira* (1965).

► 2ª fase → marcada pela Tese, “A Motivação Toponímica: Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos”, de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 1980, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A pesquisa apresentou, como resultados, princípios descritivos e reguladores do processo toponomástico como um todo; sobretudo, o trabalho apresentou uma classificação semântico-terminológica dos nomes em função toponomástica, distribuídos em vinte e sete (27) taxes ou categorias denominativas.

► 3ª fase → marcada pela continuidade dos trabalhos realizados por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick - *Toponímia e Antroponímia: Coletânea de Estudos* (1987), *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira* (1990), *Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo: 1554/1897* (1996) - e por investigações toponímicas brasileiras que se realizam, considerando a sistematização metodológica desenvolvida pela pesquisadora: o grupo temático proposto visa a aglutinar resultados de pesquisas na área da Toponímia Geral e do Brasil em desenvolvimento em universidades brasileiras, em sua grande maioria, vinculadas a variantes regionais do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB). Enfatizamos o subprojeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do ATB > Atlas Toponímico do Brasil), coordenado por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra que vem sendo

desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, desde fevereiro de 2005.

Entre as principais contribuições de Dick para as investigações toponímicas, merece destaque a proposta taxionômica para os topônimos; em que a autora (1975) apresentou um modelo classificatório que contemplava inicialmente 19 taxes, sendo ampliado e passando a englobar 27 taxes, distribuídas em 02 blocos: 11 (onze) taxes relacionadas ao ambiente físico, Taxionomias de Natureza Física; e 16 (dezesesseis), relacionadas ao homem e sua relação com a sociedade e a cultura, Taxionomias de Natureza Antropocultural. Abaixo, discriminação representativa dos 02 blocos e suas respectivas taxes<sup>5</sup>:

**Tabela 1 - CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA PARA OS TOPÔNIMOS: AMBIENTE FÍSICO**

<b>BLOCO I: Taxionomia: Natureza Física</b>	<b>Motivação</b>	<b>Exemplo</b>
<i>Astrotopônimos</i>	Topônimos relativos aos corpos celestes em geral	Cruzeiro do Sul (AC)
<i>Cardinotopônimos</i>	Topônimos relativos às posições geográficas em geral	Nortelândia (MT)
<i>Cromotopônimos</i>	Topônimos relativos à escala cromática	Igarapé Preto (AC)

<sup>5</sup> As tabelas que apresentam as CATEGORIAS TOPONÍMICAS: NATUREZA E MOTIVOS de Maria Vicentina Amaral Dick são uma reescrita parcial do que encontramos em forma de tópicos em SOUSA, A. M. de. Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

**Tabela 2 - CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA PARA OS TOPÔNIMOS: O HOMEM E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE E A CULTURA**

<b>BLOCO II: Taxionomia: Natureza Antropocultural</b>	<b>Motivação</b>	<b>Exemplo</b>
<i>Animotopônimos ou Nootopônimos</i>	Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual.	Vitória (ES)
<i>Antropotopônimos</i>	Topônimos relativos aos nomes próprios individuais.	Barbosa (SP)
<i>Axiotopônimos</i>	Topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais.	Coronel Ezequiel (RN)
<i>Corotopônimos</i>	Topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Seringal Quixadá (AC)
<i>Cronotopônimos</i>	Topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo (a), velho (a).	Nova Aurora (GO)
<i>Ecotopônimos</i>	Topônimos relativos às habitações em geral	Chalé (MG)
<i>Ergotopônimos</i>	Topônimos relativos aos elementos da cultura material.	Jangada (MT)

Assim, a grande contribuição de Dick inicia-se em sua tese, A motivação toponímica: Princípios teóricos e modelos taxionômicos (1980), momento em que a autora apresenta em sua pesquisa uma classificação semântico-terminológica dos nomes em função toponomástica, distribuídos em vinte e sete (27) taxes ou categorias denominativas. Para a autora (1996a), essa classificação tem resolvido, satisfatoriamente, o entendimento funcional dos topônimos

Digamos ser nessas circunstâncias que o dado da motivação se manifesta como gerador, nesse caso, da cadeia onomástica disposta na área considerada ou em qualquer outra, in abstracto. É assim que os nomes surgem como verbalização de idéias, pensamentos, sentimentos, simbolismo religioso, por exemplo, traduzindo etapas de um poder-querer nem sempre acessível em sua formalização, mesmo como um exercício intermediário para a consecução do objetivo maior. De qualquer modo, porém, os nomes, em suas marcas ideológicas, frutos de um pensamento particularizante de indivíduos isolados ou de um grupo social interagindo na comunidade a que pertencem, recobrem tipicidades individuais ou regionais. Estas, se acolhidas, transformam-se em onomas, termo vinculativo a uma ciência específica. Apesar da utilização pela Onomástica de vocábulos da língua geral, há uma reconstrução das formas de língua ao destiná-las a essa nova função, a denominativa. (ibid)

Diante da proposta de Dick, deve-se considerar, porém, que o estudo dos nomes comporta outras nuances de estudo, amparadas pela verbalização da palavra convertida em Onoma, do ponto de vista significativo. Em relação ao Brasil, como um todo, o estudo da Toponímia realizado por Dick é formalizado em seu aspecto geral ou conceitual ou em seus objetivos específicos, relativamente à apreensão/compreensão do significado dos nomes.

Em nosso trabalho, como já exposto no início desse capítulo, ao definir como corpus os topônimos das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro (nomeações/renomeações), partimos do pressuposto de que a língua funciona

afetada por uma memória do dizer, nomear um arraial, uma vila, uma cidade é, pois, rememorar a história, “as palavras da história são nomes” (Rancière, 1994, p. 43). “Um nome não classifica, ele identifica” (ibid); assim, pensar na nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Um nome, considerando a concepção teórica da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, apresenta-se como um recorte do mundo, de forma a construir o sentido da coisa existente, o que torna a cultura um modo diferente de identificar e recortar a realidade, “num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (Guimarães, 2002, p.27); não se trata, portanto, de uma relação entre um nome e uma classe de objetos no mundo, mas de um processo histórico de identificação pela construção do sentido que trabalha a constante redivisão do sensível que acompanha o nomear, o referir, o designar. Dentro dessa perspectiva é que estaremos tratando a história de formação do Estado de Minas Gerais, quando nos propomos a analisar o processo de designação que caracterizou, descreveu as cidades que se formaram no Ciclo do Ouro, numa relação entre enunciações e acontecimentos de linguagem. A toponímia então poderá auxiliar por meio de sua formação e metodologia – um estudo que se proponha a tomar como *corpus* a enunciação dos nomes que designaram os arraiais, as vilas e as cidades do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, buscando refletir sobre a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano, bem como a forma que se distribuem pelos espaços historicamente constituídos, onde acreditamos haver uma percepção de alteridade. Nossa análise, portanto, pretende registrar esse espaço de enunciação em que as línguas funcionam num processo de desigualdade; para Guimarães (ibid), “o falar é afetado pelo político”, há uma hierarquia estabelecida politicamente, logo a descrição não é um lugar frio. A nomeação se constitui, portanto, como o memorável de uma temporalidade específica em que a necessidade de uma designação que identifique os lugares por eles ocupados é posta como uma forma de identificarem a si próprios; é, pois,

num esquema de articulação lingüística que o estudo toponímico de uma determinada região vai se alcançando a verdade do nome e, juntamente com ele, a história real de uma sociedade: “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em um certa língua” (ibid, p.18).

As análises do *corpus* constituído, conforme proposto por Guimarães, procurará pensar o topônimo a partir do acontecimento, ou seja, não só observaremos o funcionamento da nomeação /renomeação do arraial, vila ou cidade, mas também analisaremos sua relação com a referência; para o autor a capacidade referencial não é o fundamento do nome e a referência resulta, pois, do sentido produzido no interior de um acontecimento enunciativo. Guimarães (2000) afirma que, a designação estaria composta tanto pelo ato de nomear como pelo de referir. Ela se encontrará movimentada sempre por cada referência a cada momento.

O autor propõe a existência de uma performatividade inicial. Só graças a ela podem-se realizar outras enunciações. Há, pois, uma história de enunciações por trás de uma enunciação. A referência não será, então, um objeto no mundo nem outro elemento, ela será um efeito de sentido, produzido pelo trabalho de discursos que agem na construção de uma memória que dá a possibilidade da nomeação.

Objetivamos, dessa forma, compreender os efeitos de sentido produzidos por esses topônimos na constituição de formas de representação identitária do eu-outro: os significados capazes de unir fragmentos historicamente construídos, sentidos polifônicos que emergiram de muitas vozes, expressando modos de viver e pensar por cada um deles de maneira única e por todos coletivamente, universos particulares e coletivos que compartilharam tempos/espacos definidos. Consideraremos, em princípio, o campo da enunciação, investigando a relação que esses nomes (e o memorável que os faz significar) estabelecem no espaço de enunciação enquanto designações que

significam a demarcação de espaços ocupados como parte do processo de identificação social e política dos sujeitos.

Consideraremos a perspectiva de análise da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, assim como os efeitos de sentido que esta nomeação produziu, tomando o acontecimento enunciativo como o foco por onde se pode enxergar o modo de constituição dos sentidos para nele compreender o funcionamento da língua na sua historicidade.

### **3.1. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS***

Frente aos objetivos propostos para as análises que se apresentarão no capítulo IV [Análise da Estrutura Morfossintática e Funcionamento Semântico-enunciativo das nomeações / renomeações das cidades que compõem o grupo 1: Cidades Históricas de Minas Gerais, será montado um *corpus* com os topônimos mineiros que surgiram durante o Ciclo do Ouro. Para a montagem desse *corpus*, que objetiva o levantamento de dados que possibilitem chegar à gênese e à análise dos topônimos analisados, foram realizados os procedimentos abaixo descritos:

#### **I. Pesquisas Bibliográfica e Documental nos principais centros de documentação escrita relativa ao período do Ciclo do Ouro em Minas Gerais.**

→ Inicialmente, o foco da pesquisa contou com Acervo Bibliográfico da Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para estabelecermos um contato mais estreito com autores/historiadores regionais/locais e Universidade Estadual de Campinas -

mais especificamente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/ UNICAMP). Nessa etapa, ao tomar contato com a história factual, objetivamos fazer leitura/análise/fichamento de documentos e obras que revelassem, mesmo que parcialmente, as descobertas de novas jazidas de ouro e a situação em que se encontravam as lavras, assim como a formação de novos arraiais. Destacamos o fichamento das principais obras e seu respectivo acervo:

☉ (Avila, 1967)

Obra: Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco

Autor: Affonso Avila.

Acervo: UNICAMP (IFCH)

☉ (Ferrand, 1998)

Obra: O Ouro em Minas Gerais

Autor: Paul Ferrand

Acervo: UNICAMP (IFCH)

☉ (Costa, 1997)

Obra: Toponímia de Minas Gerais; com estudo histórico da divisão territorial e administrativa

Autor: Joaquim Ribeiro Costa

Acervo: UFOP

☉ (Carvalho, 2001)

Obra: Igrejas e Ermidas de Santa Maria, em Verso

Autor: Manuel Chaves Carvalho

Acervo: UFOP

☉ (Gregório, 1980)

Obra: Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições; usos e costumes; fauna e flora; língua; raízes, toponímia; vocabulário.

Autor: Irmão José Gregório

Acervo: UFSJ

☉ (Sepp, 1980)

Obra: Trabalhos Apostológicos. In: Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostológicos..

Autor: Antônio. Sepp

Acervo: UFSJ

→ Visita ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte/MG, para estudo de documentos como Dicionário Estatístico Geográfico e Histórico de Minas, Dicionários Etimológicos do Tupi-Guarani, Revista do Arquivo Público Mineiro (Imprensa Oficial), Cartas/Diários/Relatos de viagem, principalmente, de jesuítas e bandeirantes assim como de registros bibliográficos que possam estar ligados à história do processo de nomeação das cidades analisadas.

O motivo da escolha do Arquivo Público Mineiro se deve ao fato dessa instituição cultural abrigar um acervo significativo que correspondesse às necessidades de nossas análises. Criado em Ouro Preto em 1895, o Arquivo Público Mineiro é a instituição cultural mais antiga de Minas Gerais. São milhares de documentos de origem pública e privada que remontam aos períodos colonial,

imperial e parte do republicano. Destacamos o fichamento das principais obras do acervo do Arquivo Público Mineiro:

⊙ Obra: Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume V,

⊙ (BARBOSA, 1972)

Obra: Negros e Quilombos em Minas Gerais.

Autor: Waldemar Almeida Barbosa

⊙ (CUNHA, 1924)

Obra: Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi

Autor: Antônio Geraldo da Cunha

⊙ (CUNHA MATOS, 1837)

Obra: Corografia Histórica da Província de Minas Gerais

Autor: Raimundo José da Cunha Matos

Q: Volumes 01 e 02

⊙ (IBGE/DPE, 1945 e 1954)

Obra: Dicionário Toponímico

Autor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Diretoria de Pesquisa

⊙ (IGA, 1997)

Obra: As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa.

Autor: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

⊙ (PINTO, 1983)

Obra: Minas, dicionário estatístico, geográfico e histórico de Minas Gerais

Autor: Wellington de Almeida Pinto

⊙ (BOSCHI, 1998)

Obra: Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) e Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal

Autor: Caio C. Boschi

Q: Volumes 01, 02 e 03

⊙ (BUENO, 1968)

Obra: Grande dicionário etimológico - prosódico da língua portuguesa.

Autor: Francisco da Silveira Bueno

Q: Volumes - 01 a 08

→ Visita a igrejas construídas no período do Ciclo do Ouro em Ouro Preto, São João del Rey e Tiradentes, na tentativa de ter acesso aos seus respectivos Livro(s) do Tombo (Arquivo Eclesiástico – Cúria Diocesana ), espécie de ata, onde os párocos fazem todo tipo de anotação que permeia o cotidiano da comunidade; o acesso a tais obras foi restrito, o que não nos possibilitou registros significativos. Destacamos a leitura dos documentos abaixo descritos assim como seu respectivo acervo:

☉ Livro do Tombo – Furquim (1884 – 1901) – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

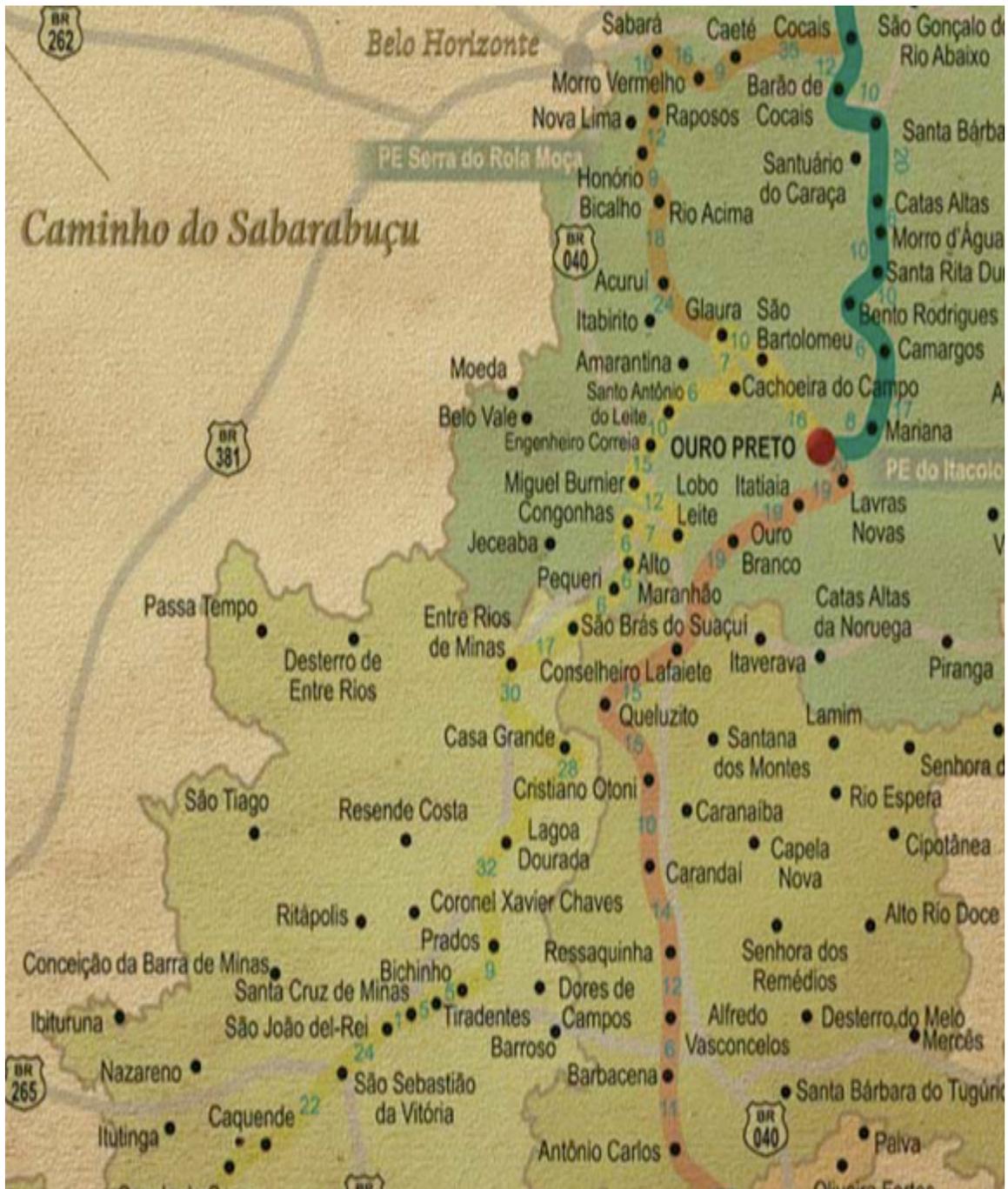
☉ Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo e Bens Tombados em Diamantina, do IPHAN.

## **II. Pesquisa Documental: Análise de mapas para delimitação dos topônimos que constituirão o *corpus*.**

Consideraremos as designações das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro num texto (o mapa); assim, nossas reflexões começam por analisar a relação da designação com o mapa enquanto texto, “tomar um mapa como texto é considerá-lo como linguagem, sentido” (GUIMARÃES, 2002, p.59).

A disposição dos Mapas 1, 2, 3, 4, assim como sua textualidade, objetiva, a partir de uma sequenciação cronológica, evidenciar as cidades que surgiram no Ciclo do Ouro e que, hoje, formam o Estado de Minas Gerais – o registro do surgimento dos arraiais / vilas / cidades no mapa, enunciam, portanto, o memorável que recorta como acontecimento o processo de formação e consolidação de um território, como ele foi se definindo a partir de sua ocupação ao longo do tempo.

## Mapa 1 -



**Figura 2:** Mapa 'Caminho do Sabarabuçu'

Disponível em: <<http://www.sandrasantos.com/imagem/mapa-estrada-real.png> / >. Acesso: 26 out. 2008.

Mapa 2 -



**Figura 3:** Mapa 'Oficial da Estrada Real: Caminho Velho, Caminho Novo, Rota dos Diamantes' Disponível em: <<http://www.interiorline.com.br/.../07/estrada-real.jpg/>>. Acesso: 06 nov. 2008.

Mapa 3 -

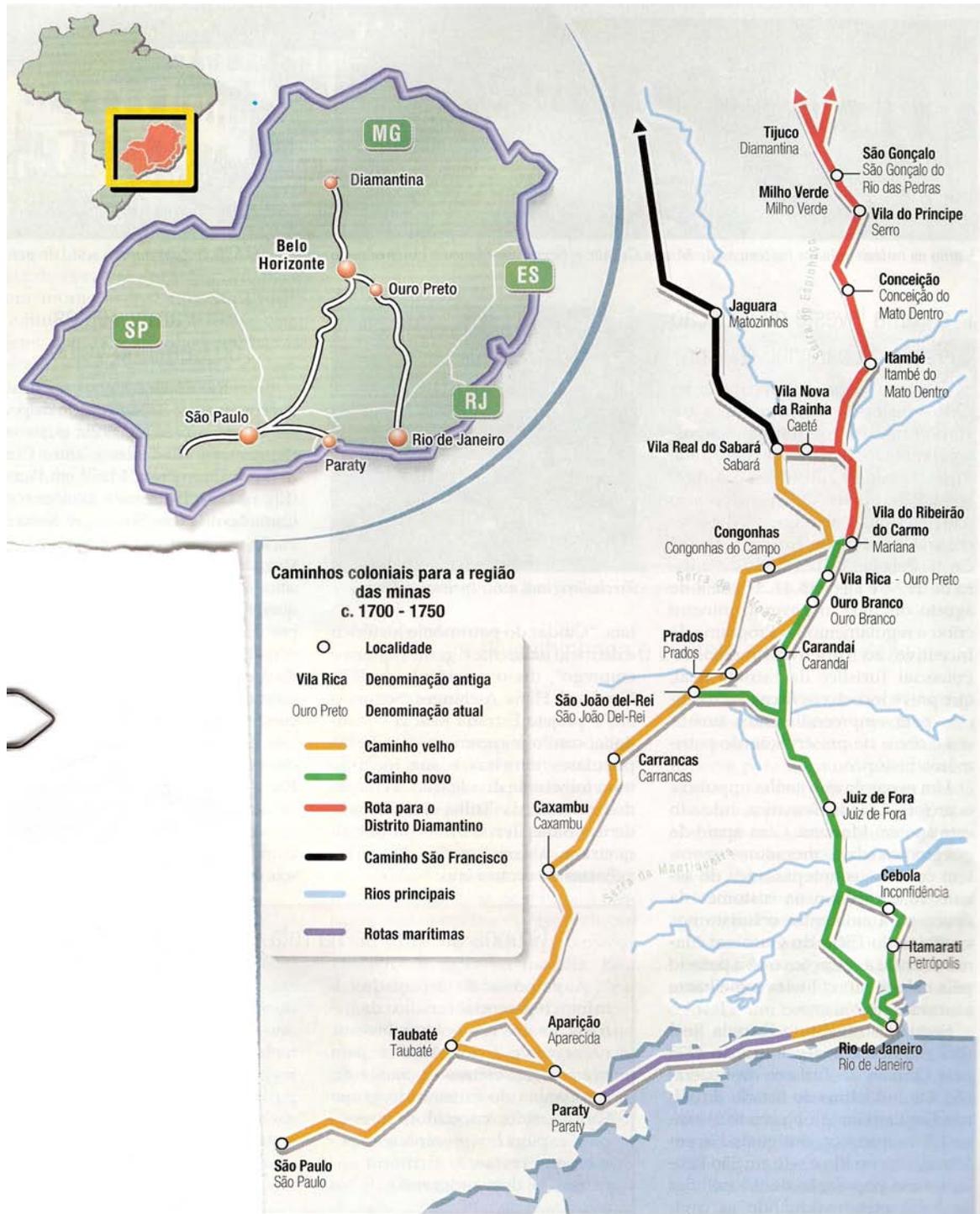


Figura 4: Mapa 'Caminhos Coloniais para a Região das Minas' (CIDADES HISTÓRICAS do SUDESTE, 2000, p.14)

Mapa 4 –



Figura 5: Mapa 'Caminhos e Circuitos'

Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>. Acesso: 26 out. 2008.

No Mapa 1, 'Caminho do Sabarabuçu', há na designação *Sabarabuçu* uma memória que enuncia a história de exploração no interior do Brasil pelos bandeirantes, mais precisamente a história de mineração na região de Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII. Segundo Gregório (1980), muitas lendas a respeito de riquezas minerais alimentavam o imaginário de portugueses e bandeirantes. Uma dessas lendas dizia respeito à serra misteriosa que resplandecia aos raios do sol, denominada pelos índios de *Itaberabuçu* (*ita* = pedra; *bira* = reluzente; *uçu* = grande), por *corruptela*<sup>6</sup> *Sabarabuçu*, essa lenda vivia na imaginação dos portugueses e estimulou várias expedições aos sertões. Dentre as várias expedições que buscaram a lendária *Sabarabuçu*, vale destacar a bandeira de Fernão Dias Paes Leme que partiu de São Paulo em julho de 1674, em busca da famosa serra, supostamente rica em prata e esmeraldas. A região, hoje Serra da Piedade, ainda é palco de disputa e fascinação; localizada na divisa dos municípios de Sabará e Caeté, constitui um importante sítio geológico associado à história da exploração do interior do Brasil pelos bandeirantes e à evolução geo-ecológica da Terra. Em 1956 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou parte do conjunto paisagístico e arquitetônico da Serra da Piedade, seu tombamento com um perímetro maior foi concluído pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG).

O Mapa 2, 'Mapa Oficial da Estrada Real: Caminho Velho, Caminho Novo, Rota dos Diamantes', é uma releitura atual do Instituto Estrada Real ao Caminho do *Sabarabuçu* trilhado principalmente nos séculos XVII e XVIII: a Estrada Real foi sendo construída nos muitos anos de idas e vindas, das Minas ao litoral (especialmente Paraty), desde o século XVII, em busca das riquezas; caminhar pela Estrada Real é reviver os passos e os caminhos outrora percorridos pelos bandeirantes, tropeiros, mascates, escravos, pelo ouro e pela

---

<sup>6</sup> '*Corruptela*' ...optamos por manter o vocábulo latino para chamar a atenção sobre a proposital alteração feita pelos bandeirantes quando os mesmos não nomeiam o arraial de *Itaberabuçu* mas de *Sabarabuçu*; essa análise aparecerá com mais detalhes no cap. IV, quando trataremos do funcionamento semântico-enunciativo das designações..

história. Nosso real interesse aos municípios mineiros que se dispõem às margens da Estrada Real se deve ao fato dessa estrada ser constituída, ainda, pelas vias de acesso, pelos pontos de parada, pelas cidades e vilas históricas que se formaram durante o passar dos homens e do tempo no chamado Ciclo do Ouro em Minas Gerais. O Instituto Estrada Real é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG e é, hoje, considerada um dos maiores complexos turísticos do Brasil.

O Mapa 3, 'Caminhos Coloniais para a Região das Minas', apresenta, considerando um breve ilustrativo, designações que se configuram por nomeações e renomeações das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro, ponto que consideramos relevante para a constituição de nosso *corpus*.

O Mapa 4, 'Caminhos e Circuitos', é a redivisão atual do Estado de Minas Gerais em que o passado e o presente se fundem; os 'Caminhos e Circuitos' revigoram a História e enaltecem a Geografia / a Cultura mineiras. Um Circuito Turístico é composto por municípios próximos entre si, que se associam em função de interesses e possibilidades de explorar turisticamente seus respectivos patrimônios históricos, culturais e naturais, assim como outros bens afins. É indispensável que pelo menos um desses municípios disponha da infraestrutura necessária para receber turistas, de modo que esses, a partir dali, possam desfrutar os atrativos dos demais. Em Minas Gerais, a idéia de se agrupar municípios em Circuitos Turísticos nasceu da necessidade de explorar melhor o potencial do Estado nesse setor. No final dos anos de 1990, a medida que se estimulavam as tradicionais cidades e localidades turísticas de Minas em promover uma revisão de seus posicionamentos e ações em relação ao turismo, vislumbrava-se a geração de oportunidades também para os municípios vizinhos. Esses passariam não só a explorar suas respectivas potencialidades, mas também a contribuir para a diversificação da atratividade e ou da infra-estrutura turística de sua região. Os Circuitos, no entanto, conforme podemos observar, inserem-se nos Caminhos que, no Mapa 4, estão designados como 'Caminho

Velho', 'Caminho Novo', 'Confluência dos Dois Caminhos'. Os Municípios Mineiros aparecem margeando os 'Caminhos' que nos Mapas 1, 2, 3, 4 são designados como 'Caminho do Sabarabuçu', 'Caminho Velho', 'Caminho Novo', 'Rota dos Diamantes': inicialmente, segundo Cunha Matos (1837), o Caminho ligava a antiga Villa Rica, hoje Ouro Preto, ao porto de Paraty, mas pela necessidade de uma via de escoamento mais segura e mais rápida ao porto do Rio de Janeiro e, também por imposição da Coroa foi aberto um 'Caminho Novo', a rota de Paraty passou a ser o "Caminho Velho", a partir do século XVIII; com a descoberta das pedras preciosas na região do Serro, o Caminho se estendeu até o Arraial do Tejuco (atual Diamantina), deixando Ouro Preto como o centro de convergência dos 'Caminhos Velho/Novo'. Nossa proposta, mediante o exposto, é nos ater às cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro; tomaremos, portanto, as cidades que aparecem no Mapa 4 dispostas no 'Caminho Velho' e 'Confluência dos Dois Caminhos'; abaixo tabela descritiva com a relação das cidades mineiras que constituirão nosso *corpus*:

**Tabela 3 – O *CORPUS* DELIMITADO**

	<b>CIDADE</b>
01	Diamantina
02	Serro
03	Alvorada de Minas
04	Conceição do Mato Dentro
05	Morro do Pilar
06	Itambé do Mato Dentro
07	Itabira
08	Bom Jesus do Amparo

**Tabela 3 – O *CORPUS* DELIMITADO**

	<b>CIDADE</b>
09	Caeté
10	Sabará
11	Barão de Cocais
12	Raposos
13	Santa Bárbara
14	Catas Altas
15	Nova Lima
16	Rio Acima

**Tabela 3 – O *CORPUS* DELIMITADO**

	<b>CIDADE</b>
17	Itabirito
18	Mariana
19	Ouro Preto
20	Ouro Branco
21	Congonhas
22	Queluzito
23	Conselheiro Lafaiete
24	Entre Rios de Minas

**Tabela 3 – O *CORPUS* DELIMITADO**

	<b>CIDADE</b>
25	Casa Grande
26	Lagoa Dourada
27	Prados
28	Tiradentes
29	Santa Cruz de Minas
30	São João del Rey
31	Madre de Deus de Minas
32	Carrancas

**Tabela 3 – O *CORPUS* DELIMITADO**

	<b>CIDADE</b>
33	Cruzília
34	Baependi
35	Caxambu
36	Pouso Alto
37	Itanhandu
38	Itamonte
39	Passa Quatro

Para as 39 cidades mineiras que compõem o nosso *corpus* (ver Tabela 3 – O *CORPUS* DELIMITADO), buscou-se levantar material impresso de divulgação que descrevesse a gênese de sua formação, material esse pertencente, geralmente, à Secretaria de Cultura do Município, o qual não foi possível, uma vez que nem todas dispunham de tal material e isso não possibilitaria um *corpus* representativo; optamos, portanto, em decorrência da divisão do Estado de Minas Gerais em Circuitos Turísticos (ver Figura 5: Mapa ‘Caminhos e Circuitos’) por sites credenciados pelas respectivas prefeituras (criados com a finalidade de divulgação desses Circuitos), material de que todas as cidades dispunham.

Propomo-nos, mediante levantamento/análise de Material de Divulgação da História de Surgimento da Cidade [textos cujas narrativas abordam o surgimento do povoado/fotos que permitam identificar o conjunto arquitetônico colonial-barroco], nos ater às cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro, considerando dois grupos, a saber:

► **grupo 1** - composto pelas cidades, cujo **conjunto arquitetônico colonial-barroco significativo**, a designa Cidades Históricas de Minas Gerais.

**Tabela 4: O *CORPUS*: relação das 09 cidades que compõem o grupo 1**

<b>Identificação numérica</b>	<b>CIDADE</b>
<b>01</b>	<b>Diamantina</b>
<b>02</b>	<b>Serro</b>
<b>03</b>	<b>Sabará</b>
<b>04</b>	<b>Mariana</b>
<b>05</b>	<b>Ouro Preto</b>
<b>06</b>	<b>Congonhas</b>
<b>07</b>	<b>Prados</b>
<b>08</b>	<b>Tiradentes</b>
<b>09</b>	<b>São João del Rey</b>

► **grupo 2** – composto por cidades que surgiram às margens da rota do ouro percorrida por bandeirantes, tropeiros, exploradores e mineradores: caminho por onde se deu a busca/escoamento do ouro, assim como a hospedagem dos que por ali passavam.

**Tabela 5: O *CORPUS*: relação das 30 cidades que compõem o grupo 2**

<b>Identificação numérica</b>	<b>CIDADE</b>
01	Alvorada de Minas
02	Conceição do Mato Dentro
03	Itambé do Mato Dentro
04	Itabira
05	Bom Jesus do Amparo
06	Caeté
07	Barão de Cocais
08	Raposos
09	Santa Bárbara
10	Catas Altas
11	Nova Lima
12	Rio Acima
13	Morro do Pilar

**Tabela 5: O *CORPUS*: relação das 30 cidades que compõem o grupo 2**

<b>Identificação numérica</b>	<b>CIDADE</b>
14	Itabirito
15	Ouro Branco
16	Queluzito
17	Conselheiro Lafaiete
18	Entre Rios de Minas
19	Casa Grande
20	Lagoa Dourada
21	Santa Cruz de Minas
22	Madre de Deus de Minas
23	Carrancas
24	Cruzília
25	Baependi
26	Caxambu
27	Pouso Alto
28	Itanhandu
29	Itamonte
30	Passa Quatro

A descrição geral do *corpus*, além de nos dar certos aspectos de distribuição no processo de formação do Estado de Minas Gerais, nos fornecerá elementos fundamentais quando da análise das determinações no processo de designação das cidades que surgiram no Ciclo do Ouro em Minas Gerais; permitirá, assim, que tratemos do processo designativo dos topônimos que compõem o nosso *corpus*, assim como da distribuição dos lugares do dizer que esses nomes determinam, pois para nós a axionalidade se dá por uma deontologia própria do dizer.

A partir da divisão dos nomes em **grupo 1 e 2** foi “fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituibilidade” (Guimarães, 2002, p.27), contém uma história de enunciações que lhe predicou um espaço particular em relação a outros espaços; recorta um memorável que lhes é comum, enunciam o acontecimento de nomeação/renomeação da cidade.

## Capítulo IV

### 4. TOPÔNIMOS DAS CIDADES HISTÓRICAS DE MINAS GERAIS: FUNCIONAMENTO MORFOSSINTÁTICO E SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

O material a ser levantado nas narrativas selecionadas, considerando a análise dos documentos encontrados, pretende uma composição de um *corpus toponymicus* representativo; oferecendo, dessa forma, condições de um estudo lingüístico que supere os aspectos etimológicos que privilegiem apenas o momento quando o nome foi dado, assim como ‘aquele’ que o criou e constará, essencialmente, da data (exata ou aproximada) que marca o período da gênese do povoamento colonial; do primeiro nome dado e, respectivas, renomeações; das tribos indígenas que habitavam a região, seu estreito vínculo com sua terra, seu conhecimento da natureza, assim como sua relação com jesuítas, escravos africanos e demais colonizadores; da identificação de pontos geográficos e nomes que os caracterizavam. O *corpus toponymicus* será constituído de acordo com a origem da nomeação/ renomeação, considerando-se as manifestações culturais que as múltiplas enunciações / memórias compartilharam.

Dividimos, inicialmente, as cidades que compõem o nosso *corpus* em 02 grupos distintos, a saber:

► grupo 1 - composto pelas cidades, cujo **conjunto arquitetônico colonial/barroco significativo**, similar ao apresentado na **Figuras 6**, a designa Cidades Históricas de Minas Gerais.

► grupo 2 – composto por cidades que surgiram às margens da rota do ouro percorrida por bandeirantes, tropeiros, exploradores e mineradores: caminho por onde se deu a busca/escoamento do ouro assim com a hospedagem dos que por ali passavam. Em quase todas essas cidades há, também, **pontos da arquitetura colonial / barroca** conservados que marcam o período em que os povoados surgiram...

em Minas, as povoações são muito mais fruto das estradas ou caminhos que ligavam às minerações. A consolidação da povoação estava ligada à institucionalização do controle da terra. Os arraiais se esgarçavam e proliferavam numa tentativa de domínio de posse das áreas de mineração, seguindo o próprio espaço da produção. (Vasconcellos, 1974, p. 25).

Deter-nos-emos, no entanto, nesse trabalho, mediante número considerável de renomeações que reescreveram a nomeação de cada povoado, ao estudo do grupo 1. Como forma de atribuir-lhes uma identidade, inclusive no tocante ao seu conjunto arquitetônico, faremos a inserção de fotos junto às narrativas que contam a gênese de formação da cidade. Assim como já exposto no capítulo I, mais especificamente, no item 1.1., as Cidades Históricas de Minas Gerais se diferenciam das cidades que fazem parte do grupo 2 por apresentarem aspectos peculiares que a cultura mineira conferiu à arquitetura, ao urbanismo e às artes, em qualquer direção que se siga, é possível descobrir traços desse período histórico designado Ciclo do Ouro. Assim, segundo Boschi (1998), o traçado urbano das Cidades Históricas de Minas Gerais apresenta a configuração típica das cidades do Ciclo do Ouro, com malha em padrão irregular, ruas adaptadas à topografia acidentada do terreno e edifícios públicos servindo como referência dentro do espaço urbano. Praticamente todas as cidades coloniais mineiras acham-se incrustadas em uma escarpa montanhosa. A perspectiva gerada pelas diferentes alturas dos telhados e das torres das igrejas (*todos os*

*caminhos vão dar na Igreja*<sup>7</sup>) marca a paisagem da cidade. A extraordinária riqueza gerada pela extração de ouro possibilitou a construção de templos e residências de grande apuro técnico e estilístico, pois era possível importar materiais de acabamento diretamente da metrópole portuguesa. O conjunto arquitetônico e urbanístico de algumas dessas cidades acha-se bastante preservado, sendo possível reconhecer no seu atual desenho a planta do núcleo urbano consolidado nos séculos XVII e XVIII. Como parte dessa estrutura urbanística colonial, estão os caminhos feitos de pedra, as ruas apresentam o calçamento pé-de-moleque, antiga forma de pavimentação de rua e becos das cidades históricas; o calçamento pé-de-moleque ou calçada portuguesa é uma técnica que os portugueses trouxeram para o Brasil, adaptando-a aos tipos de pedras aqui encontradas. A seguir foto ilustrativa apresentando casario colonial e calçamento pé-de-moleque; na seqüência:

► Tabela apresentando relação dos nomes das cidades que compõem o grupo 1: Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais.

► Seção 4.1. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento morfossintático das nomeações / renomeações, apresentando exposição de fotos junto às breves adaptações de narrativas que contam a gênese de formação das cidades que compõem o grupo 1.

► Seção 4.2. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento semântico-enunciativo das nomeações / renomeações.

---

<sup>7</sup> Observação que nos permitimos fazer; observação essa fundamentada por nossas visitas a várias das cidades que compõem o nosso *corpus* e pela totalidade das fotos que acompanham as narrativas que contam a origem das cidades..



**Figura 6:** Casario do séc. XVIII<sup>8</sup> totalmente conservado margeia a Ladeira com Calçamento Pé-de-moleque<sup>9</sup> na cidade de Tiradentes. Disponível em: <[http://www.estradas.com.br/new/hoteis\\_destaque/sao\\_j\\_del\\_rei\\_e\\_tiradentes.asp](http://www.estradas.com.br/new/hoteis_destaque/sao_j_del_rei_e_tiradentes.asp)> Acesso 01 jan. 2009.

---

<sup>8</sup> Iluminação Pública: Casario exhibe lampiões que retomam o séc. XVIII.

<sup>9</sup> Calçamento Pé-de-moleque', segundo os moradores de Tiradentes, o nome do calçamento enuncia o formato das pedras que enuncia os pés dos moleques que viviam sob a condição de escravos.

**Tabela 6: relação das cidades grupo 1**

<b>Identificação numérica</b>	<b>CIDADE</b>	<b>Ver...</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Diamantina</b>	<b>Figura 7</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Serro</b>	<b>Figura 8</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Sabará</b>	<b>Figura 9</b>
<b>4.1.4</b>	<b>Mariana</b>	<b>Figura 10</b>
<b>4.1.5</b>	<b>Ouro Preto</b>	<b>Figura 11</b>
<b>4.1.6</b>	<b>Congonhas</b>	<b>Figura 12</b>
<b>4.1.7</b>	<b>Prados</b>	<b>Figura 13</b>
<b>4.1.8</b>	<b>Tiradentes</b>	<b>Figura 14</b>
<b>4.1.9</b>	<b>São João del Rey</b>	<b>Figura 15</b>

#### 4.1 Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento morfossintático das nomeações / renomeações

Interessa-nos saber o que as diferentes constituições da estrutura morfossintática estão significando e por que há estruturas que funcionam diferentemente diante de determinados nomes, “há impedimentos para que certas estruturas funcionem para certos tipos de nomes. O que esse impedimento significa, o que produzem esses diferentes tipos de impedimentos?” (GUIMARÃES, 2002, p. 47).

#### 4.1.1. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Diamantina



**Figura 7:** Vista parcial da cidade de Diamantina

Disponível em <[http://www.viagemeturismo.abril.com.br/vt/imagem/200605\\_abre\\_diamantina.jpg](http://www.viagemeturismo.abril.com.br/vt/imagem/200605_abre_diamantina.jpg)> Acesso 28/12/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

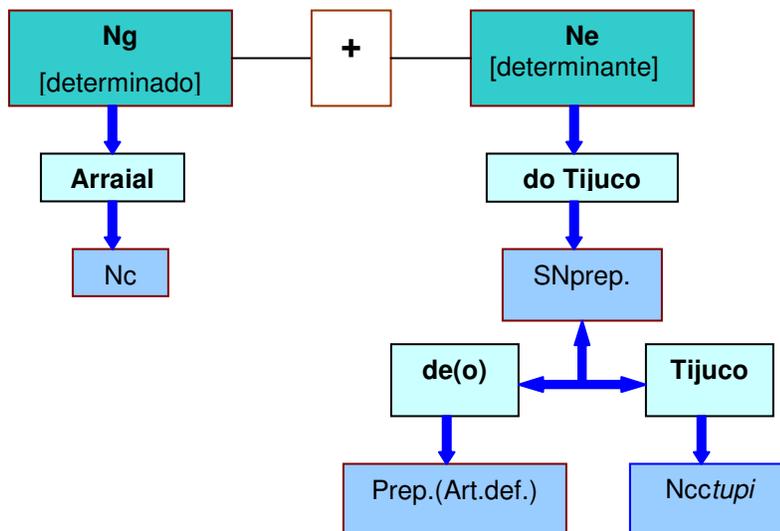
*A região foi povoada por desbravadores em busca do ouro nas Minas Gerais. Fundaram o **Arraial do Tijuco** na margem direita do córrego com o mesmo nome em 1713, mas esse só começou a se desenvolver com o descobrimento de diamantes nas suas proximidades após 1720. Em 1734 o Arraial do Tijuco passa a **Distrito Diamantino**, em 1831 a **Vila de Diamantina**, em 1838 a **Cidade de Diamantina**. Em Diamantina teria vivido a legendária escrava Xica da Silva sob a proteção de João Fernandes, um dos mais famosos contratadores da Coroa Portuguesa.*

(Diamantina – MG, História. Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br/municipios/historiadiamantina>> Acesso em: 31 dez. 2008)

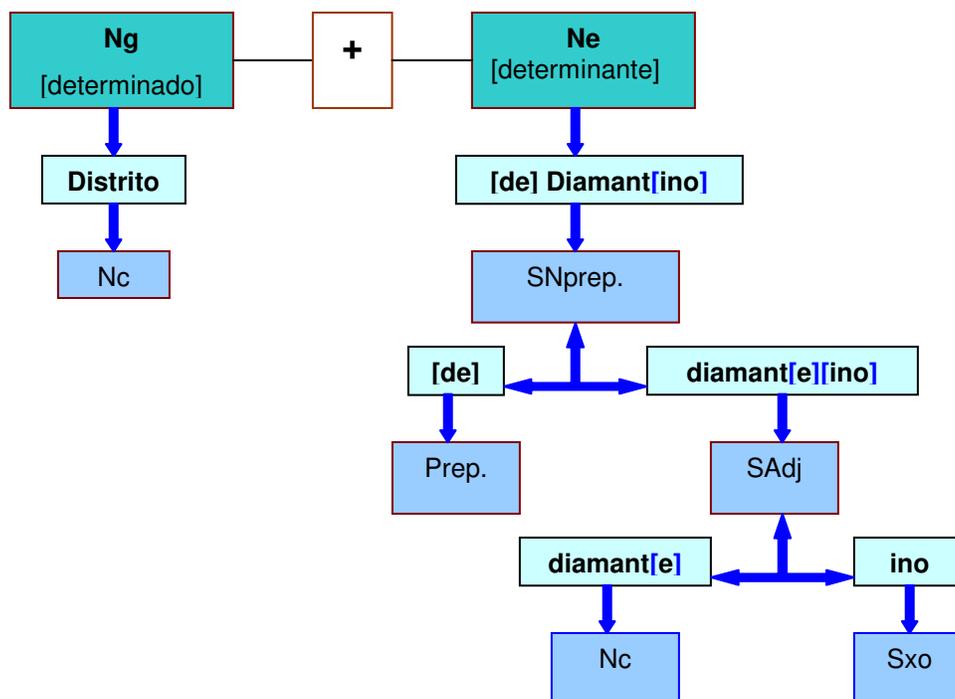
**Tabela 7: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE DIAMANTINA**

<b>Cidade: Diamantina</b>
<b>Nomeação: Arraial do Tijuco</b> <b>Ano: 1713</b>
<b>1ª Renomeação: Distrito Diamantino</b> <b>Ano: 1734</b>
<b>2ª Renomeação: Vila de Diamantina</b> <b>Ano: 1831</b>
<b>3ª Renomeação: Cidade de Diamantina</b> <b>Ano: 1838</b>

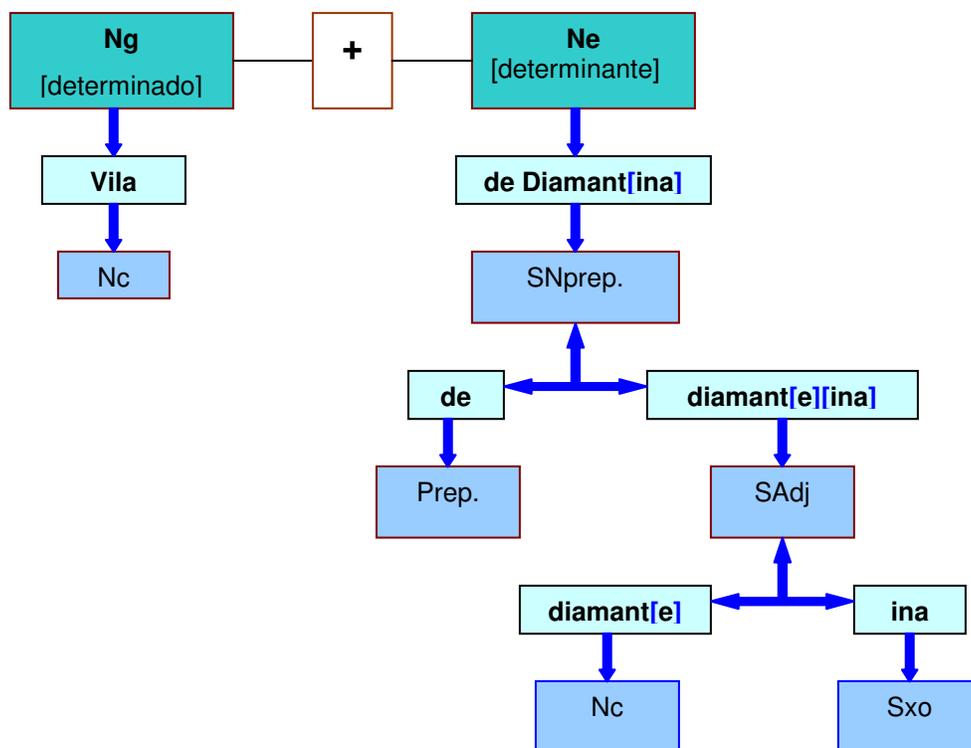
#### 4.1.1.a. Arraial do Tijuco



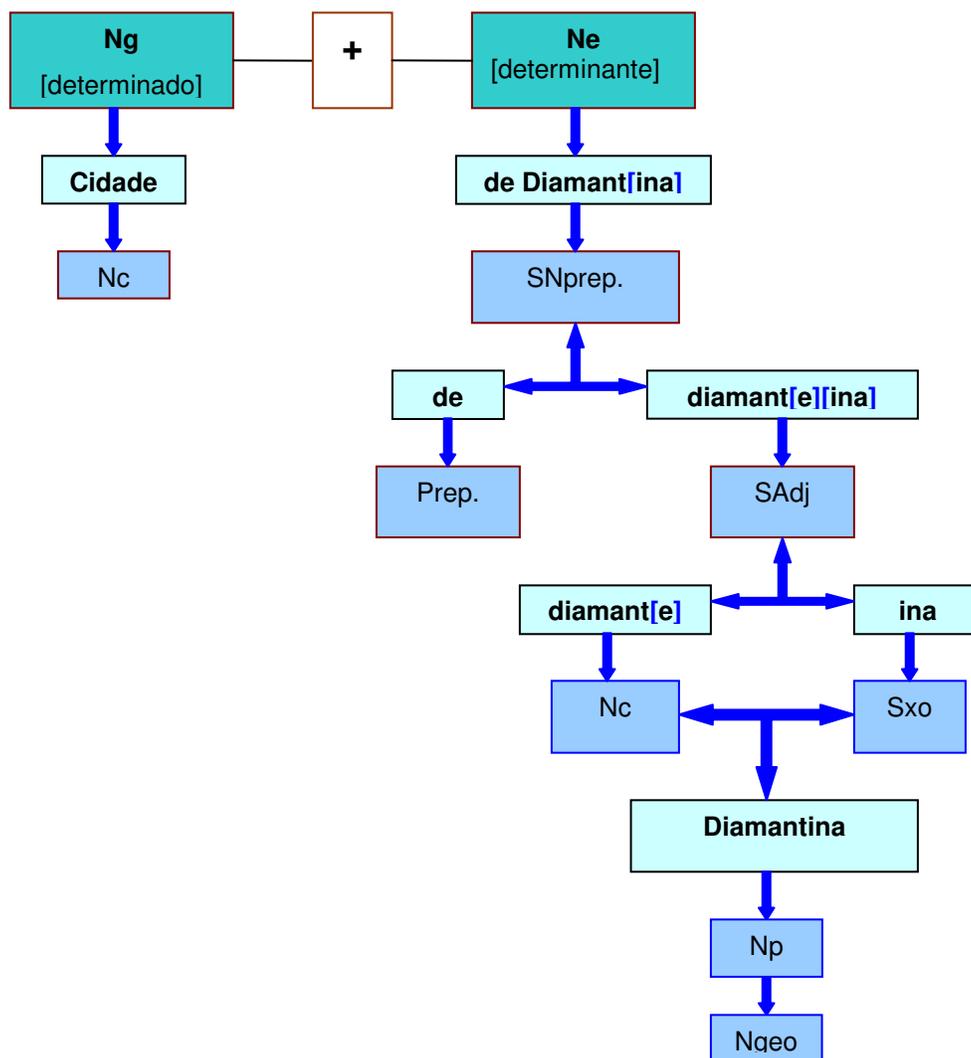
#### 4.1.1.b. Distrito Diamantino



#### 4.1.1.c. Vila de Diamantina



#### 4.1.1.d. Cidade de Diamantina



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Diamantina**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng**

apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial, distrito, vila, cidade. O **Ne** constituído de um **SNprep.** tem função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, distrito, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.1.a** <do Tijuco>, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.+ Art.def.** [de(o)] + **Ncctupi** [Tijuco - na língua tupi-guarani, *Tijuco: tu'júka* = terreno de lama, terreno encharcado<sup>10</sup>] >.

► como em **4.1.1.b** < [de] Diamant[ino] >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** (implícita) [de] + **SAdj.** [diamant[e][ino] = derivação sufixal <Nc + Sxo > ↔ diamant[e] [**Nc**] + ino [**Sxo**] >.

► como em **4.1.1.c** <de Diamant[ina]>, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **SAdj.** [diamant[e][ino] = derivação sufixal <Nc + Sxo ↔ diamant[e] [**Nc**] + ino [**Sxo**] >.

► como em **4.1.1.d** <de Diamant[ina]>, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **Np.** [Diamantina > diamant[e][ina] = derivação sufixal <Nc + Sxo ↔ diamant[e] [**Nc**] + ino [**Sxo**] → < Diamantna ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.1.a.**, uma diferença em relação a **4.1.1.c.** e **4.1.1.d.**: o **Ng** [Arraial] se soma ao **Ne** [do Tijuco] por meio da contração “de” (**preposição**) mais “o” (**artigo definido**).

---

<sup>10</sup> Cunha, 1934 - “Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi”

#### 4.1.2. Análise morfosintática [nomeações/renomeações] da cidade de Serro



**Figura 8:** Vista parcial da cidade de Serro

Disponível em <<http://i107.photobucket.com/albums/m318/nando02/serro/serro1.jpg>>

Acesso em: 28/12/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

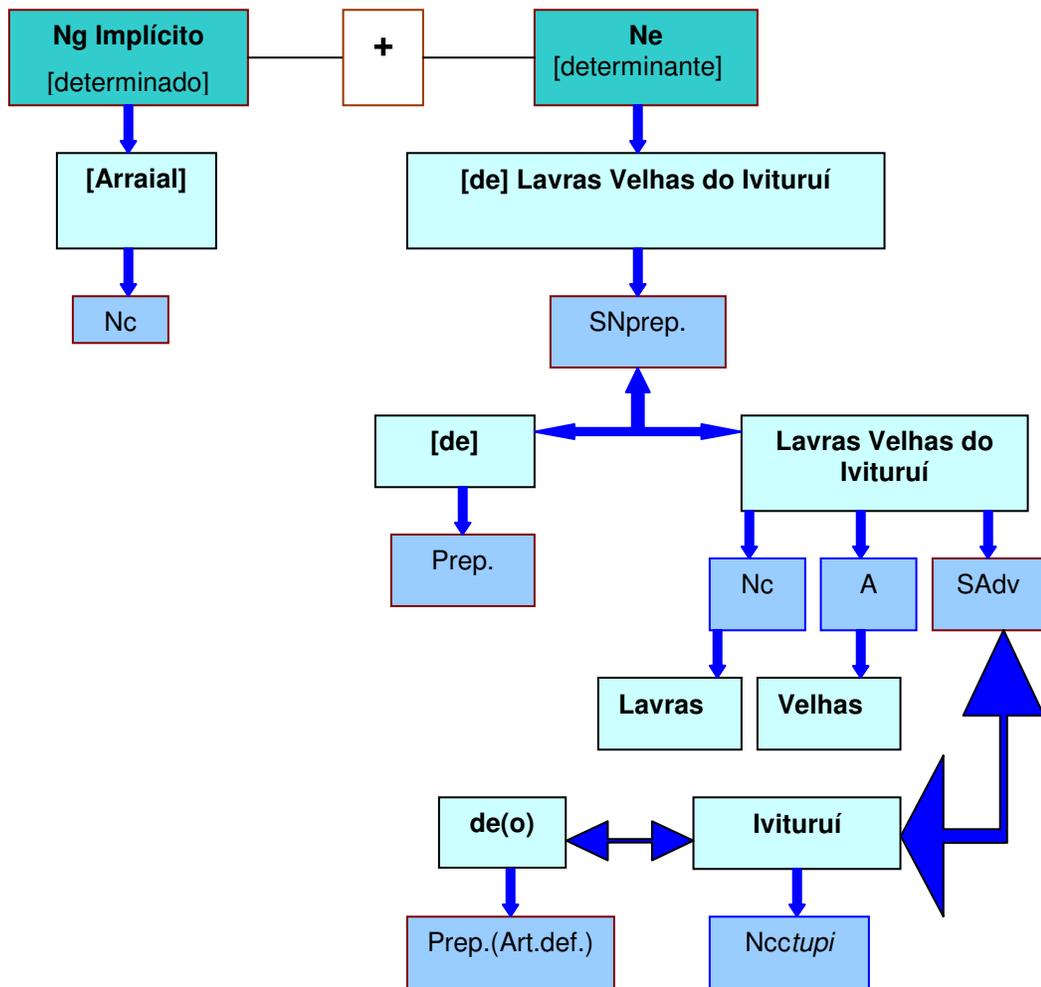
*Em 1701, sob o nome de **Lavras Velhas do Ivituruí**, teve início o arraial que daria origem à atual **Cidade do Serro**, centro da exploração de ouro na região. Além da exploração do ouro, a fabricação de queijos foi introduzida nas fazendas coloniais, seguindo a tradição portuguesa da Serra da Estrela. Em 1714 passa a **Vila do Príncipe do Serro Frio** e finalmente em 1838 a **Serro**. O isolamento forçado ajudou na conservação do patrimônio histórico de Serro, sede de uma das quatro primeiras comarcas da Capitania das Minas Gerais.*

(Prefeitura da Cidade de Serro. Disponível em: <[http://www.serro.tur.br/prefeitura\\_municipaldoserro](http://www.serro.tur.br/prefeitura_municipaldoserro)> Acesso em: 31 dez. 2008).

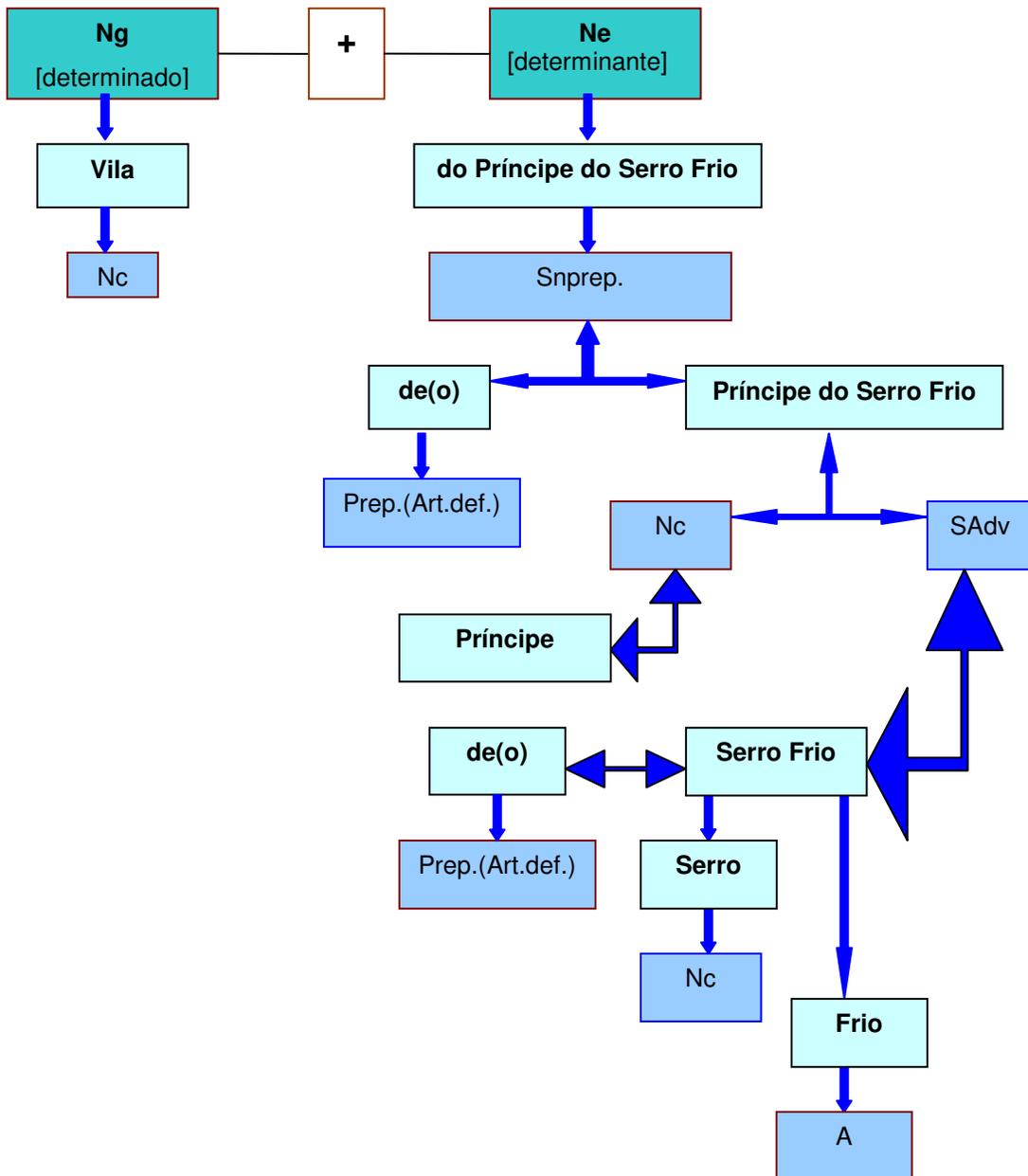
**Tabela 8: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE SERRO**

<b>Cidade: Serro</b>
<b>Nomeação:</b> Lavras Velhas do Ivituruí <b>Ano:</b> 1701
<b>1ª Renomeação:</b> Vila do Príncipe do Serro Frio <b>Ano:</b> 1714
<b>2ª Renomeação:</b> Cidade do Serro <b>Ano:</b> 1838

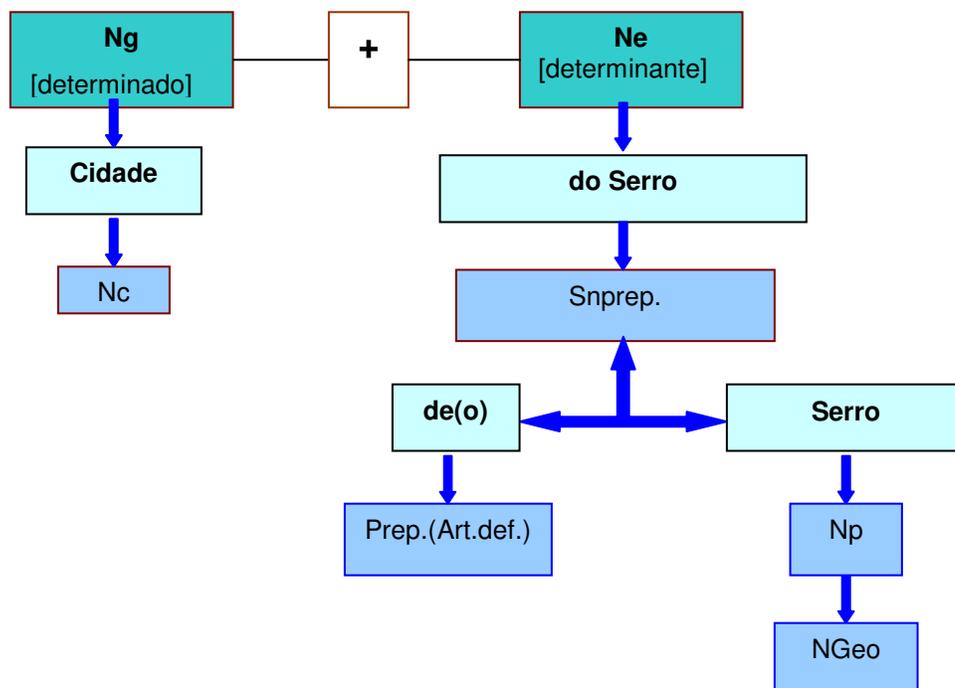
#### 4.1.2.a. [Arraial [de]] Lavras Velhas do Ivituruí



#### 4.1.2.b. Vila do Príncipe do Serro Frio



### 4.1.2.c. Cidade do Serro



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Serro**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial (implícito), vila, cidade. O **Ne** constituído de um **SNprep.** tem função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.2.a** < [de] Lavras Velhas do Ivituruí >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** (implícita) [de] + **Nc** [Lavras] + **A** [Velhas] + **SAdv** [[do] [Ivituruí] = < **Prep.** (+ Art. def.) [de(o)] + **Nc** *tupi* [Ivituruí - na língua tupi-guarani, *Ivituruí: ivi = vento, turi = morro, fúí = frio*<sup>11</sup>].

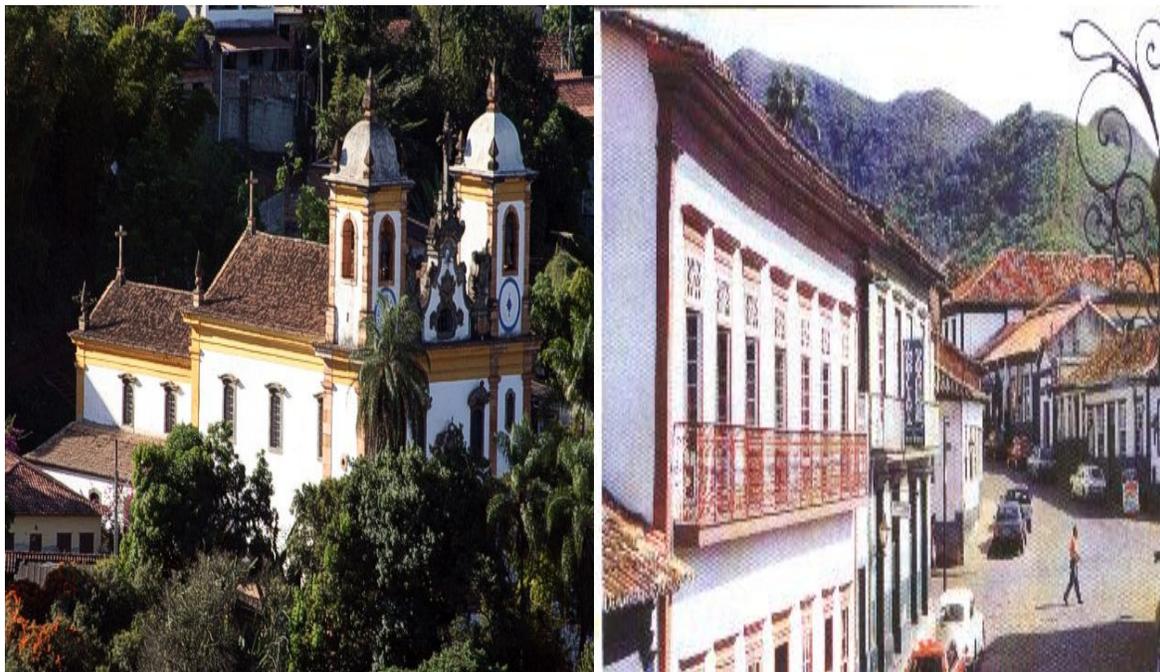
► como em **4.1.2.b** < do Príncipe do Serro Frio >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. + Art.def.** [de(o)] + **Nc** [Príncipe] + **SAdv** [[do = **Prep.** [de] + **Art. Def.** [o]] ↔ [Serro = **Nc**] ↔ [Frio = **A**]].

► como em **4.1.2.c** < do Serro >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. + Art.def.** [de(o)] + + **Np.** [Serro] → < Serro ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.2.a.**, uma diferença em relação à **4.1.2.b** e **4.1.2.c.**: em **4.1.2.a.**, o **Ng**, **Nc** Arraial, está implícito, e se soma ao **Ne** [[de] Lavras Velhas do Ivituruí] por meio de preposição, também implícita, enquanto em **4.1.2.b** e **4.1.2.c.**, os **Nc** [[Vila] e [Cidade]] estão explícitos e se somam aos seus **Ne** [[do Príncipe do Serro Frio] e [do Serro]] por meio de contração > “de” (**preposição**) mais “o” (**artigo definido**).

<sup>11</sup> Cunha, 1934 - “Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi”

#### 4.1.3. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Sabará



**Figura 9:** Vista parcial da Igreja Matriz N. S. do Carmo e do centro da cidade de Sabará  
Disponível em <[http://www.arque.com.br/arque\\_no\\_brasil/mg/sabara/igrejas\\_sabara.htm](http://www.arque.com.br/arque_no_brasil/mg/sabara/igrejas_sabara.htm)> Acesso em: 30/12/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

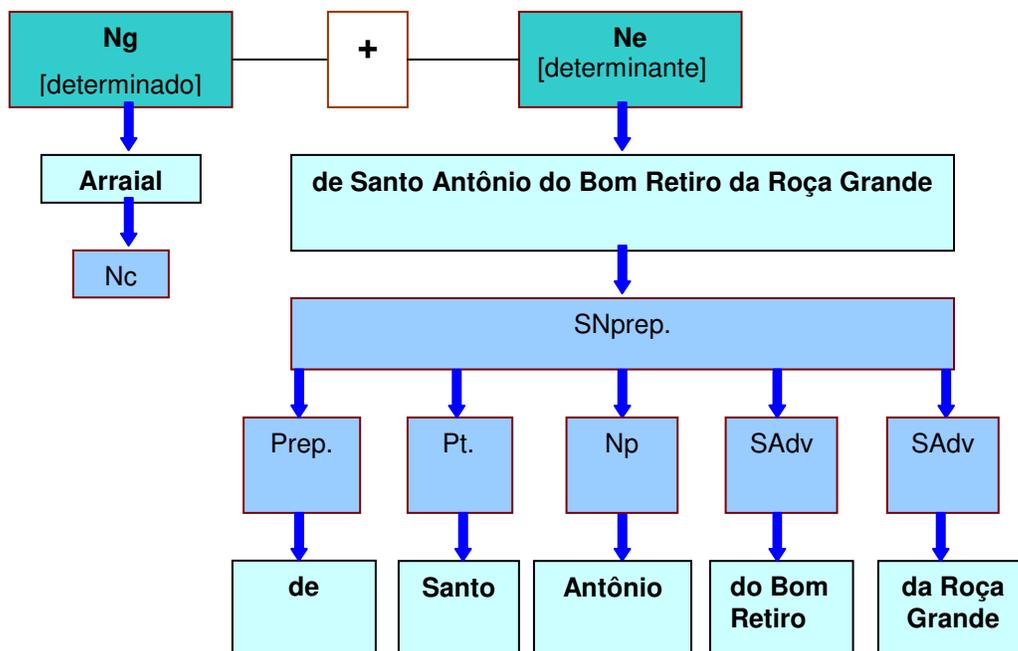
*Chefiando a Bandeira das Esmeraldas, o Capitão Matias Cardoso de Albuquerque chegou às margens do Rio das Velhas - uma encosta de terra muito fértil com uma fonte de água puríssima de beber - essa **Roça Grande** converteu-se em ponto obrigatório na travessia para o sertão e formou-se como povoado, sendo provavelmente o mais antigo de Minas; em 1674 foi denominado **Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande**. Em 1702, o **Arraial da Barra do Sabará** surgido próximo a Roça Grande era considerado o mais populoso de Minas.. A 17 de Julho de 1711, o povoado foi elevado à categoria de **Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará**, em 06 de Março de 1838 elevada à condição de **Cidade de Sabará**.*

(Sabará –MG–Histórico. Disponível em: [http://www.geocities.com/smg\\_info.htm](http://www.geocities.com/smg_info.htm) > Acesso em: 28 dez. 2008).

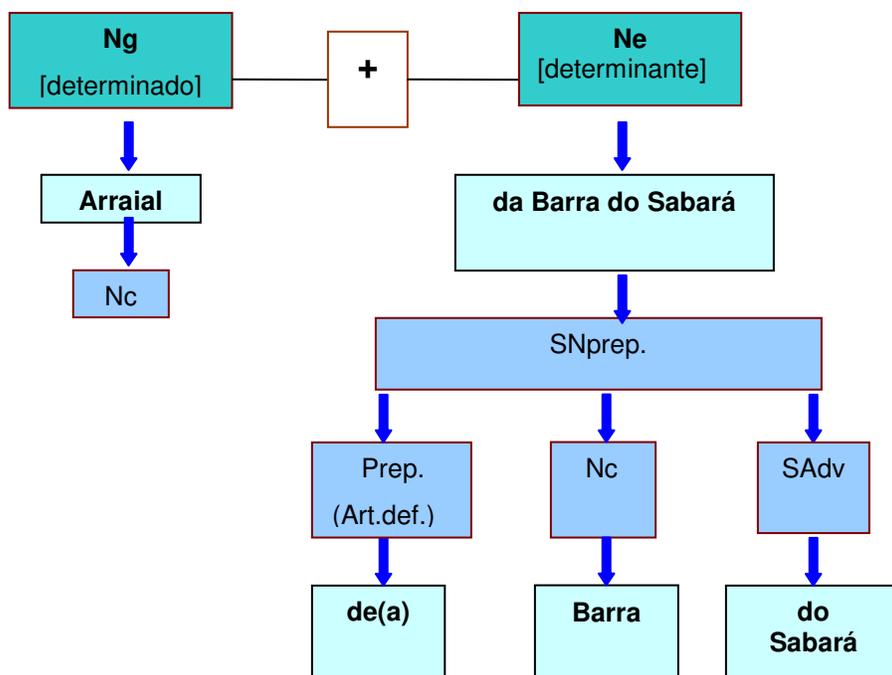
**Tabela 9: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE SABARÁ**

<b>Cidade: Sabará</b>
<b>Nomeação:</b> Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande <b>Ano: 1674</b>
<b>1ª Renomeação:</b> Arraial da Barra do Sabará <b>Ano: 1702</b>
<b>2ª Renomeação:</b> Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará <b>Ano: 1711</b>
<b>3ª Renomeação:</b> Cidade de Sabará <b>Ano: 1838</b>

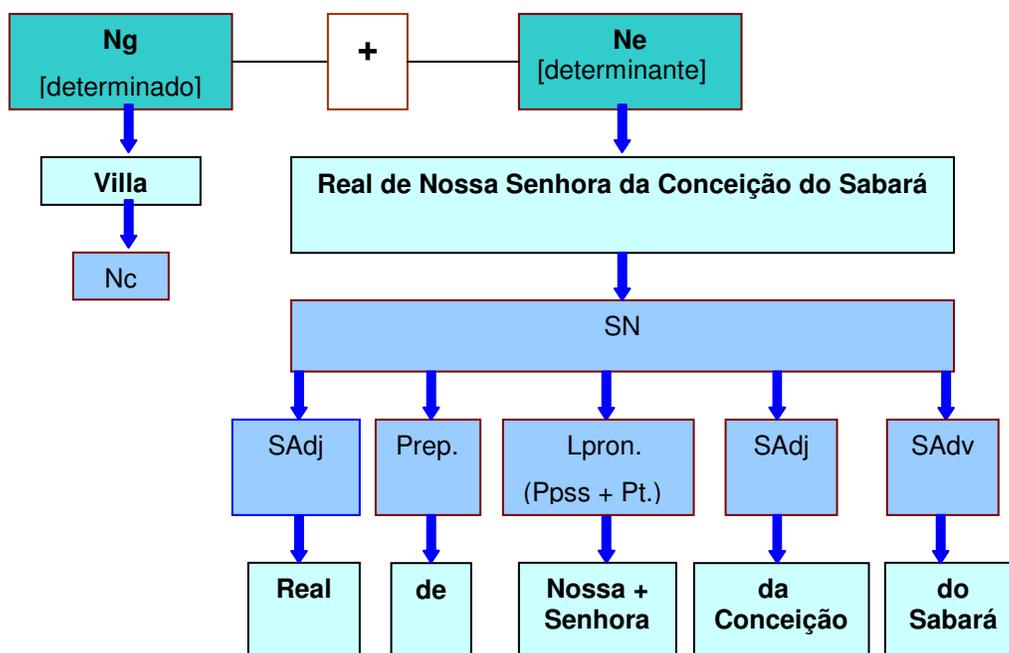
#### 4.1.3.a. Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande



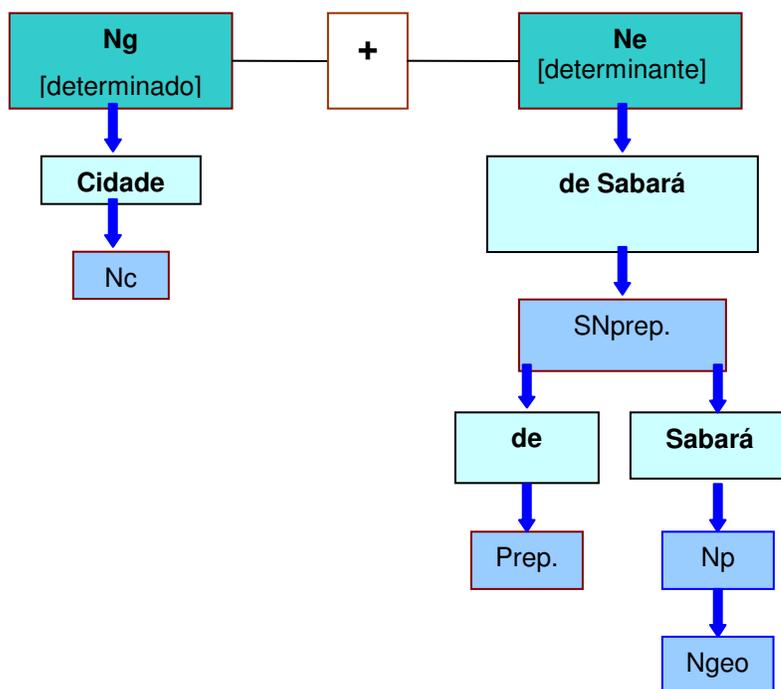
#### 4.1.3.b. Arraial da Barra do Sabará



### 4.1.3.c. Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará



### 4.1.3.d. Cidade de Sabará



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Sabará**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial [nomeação], arraial [renomeação], vila, cidade. O **Ne** constituído de um **SN** ou **SNprep.** tem, em ambos os casos, função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.3.a.** < de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **prep.** [de] + **Pt.** [Santo] + **Np** [Antônio] + **SAdv.** [do Bom Retiro] + **SAdv.** [da Roça Gande] >

► como em **4.1.3.b** < da Barra do Sabará >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.+ Art.def.** [de(a)] + **Nc** [Barra] + **SAdv.** [do Sabará] >

► como em **4.1.3.c** < Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará>, constituir-se de **SN** formado de < **SA** [Real] + **SNprep.** [de Nossa Senhora da Conceição do Sabará] > **Prep.** [de] + **Lpron.** [Ppss. [Nossa] ↔ **Pt** [Senhora] + **SAdj.** [da Conceição] + **SAdv.** [do Sabará] >

► como em **4.1.3.d** < de Sabará >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** + **Art.def.** [de (o)] + **Np.** [Sabará] → < Sabará ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.3.a.** e **4.1.3.b**, uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** 'arraial' aparece na nomeação [ver **4.1.3.a.**] e na renomeação [ver **4.1.3.b.**].

#### 4.1.4. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Mariana



**Figura 10:** Vista parcial da cidade de Mariana

Disponível em: <[http://pt.trekearth.com/gallery/South\\_America/Brazil/Southeast/Minas\\_Gerais/Mariana/photo339843.htm](http://pt.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Minas_Gerais/Mariana/photo339843.htm)> Acesso em: 01/01/09

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

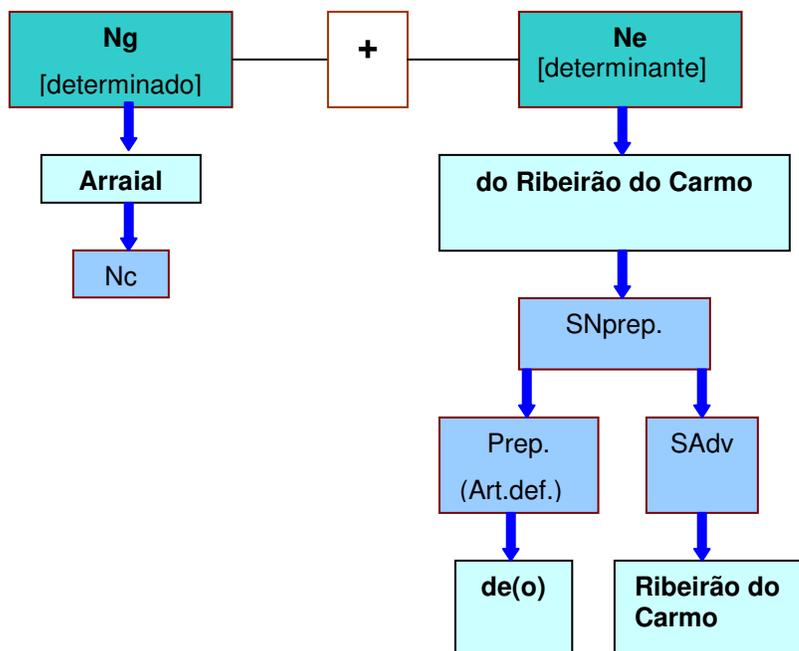
*Mariana* foi a primeira vila, cidade e capital do estado de Minas Gerais. A origem da cidade remonta a 1696 quando foi fundado pelo governador Antônio de Albuquerque o arraial do Ribeirão do Carmo. Em 1704 o arraial do Ribeirão do Carmo passa a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, confirmada por Carta Régia de 14 de abril de 1712 com o nome mudado para Vila Real de Nossa Senhora do Carmo. Em 1745 tornou-se primeira cidade de Minas Gerais, com a designação de **Mariana**, em homenagem à rainha D. Maria Ana de Áustria, esposa do rei D. João V.

(Prefeitura da Cidade de Mariana- MG – História da Cidade. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/chMariana/int.asp?publicID=223> > Acesso em: 26 dez. 2008).

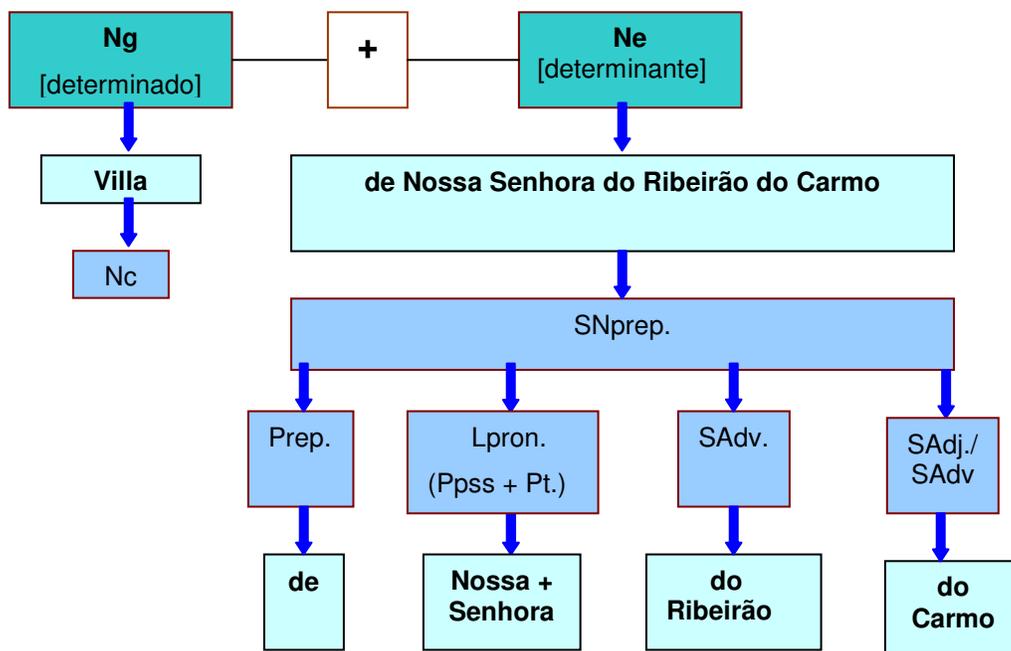
**Tabela 10: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE MARIANA**

<b>Cidade: Mariana</b>
<b>Nomeação: Arraial do Ribeirão do Carmo</b>
<b>Ano: 1696</b>
<b>1ª Renomeação: Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo</b>
<b>Ano: 1704</b>
<b>2ª Renomeação: Villa Real de Nossa Senhora do Carmo</b>
<b>Ano: 1712</b>
<b>3ª Renomeação: Cidade de Mariana</b>
<b>Ano: 1745</b>

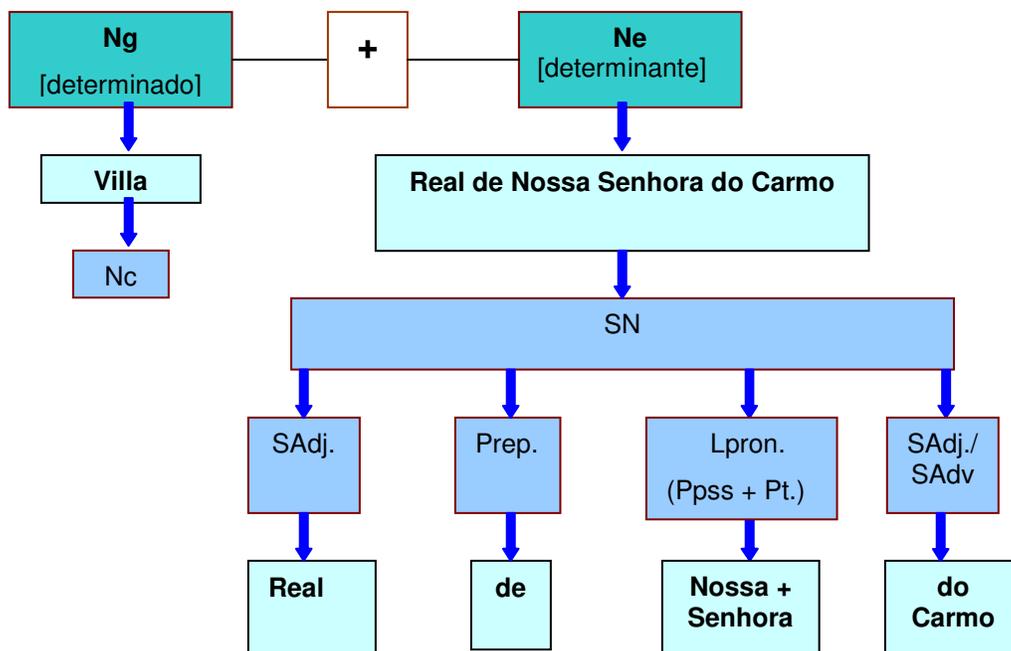
#### 4.1.4.a. Arraial do Ribeirão do Carmo



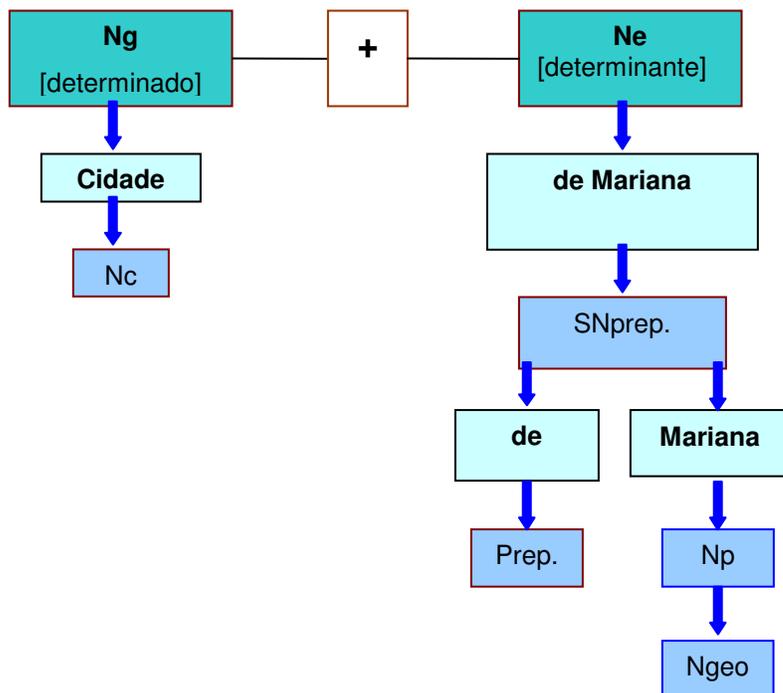
#### 4.1.4.b. Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo



#### 4.1.4.c. Villa Real de Nossa Senhora do Carmo



#### 4.1.4.d. Cidade de Mariana



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Mariana**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial, vila [**1ª** renomeação], vila [**2ª** renomeação], cidade. O **Ne** constituído de um **SN** ou **SNprep.** tem, em ambos os casos, função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.4.a.** < do Ribeirão do Carmo >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **prep. + Art.def. [de(o)] + SAdv. [Ribeirão do Carmo]** >

► como em **4.1.4.b** < de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. [de] + Lpron. [Ppss. [Nossa] ↔ Pt [Senhora] + SAdv. [do Ribeirão] [SAdj. / SAdv.] > do Carmo]]** >

► como em **4.1.4.c** < Real de Nossa Senhora do Carmo >, constituir-se de **SN** formado de < **SAdj. [Real] + SNprep. [de Nossa Senhora do Carmo > Prep. [de] + Lpron. [Ppss. [Nossa] ↔ Pt [Senhora] + SAdj. / SAdv. [do Carmo]** >

► como em **4.1.4.d** < de Mariana >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. + Art.def. [de (o)] + Np. [Mariana] → < Mariana ↔ Ngeo >**.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.4.b.** e **4.1.4.c.**, uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** ‘vila’ aparece na **1ª** renomeação [ver **4.1.4.b.**] e na **2ª** renomeação [ver **4.1.4.c.**].

#### 4.1.5. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Ouro Preto



**Figura 11:** Vista parcial da cidade de Ouro Preto Disponível em: <[http://baixaki.ig.com.br/imagens/wpapers/BXK1155\\_OuroPretoPorAlainDehem.jpg](http://baixaki.ig.com.br/imagens/wpapers/BXK1155_OuroPretoPorAlainDehem.jpg)> Acesso em: 01/01/09

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

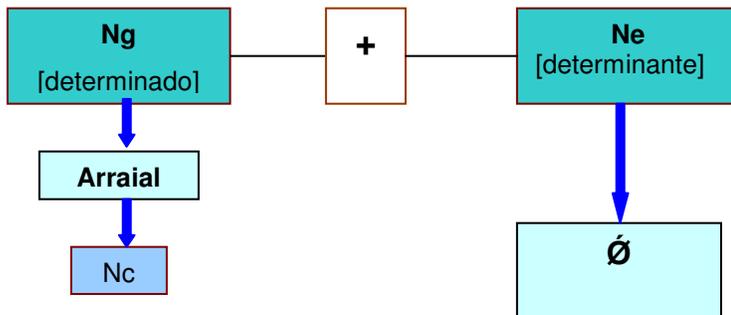
*Ouro Preto foi fundada pela Bandeira de Antônio Dias em 1698, alçado à categoria de vila em 1711 com o nome de Vila Rica do Ouro Preto. Em 1823 foi elevada à Imperial Cidade de Ouro Preto. A antiga capital de Minas, em 1933, foi elevada a Patrimônio Nacional. Em 1980, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, Nenhum outro município brasileiro acumulou tantos fatos históricos relevantes à construção da memória nacional, destacam-se: - fim do século XVII e princípio do XVIII: - clímax das explorações paulistas, sendo descoberto o Ouro Preto; - 1708: Guerra dos Emboabas; - 1720: motins contra o Quinto da Coroa Portuguesa; - 1789: Inconfidência Mineira;*

(Prefeitura da Cidade de Ouro Preto - MG – História da Cidade Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/acidade/historia.php>> Acesso em: 23 dez. 2008)

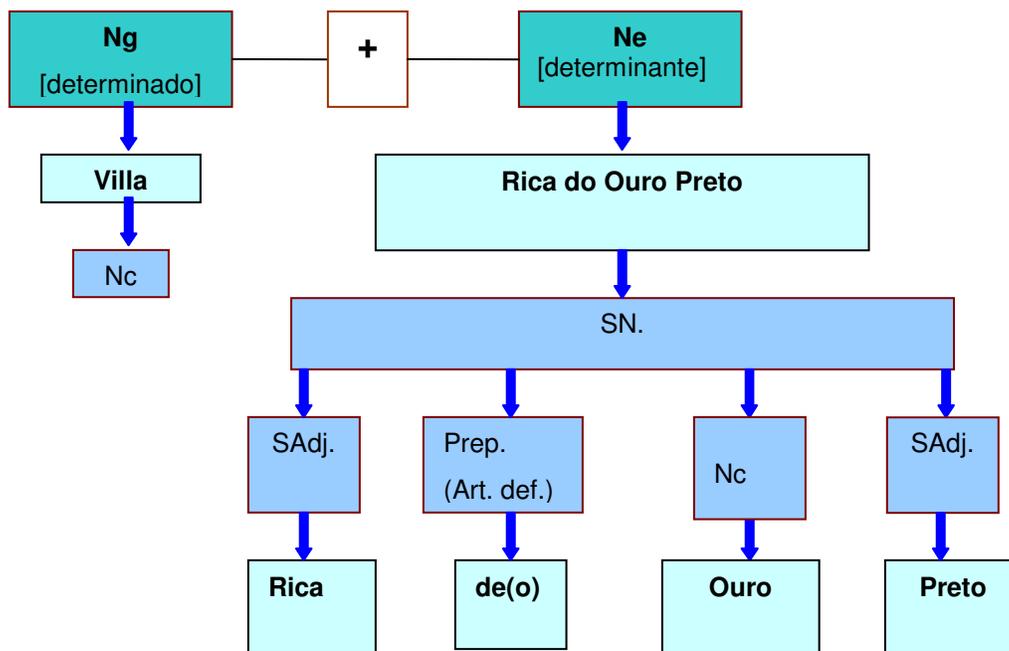
**Tabela 11: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE OURO PRETO**

<b>Cidade: Ouro Preto</b>
Arraial <b>Ø</b>
<b>Nomeação: Vila Rica do Ouro Preto</b>
<b>Ano: 1711</b>
<b>1ª Renomeação: Imperial Cidade de Ouro Preto</b>
<b>Ano: 1823</b>

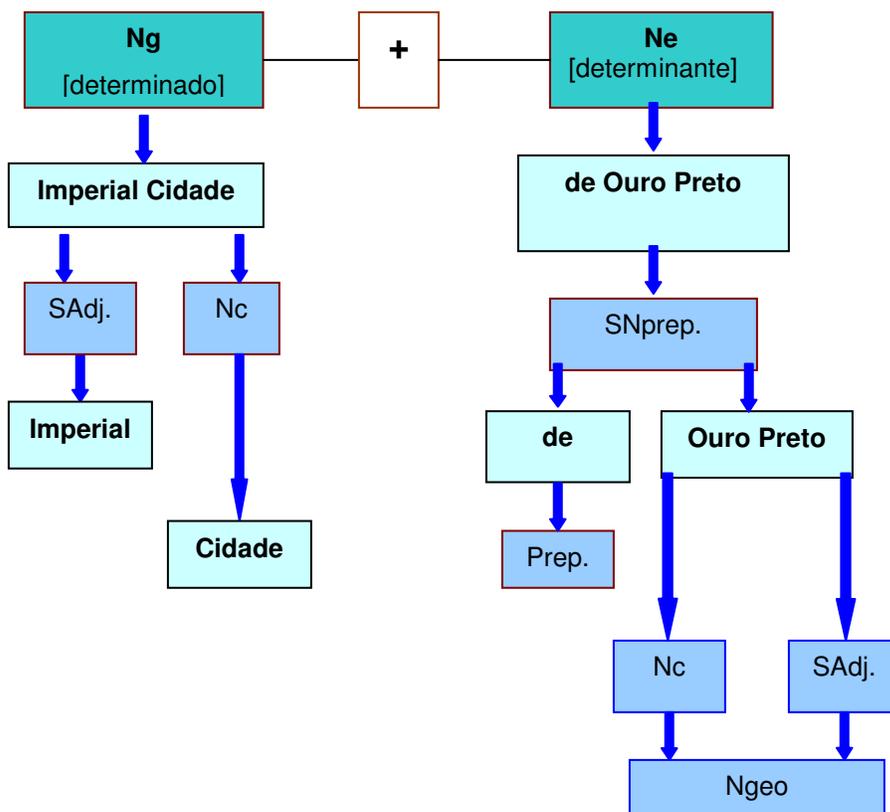
#### 4.1.5.a. Arraial > Ø



#### 4.1.5.b. Vila Rica do Ouro Preto



#### 4.1.5.c. Imperial Cidade de Ouro Preto



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Ouro Preto**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: vila, cidade. O **Ne** constituído de um **SN** ou **SNprep.** tem, em ambos os casos, função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em 4.1.5.a. < Ø >

► como em **4.1.5.b** < Rica do Ouro Preto >, constituir-se de **SN** formado de < **SAdj.** [Rica] + **Prep.** + **Art.def.** [de (o)] + **Nc** [Ouro] + **SAdj.** [Preto] >

► como em **4.1.5.c** < de Ouro Preto >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** + **Art.def.** [de (o)] + **Np.** [Ouro Preto] → < Ouro Preto ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.5.a** e **4.1.5.c** uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que em **4.1.5.a** não encontramos dados que especifiquem o **Ng** e em **4.1.5.c**, no **Ng**, o **Nc** [cidade] está determinado pelo **Sadj.** [Imperial].

#### 4.1.6. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Congonhas



**Figura 12:** Vista parcial da cidade de Congonhas Disponível em:  
< <http://www.congonhasdocampo.com.br/demolay/rycongonhass.JPG> > Acesso em: 01/01/09

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

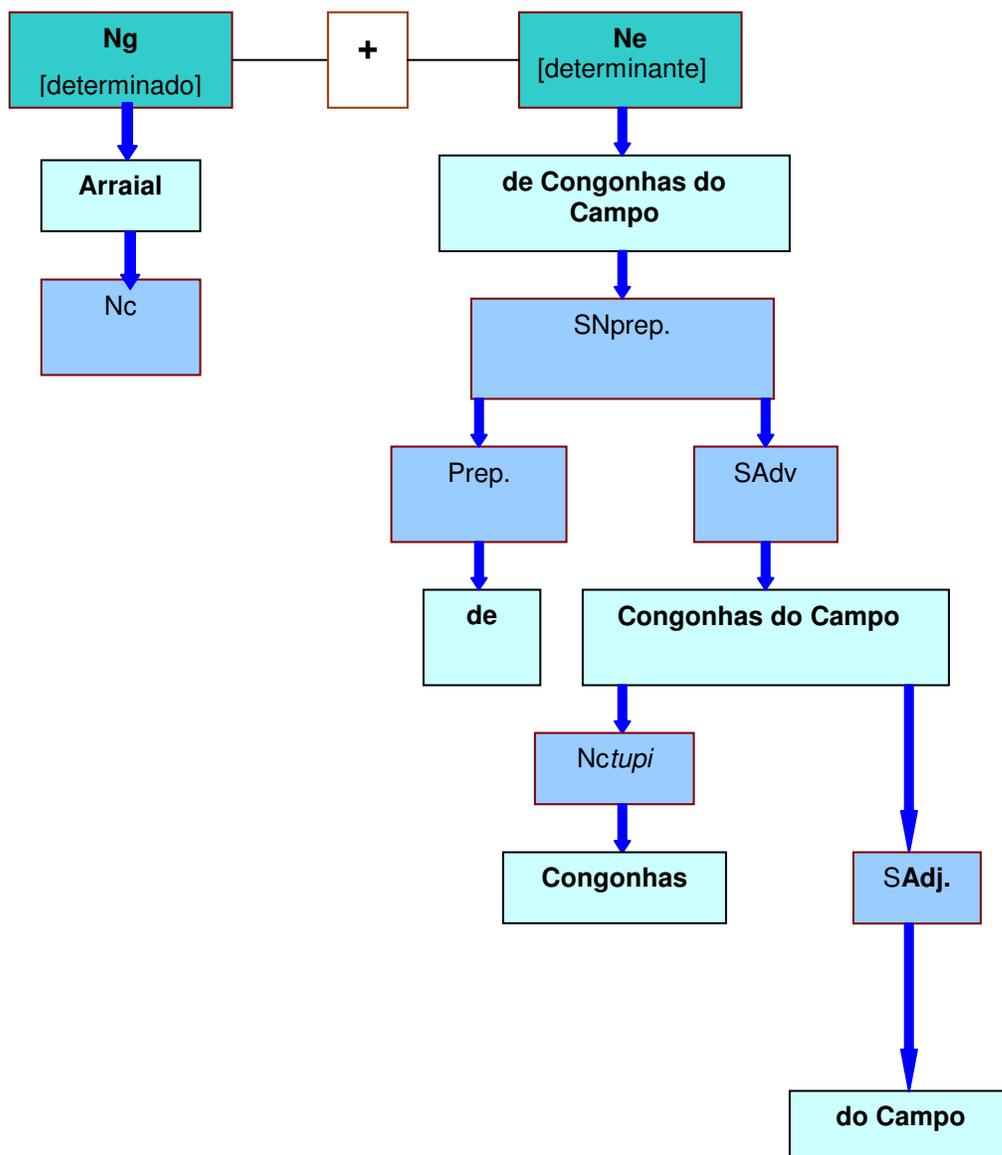
*O início do povoamento do Arraial de **Congonhas do Campo** ocorreu por volta do ano de 1700, quando lusitanos que haviam se instalado na antiga Vila Real de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, passaram a buscar na região outras localidades que se demonstrassem prósperas para a prática da mineração aurífera. A escolha do nome Congonhas do Campo teve sua inspiração nas paisagens daquela região mineradora. Congonhas é o nome de uma abundante planta existente nas proximidades do arraial. No ano 1948, ocorreu uma simplificação da denominação do município que então se chamava **Congonhas do Campo** sendo reduzida para **Congonhas**.*

(Congonhas - MG – História da Cidade. Disponível em: <http://www.congonhas.mg.gov.br/home.ph> Acesso em: 23 dez. 2008).

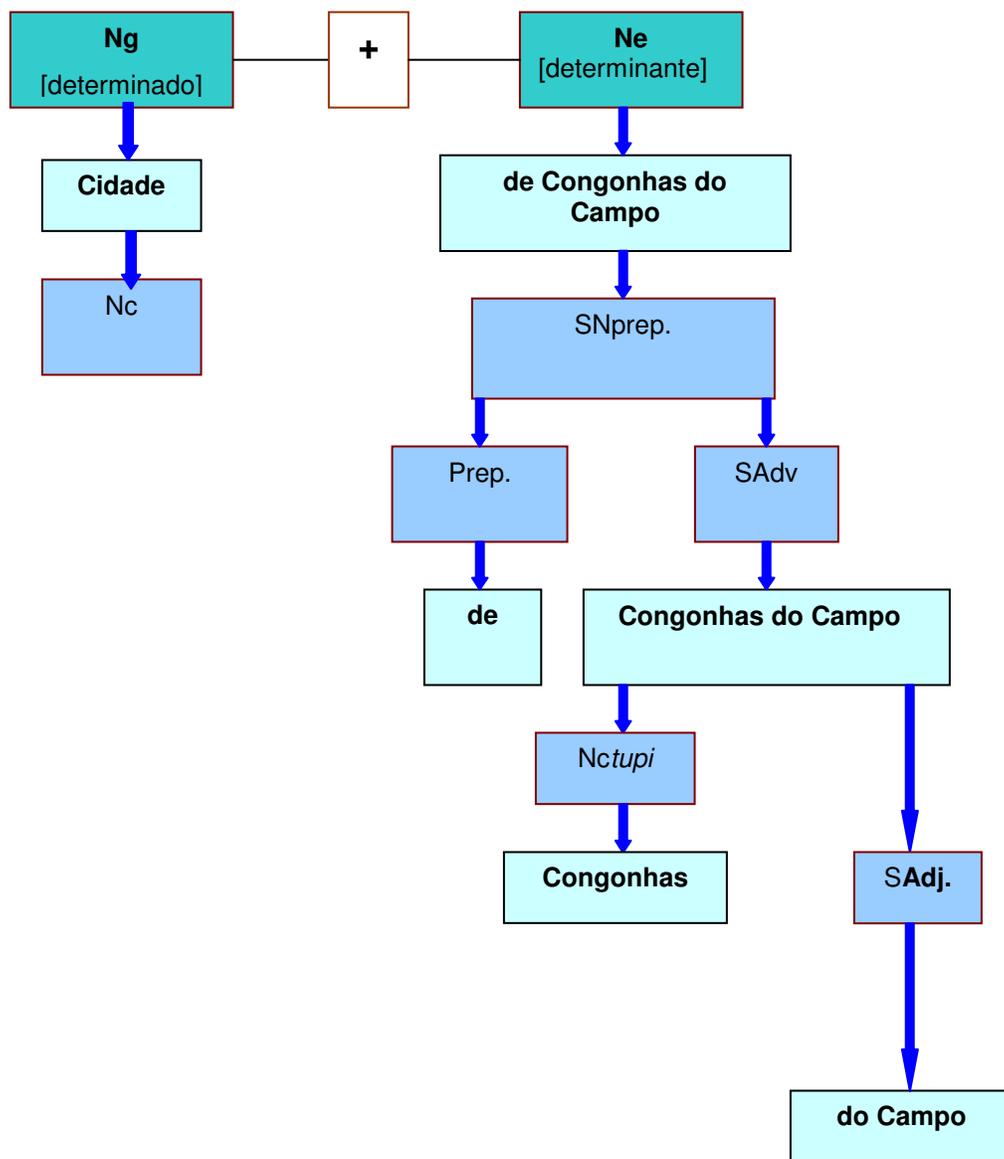
**Tabela 12: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE CONGONHAS**

<b>Cidade: Congonhas</b>
<b>Nomeação:</b> Arraial de Congonhas do Campo <b>Ano: 1700</b>
<b>1ª Renomeação:</b> Cidade de Congonhas do Campo <b>Ano: Ø</b>
<b>2ª Renomeação:</b> Cidade de Congonhas <b>Ano: 1948</b>

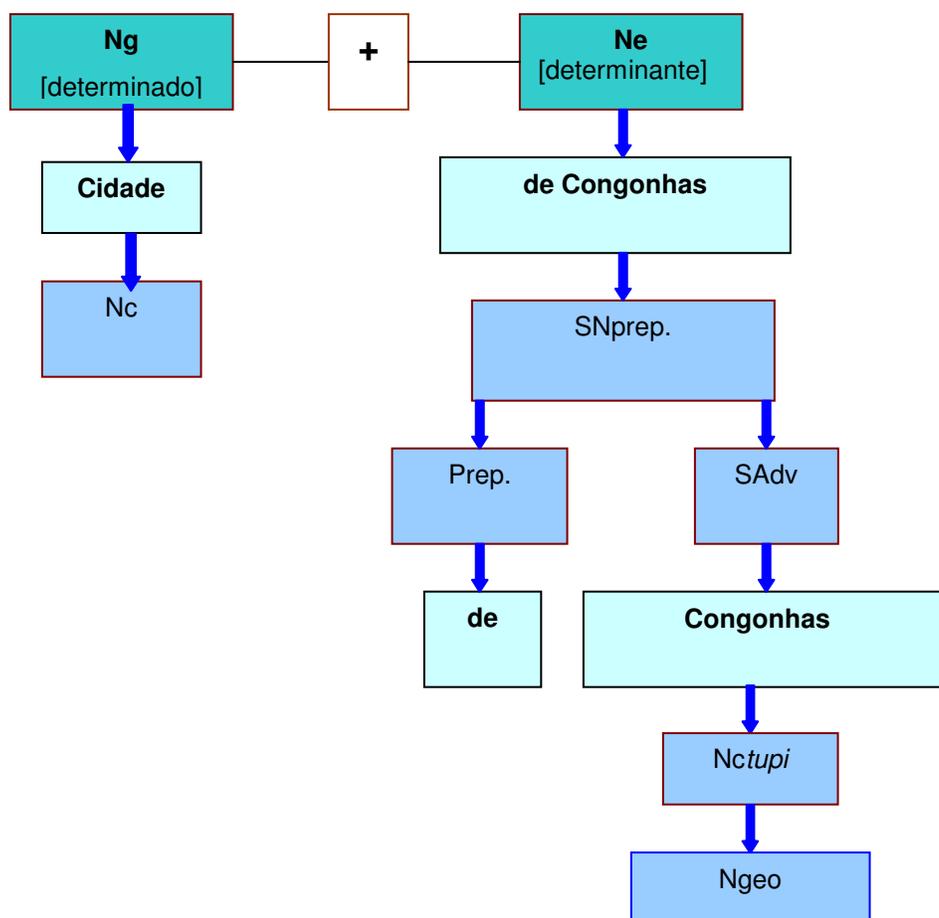
#### 4.1.6.a. Arraial de Congonhas do Campo



#### 4.1.6.b. Cidade de Congonhas do Campo



#### 4.1.6.c. Cidade de Congonhas



O que se observa quanto aos aspectos morfosintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Congonhas**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**:

arraial, cidade. O **Ne** constituído de um **SNprep.** tem função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.6.a** < de Congonhas do Campo >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **Nctupi** [Congonhas - em Tupi = *Congõi* > em Tupi: *o que sustenta, O que alimenta*<sup>12</sup>.] + **SAdj.** [do campo] >

► como em **4.1.6.b** < de Congonhas do Campo >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **Nctupi** [Congonhas - em Tupi = *Congõi* > em Tupi: *o que sustenta, O que alimenta.*] + **SAdj.** [do campo] >

► como em **4.1.6.c** < **Congonhas**>, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** + **Art.def.** [de (o)] + **Np.** [Congonhas] → < Congonhas ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.6.b.** e **4.1.6.c.**, uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** ‘cidade’ aparece na 1ª renomeação [ver **4.1.6.b.**] e na 2ª renomeação [ver **4.1.6.c.**].

---

<sup>12</sup> Cunha, 1934 - “Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi”

#### 4.1.7. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Prados



**Figura 13:** Vista parcial da cidade de Prados

Disponível em: :< <http://www.lazereaventura.com/fotos/prados.jpg> > Acesso em: 01/01/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

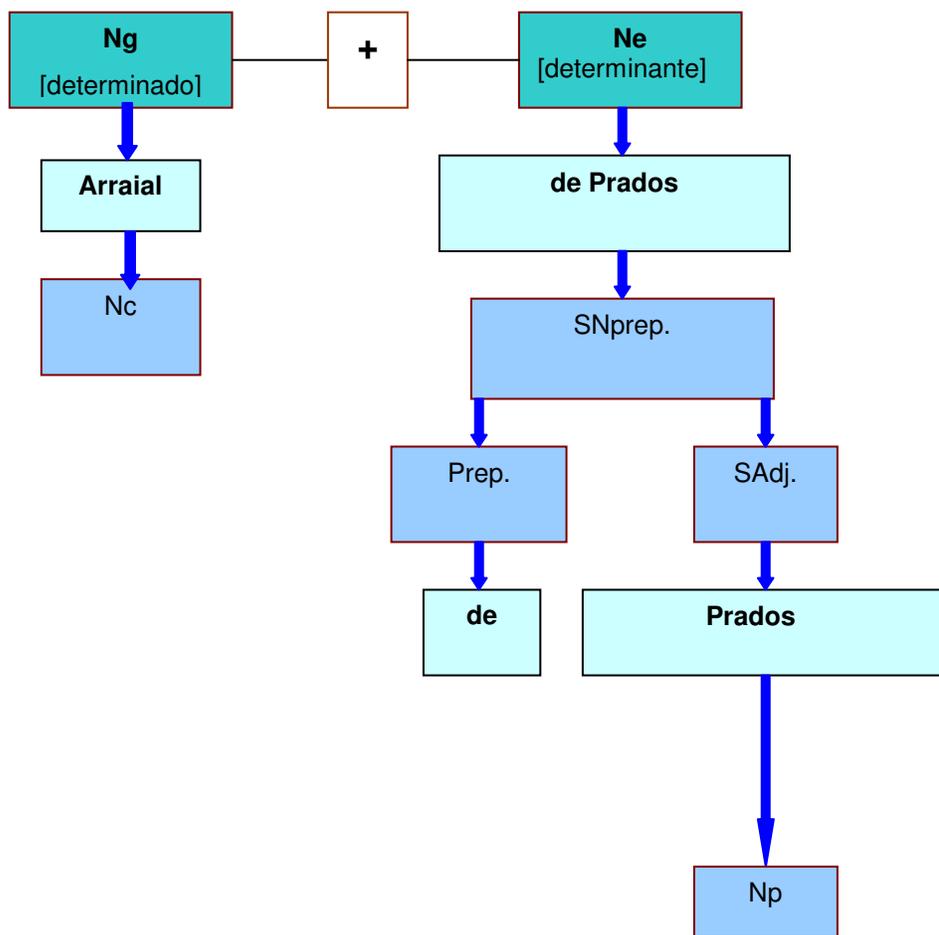
*A origem do **Arraial de Prados** remonta à descoberta de ouro no vale do Rio das Mortes, mesma causa de ocupação de São João del Rey e Tiradentes. . O povoado que deu origem ao arraial surgiu nos primórdios do século XVIII, por volta de **1704**, quando dois irmãos bandeirantes, Manoel e Félix Mendes do Prado, ali chegaram com uma comitiva de Taubaté. A notícia do ouro fácil atraiu muitos paulistas para a região. Em Prados, a Semana Santa é uma solenidade suntuosa, que conserva as tradições coloniais da religiosidade mineira originada no século XVIII. Prados, "Presépio de Minas", é também Berço de Inconfidentes*

(Prefeitura da Cidade de Prados - MG – História da Cidade. Disponível em: <http://www.prados.mg.gov.br/historia.html> > Acesso em: 23 dez. 2008)

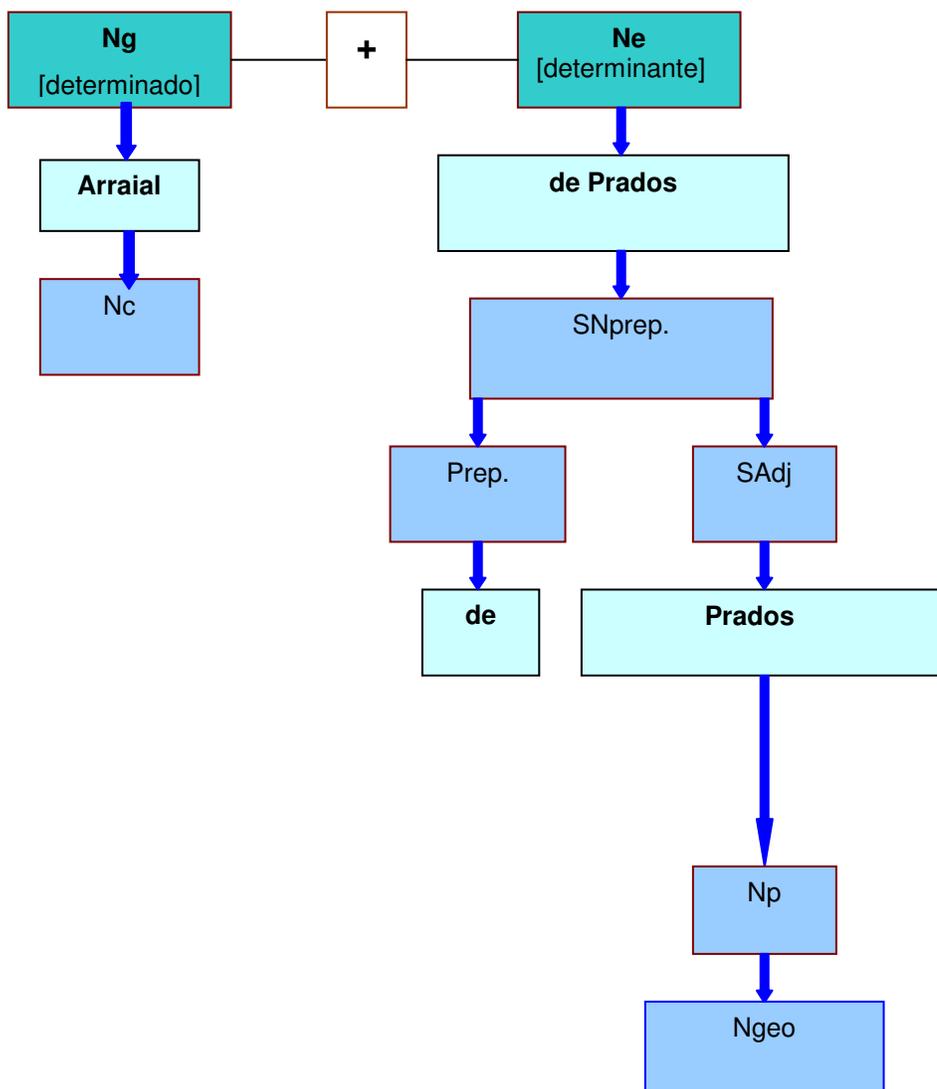
**Tabela 13.: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE PRADOS**

<b>Cidade: Prados</b>
<b>Nomeação: Arraial de Prados</b> <b>Ano: 1704</b>
<b>1ª Renomeação: Cidade de Prados</b> <b>Ano: Ø</b>

#### 4.1.7.a. Arraial de Prados



#### 4.1.7.b. Cidade de Prados



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Prados**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng**

apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial, cidade. O **Ne** constituído de um **SNprep.** tem função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

▶ como em **4.1.7.a** < de Prados>, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **SAdj.** ↔ **Np plural** [ Prados] >

▶ como em **4.1.7.b** < de Prados>, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **Np plural** [ Prados] → < Prados ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, uma diferença em relação ao processo de nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** apresenta: nomeação > **arraial** [ver **4.1.7.a.**] e 1ª renomeação > **cidade** [ver **4.1.7.b.**].

#### 4.1.8. Análise morfossintática [nomeações/renomeações] da cidade de Tiradentes



**Figura 14:** Vista parcial da cidade de Tiradentes

Disponível em: <<http://img.photobucket.com/albums/v283/lucianosr/estradareal2006/CarnaREAL023-ChegadaaTiradentes.jpg>> Acesso em: 01/01/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam...*

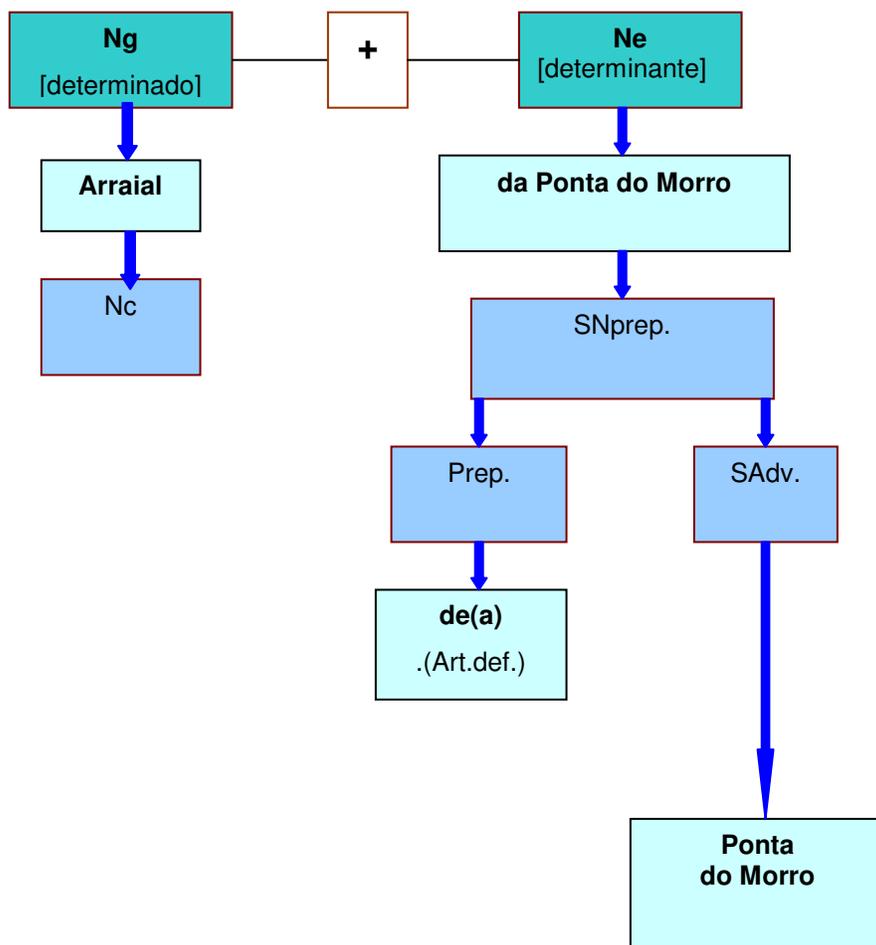
*Em 1702, João de Siqueira Afonso identificou ouro nas encostas da Serra de São José, local da exploração dos veios de ouro na serra e do metal precioso aluvional nas águas do Rio das Mortes e do Rio Turvo, nasceu uma povoação cujo nome teria sido **Arraial da Ponta do Morro**; no entanto, o arraial ficou conhecido como **Arraial Velho do Rio das Mortes**. Em 1718 passa a **Vila de São José** em homenagem ao príncipe D. José, futuro Rei de Portugal. Em 1848, foi suprimido como município de **São José**. Em 1860 torna-se a cidade de **São José del Rei**. Com a República, por decreto, em 6 de dezembro de 1889, o nome de **São José** mudou para **Tiradentes**, como forma de imortalizar o mártir da Inconfidência, nascido nas cercanias da cidade e que viveu ali boa parte de sua vida.*

(Prefeitura da Cidade de Tiradentes - MG – Tiradentes Digital. História da Cidade. Disponível em: <http://www.tiradentes.mg.gov.br/> > Acesso em: 23 dez. 2008).

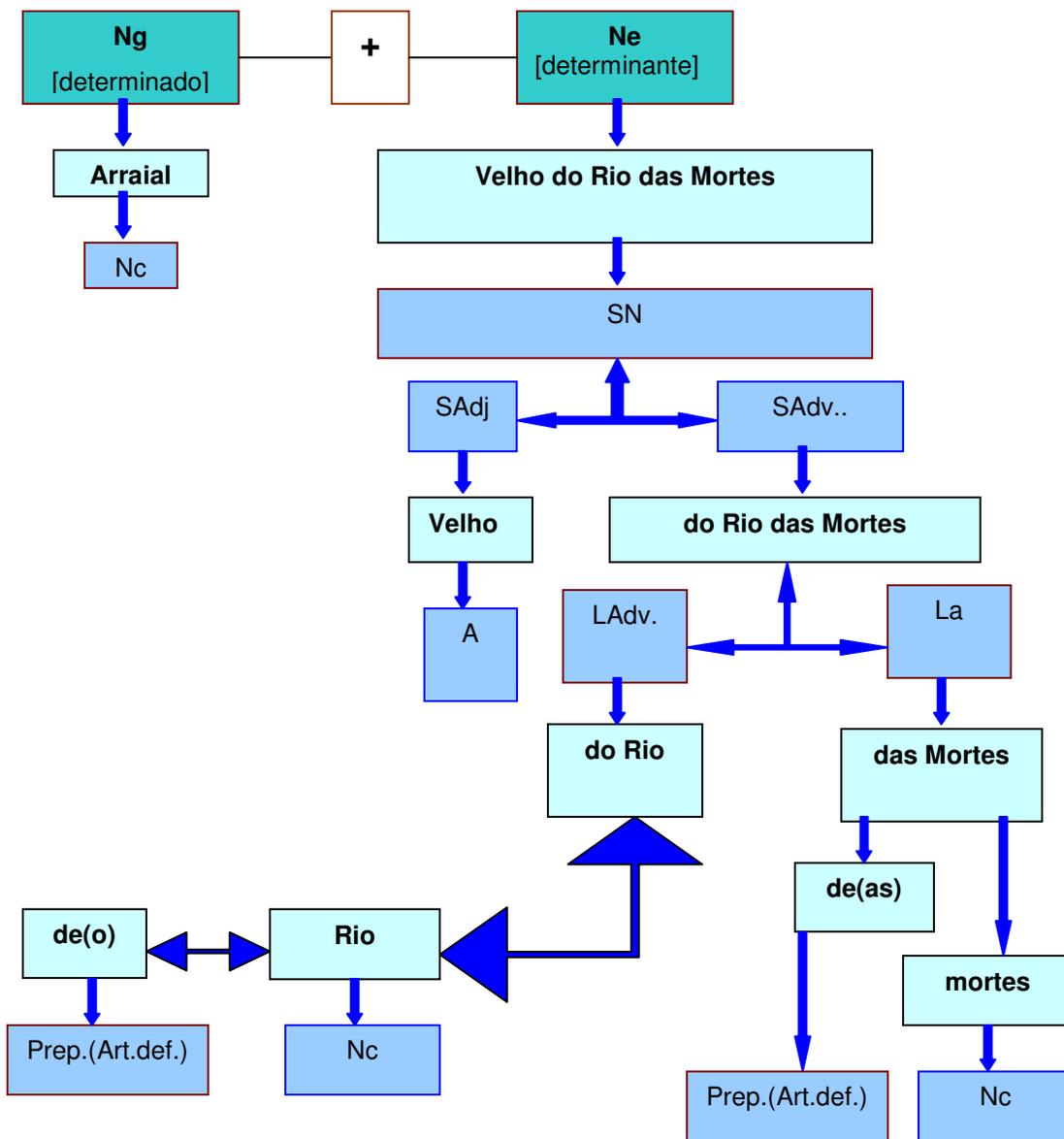
**Tabela 14.: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE TIRADENTES**

<b>Cidade: Tiradentes</b>
<b>Nomeação:</b> Arraial da Ponta do Morro <b>Ano: 1702</b>
<b>1ª Renomeação:</b> Arraial Velho do Rio das Mortes <b>Ano:1702</b>
<b>2ª Renomeação:</b> Vila de São José <b>Ano:1718</b>
<b>3ª Renomeação:</b> Cidade de São José <b>Ano:1848</b>
<b>4ª Renomeação:</b> Cidade de São José del Rey <b>Ano:1860</b>
<b>5ª Renomeação:</b> Cidade de Tiradentes <b>Ano:1889</b>

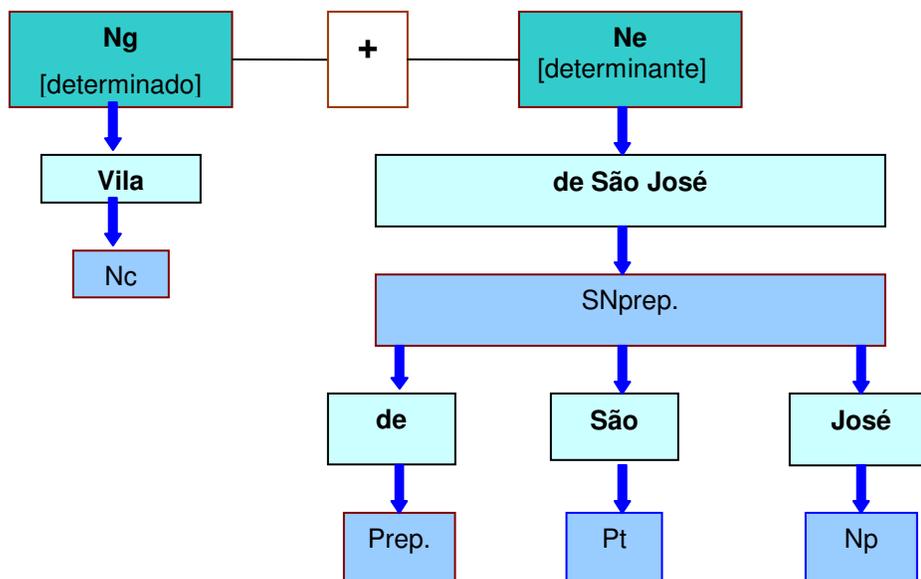
#### 4.1.8.a. Arraial da Ponta do Morro



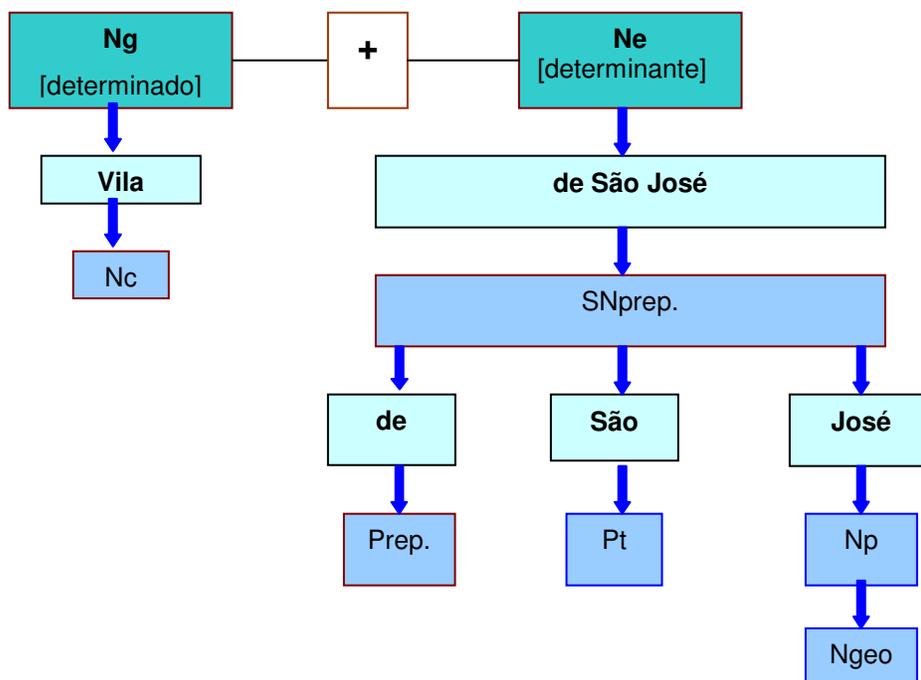
#### 4.1.8.b. Arraial Velho do Rio das Mortes



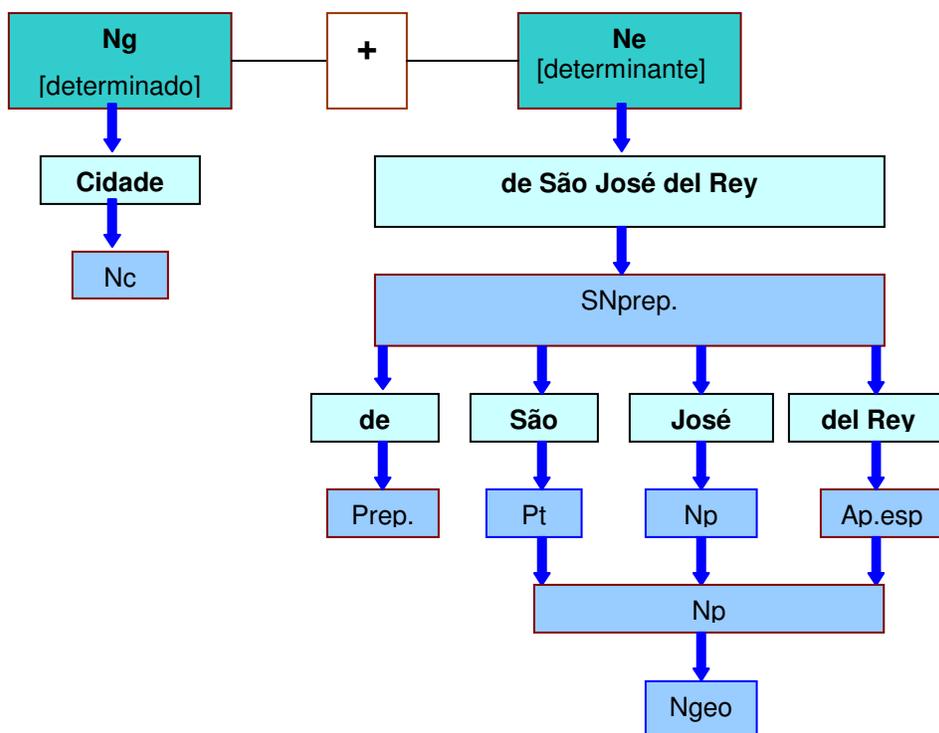
#### 4.1.8.c. Vila de São José



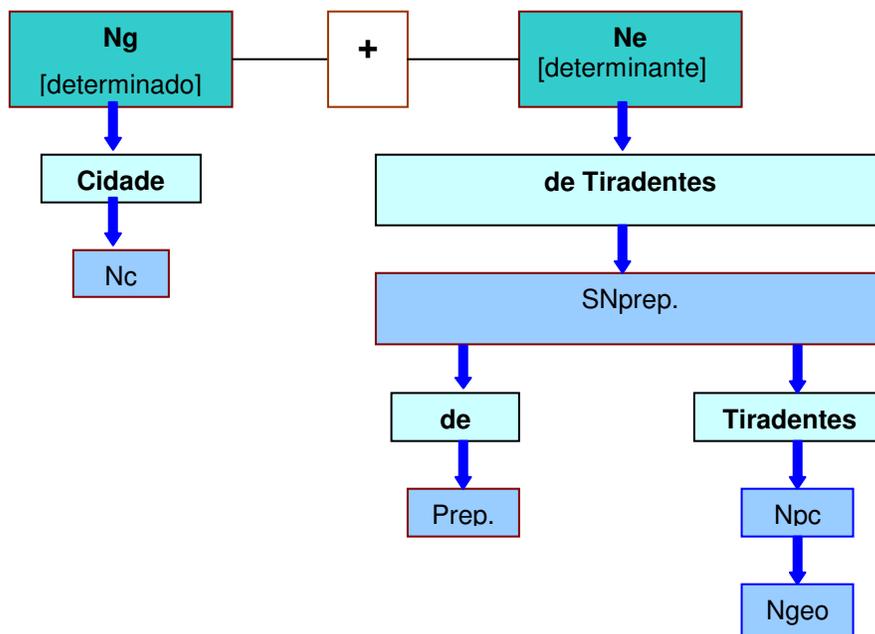
#### 4.1.8.d. Cidade de São José



#### 4.1.8.e. Cidade de São José del Rey



#### 4.1.8.f. Cidade de Tiradentes



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de Tiradentes**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial [nomeação], arraial [**1<sup>a</sup>** renomeação], vila, cidade [**4<sup>a</sup>**, **5<sup>a</sup>**, **6<sup>a</sup>** renomeações]. O **Ne** constituído de um **SN** ou **SNprep.** tem, em ambos os casos, função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.8.a** < da Ponta do Morro >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. [de] + Art. Def. [a] + SAdv. [do Morro]** >

► como em **4.1.8.b** < Velho do Rio das Mortes >, constituir-se de **SN** formado de < **SAdj [Velho] + Sadv [do Rio das Mortes]** >

► como em **4.1.8.c** < de São José >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. [de] + Pt. [São] + Np [José]** >.

► como em **4.1.8.d** < de São José >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. [de] + Pt. [São] + Np [José]** → < São José ↔ **Ngeo** >.

► como em **4.1.8.e** < de São José del Rey >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. [de] + Pt. [São] + Np [José] + Ap. esp. [del Rey ↔ o rei]** → < São José del Rey ↔ **Ngeo** >.

► como em **4.1.8.f** < de Tiradentes >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep. + Art.def. [de (o)] + Npc. [Tiradentes]** → Tiradentes ↔ **Ngeo** >.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.8.a.** e **4.1.8.b.**, uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** ‘arraial’ aparece na nomeação [ver **4.1.8.a.**] e na 1ª renomeação [ver **4.1.8.b.**]; marcamos, também, a diferença em relação ao **Ng** ‘cidade’ que aparece na 4ª [ver **4.1.8.d.**], 5ª [ver **4.1.8.e.**] e 6ª [ver **4.1.8.f.**] renomeações.

#### 4.1.9. Análise morfosintática [nomeações/renomeações] da cidade de São João del Rey



**Figura 15:** Vista parcial da cidade de São João del Rey

Disponível em: [http://farm2.static.flickr.com/1353/1403578149\\_fe88b9ffe1.jpg](http://farm2.static.flickr.com/1353/1403578149_fe88b9ffe1.jpg) > Acesso em: 01/01/08

#### *As narrativas de origem da cidade contam..*

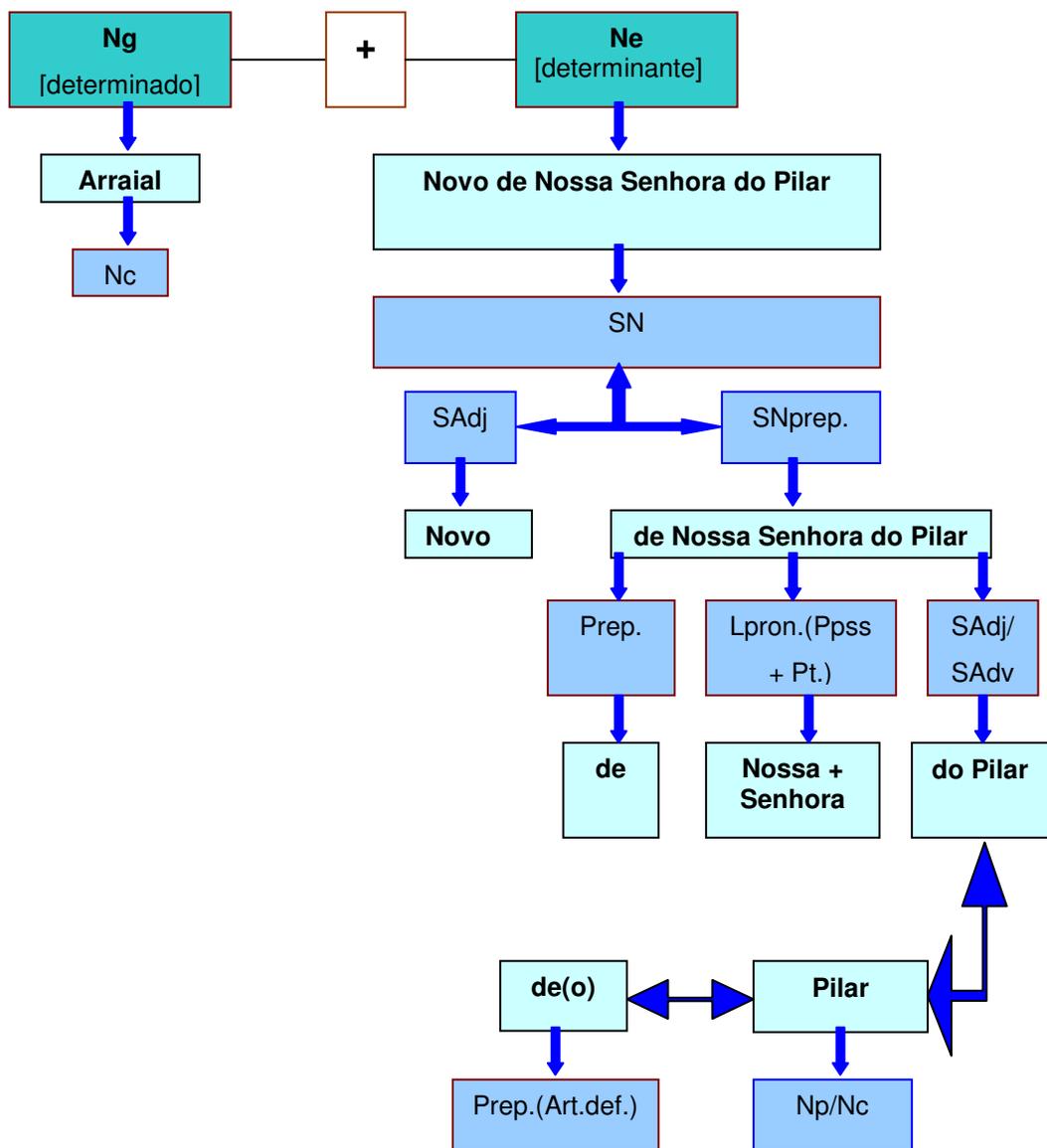
*A cidade de São João del Rey originou-se, em fins do séc. XXVII, do antigo **Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar**. O português Manoel José de Barcelos encontra ouro na encosta sul da Serra do Lenheiro, num local chamado **Tejuco**. Aí se fixa o primeiro núcleo de povoamento que daria origem ao **Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar**, mais tarde, em 1704, **Arraial Novo do Rio das Mortes**. Já bastante próspera, em 1713 a localidade é elevada à **vila** e recebe o nome de **São João del-Rey** em homenagem a Dom João V, rei de Portugal. No ano seguinte, é nomeada **sede da Comarca do Rio das Mortes**. Em 1838 a progressista **Vila de São João del-Rei** torna-se cidade.*

(Prefeitura da Cidade São João del Rey - MG – História da Cidade. Disponível em: <http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/23> > Acesso em: dez. 2008).

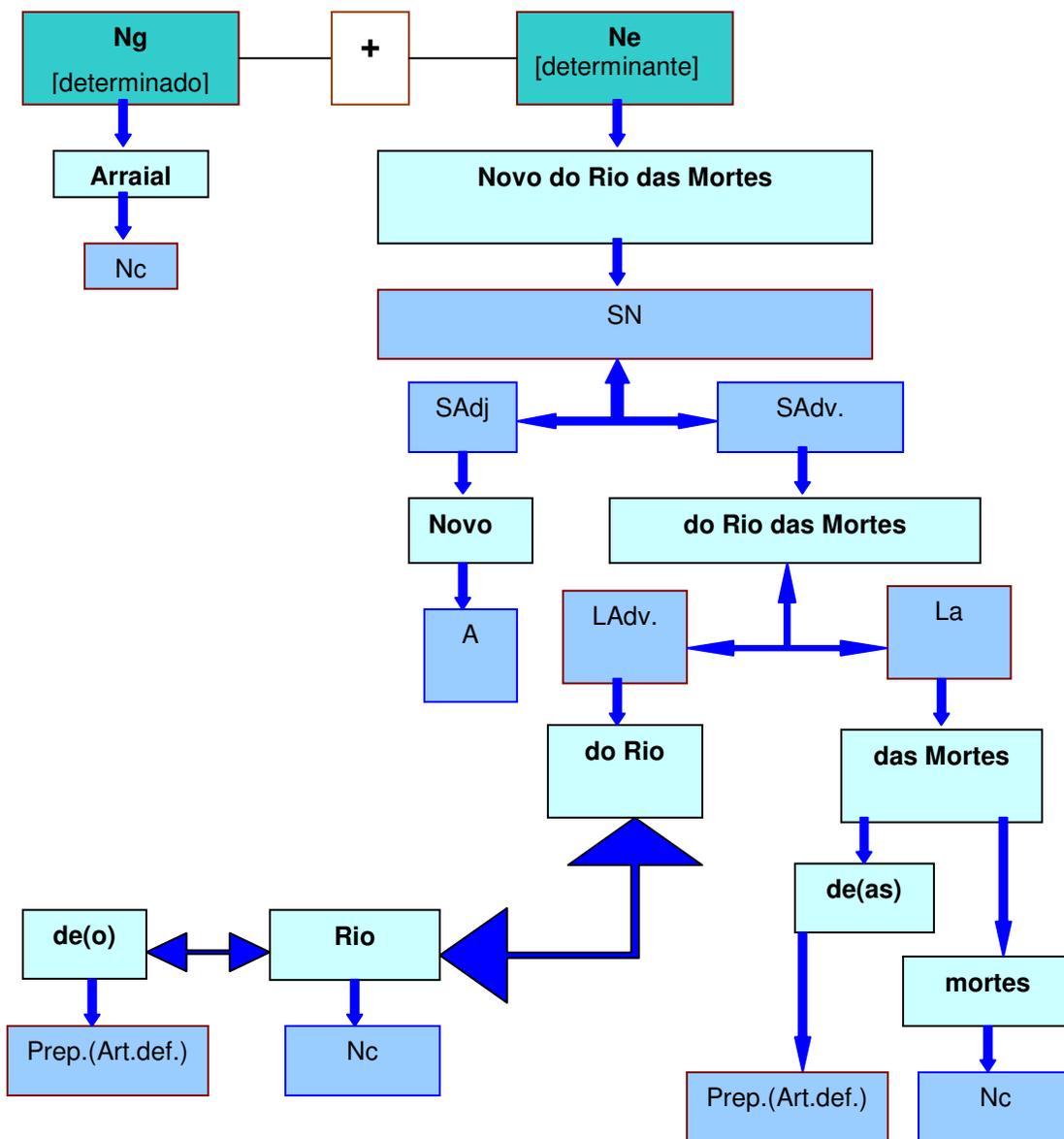
**Tabela 15: NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÕES DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REY**

<b>Cidade: São João del Rey</b>
<b>Nomeação:</b> Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar <b>Ano: Fins do Séc. XXVII</b>
<b>1ª Renomeação:</b> Arraial Novo do Rio das Mortes <b>Ano: 1704</b>
<b>2ª Renomeação:</b> Vila de São João del Rey <b>Ano: 1713</b>
<b>3ª Renomeação:</b> Cidade de São João del Rey <b>Ano: 1838</b>

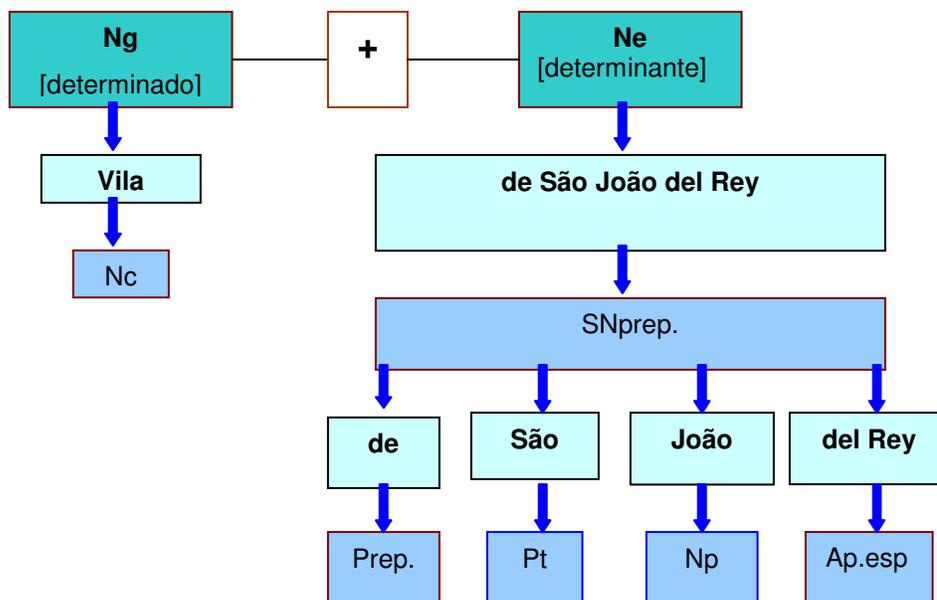
#### 4.1.9.a. Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar



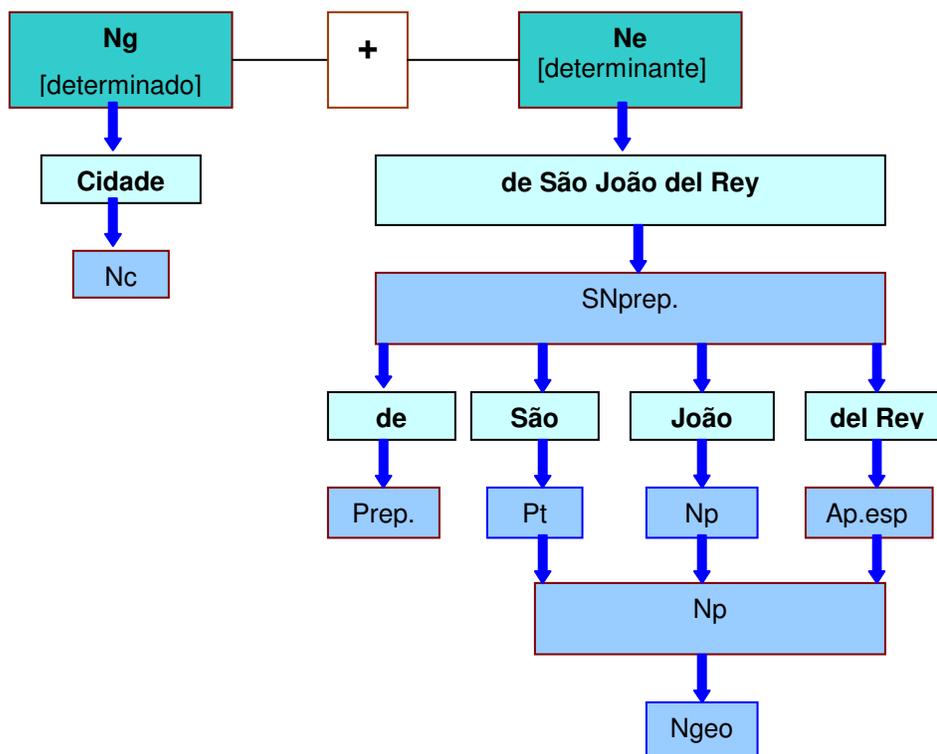
#### 4.1.9.b. Arraial Novo do Rio das Mortes



#### 4.1.9.c. Vila de São João del Rey



#### 4.1.9.d. Cidade de São João del Rey



O que se observa quanto aos aspectos morfossintáticos, relacionados à nomeação/às renomeações da **Cidade de São João del Rey**, é que há uma predominância da estrutura **Ng [determinado] + Ne [determinante]**. O **Ng** apresenta uma estrutura mais genérica e se dá basicamente a partir de um **Nc**: arraial [nomeação], arraial [renomeação], vila, cidade. O **Ne** constituído de um **SN** ou **SNprep.** tem, em ambos os casos, função restritiva, ou seja, funciona restringindo arraial, vila, cidade, identificando, assim, seu referente. O **Ne** se diversifica, podendo:

► como em **4.1.9.a** < Novo de Nossa Senhora do Pilar >, constituir-se de **SN** formado de < **SA** [Novo = **A**] + **SNprep.** [de Nossa Senhora do Pilar > **Prep.** [de] + **Lpron.** [**Ppss.** [Nossa] ↔ **Pt** [Senhora] + **SAdj/SAdv.** [do Pilar > do = **Prep.** [de] + **Art. Def.** [o]]] ↔ [Pilar= **Np/Nc**] >

► como em **4.1.9.b** < Novo do Rio das Mortes >, constituir-se de **SN** formado de < **SAdj.** [Novo] + **SNprep.** [do Rio das Mortes > [do Rio > **LAdv.** [do rio > **Prep.**+ **Art.def.** [de(o)] ↔ **Nc** [rio]] ↔ [das Mortes > **Prep.**+ **Art.def. plural** [de(as)] ↔ **Nc** [mortes]]] >

► como em **4.1.9.c** e **4.1.9.d** < de São João del Rey >, constituir-se de **SNprep.** formado de < **Prep.** [de] + **Pt.** [São] + **Np** [João] + **Ap. esp.** [del Rey ↔ o rei ] → < São João del Rey ↔ **Ngeo**>.

■ Marcamos, no entanto, em **4.1.9.a.** e **4.1.9.b.**, uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que o **Ng** ‘arraial’ aparece na nomeação [ver **4.1.9.a.**] e na renomeação [ver **4.1.9.b.**]; o mesmo se dá no **Ne** > o **SAdj** [novo] aparece na nomeação [ver **4.1.9.a.**] e na renomeação [ver **4.1.9.b.**].

## 4.2. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento semântico-enunciativo das nomeações / renomeações

Propomo-nos a analisar o processo enunciativo de designação (nomeação/renomeação), partindo do pressuposto de que toda designação está determinada sócio-historicamente no/pelo acontecimento enunciativo. Para entender como a questão enunciativa é formulada, adotamos, conforme explicitado na seção 2.3., o conceito de enunciação de Guimarães (1995), que toma a enunciação como um acontecimento histórico, em que o sentido está posto a partir da consideração de que a enunciação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Consideramos, a partir desse princípio, que a língua funciona afetada por uma memória do dizer, nomear/renomear um arraial, uma vila, um distrito, uma cidade é rememorar a história, as palavras *da história são nomes* (RANCIÈRE, 1994, p. 43). Entendemos, então, que havia no processo designativo de nomeação/renomeação das Cidades Históricas de Minas Gerais uma história enunciativa que precisava ser considerada. Assim, o estudo dos nomes que designam as Cidades Históricas de Minas Gerais não poderia ser um estudo desvinculado do acontecimento enunciativo de nomeação/renomeação, mas deveria partir da análise dos nomes que a designaram desde o seu processo de ocupação/exploração/ formação.

Interessa-nos, portanto, enquanto semanticistas, saber de que forma a constituição da estrutura morfossintática que constitui as designações - Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais - estão significando; apresentaremos, então, as categorias analisadas morfossintaticamente na seção 4.1., tomando a constituição definidas pelos dois grupos, a saber, **Ng** e **Ne**, assim como as respectivas análises que evidenciarão seu funcionamento semântico-enunciativo. Pretendemos, assim, confirmar, considerando as análises dessas

enunciações, que anteriormente ao acontecimento de nomear uma cidade, há o memorável de um acontecimento de nomeação/renomeação dessa cidade ainda mais remoto que se enuncia e, muitas vezes, é retomado pelo locutor- x (locutor que nomeia) e que, portanto, instala sobre esse nome um processo de significação/ressignificação: o interdiscurso que é a historicidade, é a memória do dizer.

#### 4.2.1. O Ng.

**Tabela 16: Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum]**

Ng ↓ Nc	<Arraial>	4.1.1.a.
		4.1.2.a.
		4.1.9.a.
		4.1.9.b.
	<Distrito>	4.1.1.b.
	<Vila>	4.1.1.c.
		4.1.2.b.
		4.1.9.c.
	<Cidade>	4.1.1.d.
		4.1.2.c.
		4.1.9.d.

Das designações analisadas na seção 4.1, que apresentam na estrutura morfossintática **Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum]**, optamos por analisar, considerando sua representatividade, os itens expostos na **Tabela 16: Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum]**.

Um primeiro aspecto que podemos observar no funcionamento semântico-enunciativo **Ng ↔ Nc [nome genérico constituído de nome comum]**, é a presença de nomes que constroem o espaço de uma história; assim, os **[Nc]** arraial – distrito - vila – cidade são nomes que, ao constituírem o acontecimento enunciativo de nomeação/renomeação das Cidades Históricas de Minas Gerais, rememoram sua história. O **[Ng]**, considerando o processo designativo de nomeação / renomeação, marca uma hierarquização dos **[Nc]** arraial < distrito < vila < cidade [ou seja: arraial menor que distrito, distrito menor que vila, vila menor que cidade], o crescimento populacional enunciado nessa relação de menor que/ maior que enuncia, então, um aumento dos aglomerados, uma expansão geográfica, logo a confirmação de formação do território nacional que começa a se desenhar à sombra da ocupação / exploração da então 'Terra Virgem'; essas designações arraial < distrito < vila < cidade são, portanto, tomadas pela força da linguagem como uma relação de força/poder. Designar arraial < distrito < vila < cidade é considerar a estabilidade de uma designação na própria relação de instabilidade provocada pelo conflito constituído na sua interdiscursividade, ou seja, nas contradições próprias do dizível. Designar um povoado de arraial, um arraial de vila, uma vila de cidade é enunciá-lo como mais – com mais poder -; é essa relação instável entre linguagem/ser que constitui o jogo da diferença, é, pois, na enunciação que a relação força/poder dessas designações passa a significar.

Como vimos na seção 4.1., O nome de um povoado pode ser, considerando o processo de nomeação/renomeação, reescriturado por diversas formas morfossintáticas e cada modo de reescrever [arraial, distrito, vila, cidade]

o sentido se ressignifica. Não estamos dizendo com isso que o sentido da enunciação surge num aqui/agora a partir do acontecimento, momento em que a enunciação se dá enquanto enunciação. Isso porque entendemos o sentido no acontecimento de enunciação na relação com a interdiscursividade que, ao afetar a língua, traz consigo, os sentidos construídos na história em que esses nomes se deram como nome. Ou seja,

a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Desse modo, a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. [GUIMARÃES, 1999, p. 04]

Dessa forma, é importante atentarmos para a estrutura morfossintática [4.1.2.a. > Lavras Velhas do Ivituruí] em que o **[Ng]** se constitui de **[Nc > arraial] implícito**; há na constituição do nome ‘Lavras Velhas do Ivituruí’, primeira nomeação da ‘Cidade de Serro’, uma formação inicial que antecede a definição do lugar enquanto ‘arraial’. O fato do **[Nc > arraial]**, em 4.1.2., estar implícito enuncia um memorável de uma condição geográfica ainda mais remota ao momento de instituição do arraial, ou seja, o momento de ocupação e início da exploração da ‘Terra Virgem’ ... os aglomerados se formando para, então, se constituírem em um arraial. Essa nomeação, [4.1.2.a.] que se constitui pelo **[Ng] implícito e pelo [Ne > Lavras Velhas do Ivituruí]** designam, então, a ocupação da terra e o princípio de uma exploração que antecede a formação do arraial: ‘as **lavras** que já são **velhas**’ enunciam, agora, o lugar nomeado, portanto, uma divisão territorial que marca, no **[Ng]**, mesmo implícito, a formação do território nacional.

Importante, também, observarmos mais detalhadamente as estruturas morfossintáticas [4.1.9.a. > Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar] e [4.1.9.b. > Arraial Novo do Rio das Mortes] em que o **[Ng]** se constitui do **[Nc > arraial]** tanto na nomeação [4.1.9.a. > Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar] quanto na primeira renomeação [4.1.9.b. > Arraial Novo do Rio das Mortes]. A nomeação se dá em fins do Séc. XXVII, a primeira renomeação em 1704; veremos em análise detalhada na seção **4.2.2. O Ne**, que o período curto que se dá entre a nomeação e a primeira renomeação enunciam o memorável de um processo de ocupação/ disputa territorial: ao ser nomeado, o arraial enuncia, na nomeação [4.1.9.a], a ocupação do território e ao ser renomeado, o arraial enuncia, na primeira renomeação [4.1.9.b], a disputa pelo território. .

Observamos que no ato de nomear/renomear o arraial, o distrito, a vila, a cidade há, na constituição do **[Ng]**, um efeito parafrástico na medida em que os **[Nc]** retomam de alguma forma o povoado que, outrora, se formou; e polissêmico, na medida em que retomam diferente, uma vez que enunciam em cada um deles o povoado modificado de alguma forma por aqueles que ali se fixaram – o povoado que era arraial, o arraial que expandiu e se transformou em distrito, o distrito que se expandiu e se transformou em vila, a vila que se expandiu e se transformou em cidade. Esses efeitos parafrástico / polissêmico fundamentar-se-ão na noção de paráfrase e polissemia proposta por Orlandi (1998), para quem a relação entre a paráfrase e a polissemia é contraditória, posto que ambas ocupam um lugar de tensão discursiva, um eixo que estrutura o funcionamento da linguagem. Para essa autora, um processo não existe sem o outro, o que conduz a uma diferença necessária e constitutiva: a paráfrase, em termos discursivos, é a reiteração, o uso do *mesmo*; a polissemia, produção da *diferença*.

O **[Ng]** enuncia, portanto, por meio de uma forma específica de nomear/renomear o povoado, uma memória do dizer que revela a história de divisão do território, de divisão de uma terra que enuncia pelo início de seu processo de colonização uma não divisão. Assim, designar um povoado é torná-lo

único entre os demais; o **Ng** ↔ **Nc** se torna a marca que delimita o espaço e o direito adquirido sobre a ‘terra ocupada’; o processo designativo funciona, portanto, como um mecanismo de controle: só se pode particularizar o espaço territorial, definir um limite geográfico a partir do ato de nomear/renomear. Desse modo, o **[Ng]** enuncia não só o tipo de nome usado para designar a dimensão territorial do povoado, mas o funcionamento específico de nomear um espaço geográfico; é dessa forma que ‘Arraial do Tijuco’ / ‘Distrito Diamantino’ / ‘Vila do Príncipe do Serro Frio’ / ‘Cidade de São João del Rey’ diferem-se de ‘**Avenida Getúlio Vargas**’ (funcionamento específico de nomear ruas), **Pousada** São Thomé (funcionamento específico de nomear o comércio).

Designar um povoado constituído de um aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns, a princípio produz o efeito de estarmos redividindo o mundo, significa identificar um povo [sua naturalidade/nacionalidade], bem como particularizar o espaço territorial [limite geográfico] pertencente a esse povo. Designar um povoado e defini-lo como arraial/distrito/vila/cidade é, portanto, marcar a importância da divisão territorial como forma de mostrar-se único em relação aos demais; ou seja, o processo de designação de um povoado se apresenta como se estivesse delimitando um espaço territorial de um povo [aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns], e com isso, garantindo a existência de espaços geográficos que designados de arraial / distrito / vila/ cidade passam a constituir sua própria nação. Diríamos mais, designar um povoado e emancipá-lo a condição de cidade, considerando sua expansão territorial e crescimento demográfico, seria possibilitar aos, ali, nascidos o direito de, enquanto cidadãos, exercerem a cidadania.

Considerando o processo de nomeação/renomeação das Cidades Históricas de Minas Gerais, podemos perceber [tomando como exemplo a Cidade de Diamantina [4.1.1.]], na medida em que o povoado vai se configurando em

arraial / distrito / vila / cidade, na relação **Ng** ← **Ne**<sup>13</sup> [nome genérico determinado por um nome específico], designações que enunciam:

► no povoado-arraial, a presença do índio [nativo da ‘Terra Virgem’ e a ‘Terra Virgem’ um extenso território praticamente inexplorado]; relação que podemos perceber em [4.1.1.a. > Arraial do Tijuco] em que ‘Tijuco’, **Ncctupi**, enuncia a presença da língua tupi-guarani, língua do falante nativo da então ‘terra virgem’.

► no povoado-distrito, a presença do português [colonizador, explorador da ‘Terra Virgem’; ‘Terra Virgem’ que apresenta um território ocupado, explorado, dividido e, conseqüentemente, modificado]; relação que podemos perceber em [4.1.1.b. > Distrito Diamantino] em que o ‘**Nc** diamante’ [que designa metal precioso explorado na região] se junta ao ‘**Sxo** ino’, constituindo, por meio de derivação sufixal, o nome geopolítico ‘Diamantino’; há na designação ‘Distrito Diamantino’ uma naturalidade/nacionalidade que já se enuncia para os nativos do povoado-Distrito Diamantino.

► no povoado-cidade, a presença do diamantinense [cidadão nascido em Diamantina]; relação que podemos perceber em [4.1.1.d. > Cidade de Diamantina] em que o ‘**Nc** diamante’ [que designa metal precioso explorado na região] se junta ao ‘**Sxo** ina’, constituindo, por meio de derivação sufixal, o nome geopolítico ‘Diamantina’; há na designação ‘cidade de Diamantina’ uma condição de cidadania que enuncia a prosperidade, a elevação à categoria de cidade e a formação do Estado Nacional; todavia, ao enunciar o diamantinense [cidadão que nasce em Diamantina] , enuncia a não condição de cidadão ao índio [não mais o nativo, até mesmo porque *a terra não é mais virgem*] e do forasteiro [o negro e o imigrante > o negro, sob a condição de escravo / o imigrante, o que vem de uma outra pátria e tem, portanto, uma outra nacionalidade].

---

<sup>13</sup> Análise que detalharemos na seção **4.2.2. O Ne**.

Assim, o processo designativo, considerando o **[Ng]**, de nomeação/renomeações das Cidades Históricas de Minas Gerais enunciam a história de ocupação/exploração do território nacional, conseqüentemente, a formação do Estado Nacional; enunciam, também, condições de cidadania que excluem o índio, o negro, o imigrante; o povoado ao se constituir cidade, institui o enunciador-cidadão; ao incluir o enunciador-cidadão, exclui o enunciador- não cidadão; logo, a cidade ao incluir, exclui. Esse processo que enuncia, na constituição da cidade, a concepção de exclusão, faz-me retomar Sérgio Buarque de Holanda que em sua obra *Raízes do Brasil* (1997) afirma: o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade... Há, nessa concepção, um sentido de cidade/cidadania que produz o sentido de pertencimento e enuncia os processos de construção social dos espaços de ação coletiva e, nesse espaço, os objetos de disputa encontrados; o cidadão tem, assim, na edificação da cidade, sua própria edificação.

Parece-nos, então, que o processo designativo de um espaço geográfico, relação que podemos perceber no funcionamento semântico-enunciativo **Ng** ↔ **Nc**, funciona como um mecanismo de controle, só podem participar dos espaços politicamente construídos os que conquistaram a cidadania; relação possível no processo designativo pelo efeito do funcionamento do nome próprio que nomeia/renomeia um espaço geográfico, pois esse efeito produz a ilusão de unicidade que estabiliza a identificação da nacionalidade político-geográfica de um aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns. Para ser considerado cidadão é preciso, antes de mais nada, ter uma determinada região designada e reconhecida juridicamente diante de outras regiões; seria, nessa concepção, ser o outro reconhecido pelos outros a partir de sua nomeação.

o processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como confronto de lugares enunciativos que movimentam a língua. Um lugar

enunciativo recorta e assim constitui um campo de 'objetos'. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto, recorta-se outro campo de 'objetos' relativos a um dizer. (GUIMARÃES, 1999)

A observação desses diversos modos de reescrever o povoado, considerando **Ng** ↔ **Nc [nome genérico constituído de nome comum]**, mostra todo um movimento de sentido que vai ressignificando; essa mesma questão será, também, observada em relação ao **[Ne]**, relação que veremos em análise detalhada na seção **4.2.2. O Ne**. Esse ressignificar funciona, como já dissemos, como efeito produzido na relação entre o processo parafrástico e o polissêmico, ou seja, no conflito do mesmo com o diferente. Isso se mostra de modo significativo se mostrarmos que essas reescrituras se fazem por estruturas morfossintáticas diferentes. Isso porque, a significação não se reduz pelas/nas expressões, mas sim nas relações das palavras com a exterioridade constitutiva da linguagem, pelas condições sócio históricas de sua existência no acontecimento.

#### 4.2.2. O Ne.

Enquanto o **Ng** enuncia o processo de divisão territorial, o **Ne** diversifica-se como um relato que enuncia – durante o processo de ocupação / exploração e formação do Estado Nacional - a influência da Igreja Católica, assim como as relações sociais, as fases econômicas e políticas que se destacam na história do arraial, vila, distrito, cidade; e são esses efeitos de sentido, marcados por uma memória do dizer, que pretendemos evidenciar nas análises que se seguem; assim, das designações analisadas na seção 4.1, que apresentam na estrutura morfossintática **Ne ↔ SN / SNprep [nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]**, optamos por analisar, considerando sua representatividade, os itens expostos na **Tabela 17: Ne ↔ SN / SNprep [nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]**.

**Tabela 17: Ne ↔ SN/SNprep**

[nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]

<p>Ne</p> <p>↑</p> <p>↓</p> <p>SN.</p> <p>/</p> <p>SNprep.</p>	<p><b>4.1.1.a.</b> &lt;do <u>Tijuco</u>&gt;</p> <p><b>4.1.9.b</b> &lt;Rio das <u>Mortes</u> &gt;</p>	<p><b>Ne ↔ SNprep → Prep.(Art.def.)</b></p> <p>nome específico constituído de sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido da preposição / da preposição + artigo definido</p>
	<p><b>4.1.3.a.</b> &lt; de <u>Santo</u> Antônio do Bom Retiro da Roça Grande &gt;</p> <p><b>4.1.4.c</b> &lt; Real de <u>Nossa Senhora</u> do Carmo &gt;</p> <p><b>4.1.8.c</b> e <b>4.1.8.d</b> &lt; de <u>São</u> José &gt;</p> <p><b>4.1.8.e</b> &lt; de <u>São</u> José del Rey &gt;</p> <p><b>4.1.9.c</b> e <b>4.1.9.d</b> &lt; de <u>São</u> João del Rey</p>	<p><b>Ne ↔ SN/SNprep → Lpron. /Pt.</b></p> <p>nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido da locução pronominal [<b>Ppss.</b> [Nossa] ↔ <b>Pt</b> [Senhora]] / pronome de tratamento [<b>Pt.</b> [São/Santo]].</p>
	<p><b>4.1.3.c.</b> &lt; Real de Nossa Senhora <u>da</u> <u>Conceição do Sabará</u> &gt;</p> <p><b>4.1.4.a.</b> &lt; do Ribeirão <u>do</u> <u>Carmo</u>&gt;</p> <p><b>4.1.4.b.</b>&lt;de Nossa Senhora <u>do</u> <u>Ribeirão do Carmo</u> &gt;</p> <p><b>4.1.4.c.</b> &lt; Real de Nossa Senhora <u>do</u> <u>Carmo</u> &gt;</p> <p><b>4.1.9.a.</b> &lt;Novo de Nossa Senhora <u>do</u> <u>Pilar</u>&gt;</p> <p style="text-align: center;">....</p>	<p><b>Ne ↔ SN/SNprep → SAdv/ SAdj</b></p> <p>nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido do sintagma adverbial / sintagma adjetivo.</p>

**Tabela 17: Ne ↔ SN/SNprep**

[nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]

<p style="text-align: center;">Ne ↑ ↓ SN. / SNprep.</p>	<p>4.1.3.a. &lt; de Santo Antônio do Bom Retiro <u>da Roça Grande</u> &gt; .... 4.1.1.a. &lt;do <u>Tijuco</u> &gt; 4.1.2.a &lt; [de] Lavras Velhas <u>do Ivituruí</u> &gt; 4.1.3.d. &lt; <u>de Sabará</u> &gt; 4.1.6.c &lt; <u>de Congonhas</u> &gt; .... 4.1.1.b &lt; Distrito [de] Diamant[ino] &gt;, 4.1.2.a &lt; Lavras <u>Velhas</u> do Ivituruí &gt; 4.1.4.c. &lt; Vila <u>Real</u> de Nossa Senhora do Carmo &gt; 4.1.5.b. &lt;Vila <u>Rica</u> do Ouro <u>Preto</u>&gt; 4.1.5.c. &lt;[<u>Imperial</u>] Cidade de Ouro Preto&gt;</p>	<p>* as designações expostas na coluna da esquerda, que apresentam na estrutura morfossintática <b>SAdv/ SAdj</b>, foram divididas em subgrupos para melhor composição da análise.</p>
	<p>4.1.2.b &lt; do <u>Príncipe</u> do Serro Frio &gt; 4.1.4.d &lt; de <u>Mariana</u> &gt; 4.1.8.f &lt; de <u>Tiradentes</u>&gt;</p>	<p><b>Ne ↔ SNprep → Np / Nc</b> nome específico constituído de sintagma nominal preposicionado, marcando o efeito de sentido do nome próprio / nome comum.</p>

É nosso interesse, ao analisar o **Ne**, considerar o funcionamento semântico-enunciativo do processo designativo das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro, o qual busca identificar e particularizar um povo assim como o espaço geopolítico que lhe garante cidadania e, conseqüentemente, os direitos/deveres que esta lhe confere. Começaríamos por dizer que a escolha da designação de um povoado/vila/distrito/cidade não se dá por simples vontade ou imposição; para nós, o processo designativo é entendido como um processo sócio-histórico; e, por ser histórica, a relação de designação, segundo Guimarães, é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença. E, nesse sentido, o objeto referido é constituído no interdiscurso, ou seja, ele significa na relação discursiva. Desse modo, o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo. Ou seja,

a unidade de sentido de uma enunciação é um efeito do modo de presença de posições de sujeito no acontecimento enunciativo. É um efeito do que podemos chamar de dispersão do sujeito, constitutiva do funcionamento da linguagem. Desse modo aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento. (GUIMARÃES, 1995, p. 68)

Interessa-nos, portanto, analisar os lugares de enunciação determinados pelo **Ne** e de que maneira o processo de nomeação/renomeação determina e predica as designações expostas na **Tabela 17: Ne ↔ SN / SNprep [nome específico constituído de sintagma nominal / sintagma nominal preposicionado]**. As designações referidas apresentam, de certa forma, uma deontologia própria para o ato de nomear o arraial / vila / distrito / cidade que surgiu durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais. O processo de ocupação / exploração / formação do Estado Nacional vai, então, sendo contado por meio das nomeações / renomeações que cada povoado vai recebendo; assim, em **4.1.1.a. <do Tijuco >** / **4.1.2.a < do Ivituruí >** / **4.1.3.d. < de Sabará >** / **4.1.6.c < de Congonhas >** os **SAdv/ SAdj** reescreveram a língua tupi / tupi-guarani e

enunciam a ocupação do território e a relação com o nativo; em **4.1.1.b** < Distrito [de] Diamant[ino] > / **4.1.2.a** < Lavras Velhas do Ivituruí > / **4.1.5.b.** < Vila Rica do Ouro Preto > os **SAdj** [velhas / rica / preto / diamantino] especificam o **Nc** e enunciam a exploração do território, assim como o poderio econômico que os povoados passam a ter com a descoberta das minas de ouro/diamantes; em **4.1.2.b** < do Príncipe do Serro Frio > / **4.1.4.c.** < Vila Real de Nossa Senhora do Carmo > / **4.1.4.d** < de Mariana > / **4.1.5.c.** < Imperial Cidade de Ouro Preto > / **4.1.8.f** < de Tiradentes > os **SAdj** [Real / Imperial], o **Np** [Mariana / Tiradentes], o **Nc** [Príncipe] enunciam a formas de governo e a transformação da ‘Terra Virgem’ em ‘Estado Nacional’

Todavia, paralelas a essa deontologia, há estruturas que apresentam singularidades importantes, singularidades que exporemos a seguir. Na estrutura morfossintática que apresenta **Ne** ↔ **SNprep** → **Prep.(Art.def.)**, iniciamos analisando **4.1.1.a.**; o **Ng** [Arraial] se soma ao **Ne** [do Tijuco] por meio da contração “**de**” (preposição) mais “**o**” (artigo definido). “Arraial de Tijuco” se diferencia da designação “Arraial do Tijuco” que tem sua estrutura morfossintática constituída por um sintagma preposicionado mais determinante; a associação do artigo definido (**o**) à preposição (**de**) funciona especificando a “região” nomeada, o que se observa, aqui, é a construção de uma relação de determinação interna por meio de aposição de um sintagma preposicionado (determinante) a um nome (determinado): a preposição (**de**) + o artigo definido plural (**o**) + o substantivo [Tijuco] particularizam esta região como uma parte específica do Estado Nacional, como parte do território mineiro que se começa a formar. Marcamos, assim, a diferença de sentido de Arraial **de** Tijuco = região de lama, de terreno encharcado [Tijuco : *tu'juka* > enuncia por meio da língua tupi-guarani, uma região onde predomina um terreno encharcado/de lamas] e de **Arraial do Tijuco** = povoado que se formou na região do Rio Tijuco [**Tijuco** > que enuncia nome do rio que banha a região, que enuncia uma região marcada por ser um terreno encharcado/de lamas]; logo, o espaço geográfico que compreende a região do Rio Tijuco possui, a partir de então, o Arraial **do** [de+o] **Tijuco**.

Ainda na estrutura morfossintática que apresenta **Ne** ↔ **SNprep** → **Prep.(Art.def.)**, marcamos a diferença de sentido enunciada em 4.1.9.b < Rio **das Mortes** >, em que o **Nc** [rio] se soma à **La** [das mortes] por meio da contração “**de**” (preposição) mais “**as**” (artigo definido plural). “Arraial de Mortes” se diferencia da designação “Arraial das Mortes” que tem sua estrutura morfossintática constituída por um sintagma preposicionado mais determinante; a associação do artigo definido plural (**as**) à preposição (**de**) funciona especificando mortes: Arraial **de** Mortes = quaisquer mortes / Arraial **das** Mortes = mortes que enunciam um acontecimento que se quer evidenciar, não se pretende silenciar. Assim, o artigo definido plural (**as**) marca uma relação com o **Nc** (mortes) e enuncia um memorável que não se quer silenciar: a Guerra dos Emboabas [ as mortes dos que ali lutaram]; o artigo definido plural (**as**) enuncia, portanto, o derrame de sangue > muitos morreram na disputa pelo território, pela parte do território onde se concentravam as riquezas. Segundo o Dicionário Houaiss, *emboaba* seria a junção das palavras tupis *mbo* (“fazer que”) + *aba* (“ferir”), sendo que *mbo’aba* seria um epíteto coletivo, aplicado a um grupo, e não apenas a um indivíduo. Assim, *emboabas* seriam “os que invadem, agridem”:

A sede do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão... Entre 1708 e 1709, ocorreram vários conflitos armados na zona aurífera, envolvendo de um lado paulistas e de outros portugueses e elementos vindos de vários pontos do Brasil. Os paulistas referiam-se aos recém-chegados com o apelido pejorativo de emboabas. Um dos episódios mais importantes da Guerra dos Emboabas foi o massacre de paulistas pelos emboabas, no chamado Capão da Traição, nas proximidades da atual cidade de São João del-Rei (MELLO, 1942)

O grupo de designações exposto na **Tabela 17** que apresenta em sua estrutura morfossintática **Ne** ↔ **SNprep** → **Lpron. /Pt.** merece destaque pelo funcionamento semântico-enunciativo da **Lpron.** e **Pt.**. Os pronomes **São**

[4.1.8.c, / 4.1.8.d,/ 4.1.8.e, / 4.1.9.c, / 4.1.9.d, ] e **Santo [4.1.3.a.]** ao serem enunciados retomam a titulação que determina a consagração dada pela Igreja Católica aos homens comuns que se fizeram santos; a titulação é, dessa forma, a enunciação da diferença que distingue ‘santos’ de ‘homens comuns’; ainda em relação à titulação dada pela igreja, ressaltamos a locução pronominal **Nossa Senhora [4.1.4.c.]** que é uma reescritura de ‘Virgem Maria, a mãe de Jesus’ e marca no dito de um enunciador-coletivo a diferença entre ‘santos’ (outrora, ‘homens comuns’) e **Nossa Senhora** (mulher desde sempre incomum, escolhida entre todas as outras para ser a mãe de Deus); todavia é importante que observemos que essas designações ao serem enunciadas como santidades da Igreja Católica, enunciam uma titulação que legitima o sagrado, assim como o memorável que evidencia a estreita relação da igreja católica/coroa portuguesa em todo processo de ocupação / exploração / formação do território nacional. “O Brasil nasceu à sombra da cruz” (DEL PRIORE, VENÂNCIO, 2001, p.40) essa afirmação enuncia o memorável que faz significar a formação do Estado Nacional que, enquanto colônia da metrópole portuguesa nasce sobre a proteção da santa cruz católica e ao mesmo tempo sob o domínio do vasto império ultramarino português. A religião dos descobridores foi trazida em suas caravelas para que as novas terras descobertas pudessem receber a bênção de Deus e sua infinita proteção. Ao mesmo tempo que esta proteção era invocada, a Coroa Portuguesa utilizava a religião como um instrumento de suma importância para o projeto colonizador que veio a se desenvolver nas terras do novo mundo português. Assim, em **4.1.4.a. [do Ribeirão do Carmo]** / **4.1.4.b. [de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo]** / **4.1.4.c. [Real de Nossa Senhora do Carmo]** podemos observar o efeito de sentido do **SAdj [do Carmo]** que sendo uma reescritura de ‘Monte Carmelo’ ora especifica **Nc [Ribeirão]**, ora\_especifica **Nc / Lpron. [Ribeirão / Nossa Senhora]**.

Nossa Senhora do Carmo é um título consagrado a Nossa Senhora, também conhecida por Nossa Senhora do Monte Carmelo. Este título apareceu por propósito de lembrar o convento construído em honra à Virgem Maria, nos primeiros séculos do Cristianismo, na Samaria, no Monte Carmelo, onde o profeta Elias provou aos homens o poder do Deus de Israel. A Ordem do Carmo (originalmente chamada Ordem dos Irmãos da Bem-Aventura da Virgem Maria do Monte Carmelo) é uma ordem religiosa católica que surgiu no final do século XVI, na região do Monte Carmelo, uma cadeia de colinas, próxima à atual cidade de Haifa, na antiga Porfíria, no atual Estado de Israel. No século XVI, na Espanha, Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz conduziram um processo de renovação (ou reforma) do carisma da Ordem do Carmo. (Catolicismo, Revista de Cultura e Atualidades, 1994)

Todavia, [do Carmo] enquanto **SAdv** recorta como memorável passagens bíblicas do Velho Testamento e enuncia na designação **Monte Carmelo** os primórdios do catolicismo. Essa deontologia no ato de nomear apresentada pelo **SAdj / SAdv** [do Carmo] enuncia a ação dos primeiros padres católicos sempre presentes nas expedições que adentravam o sertão, essa ação cujos efeitos ora podem ser considerados positivos e/ou negativos, se configurou como significativa importância para o processo de ocupação/ exploração / formação do Estado Nacional. A chegada do Evangelho nas terras do novo mundo marcou o início de um novo tempo, ou melhor, marcou de fato o início do projeto de colonização. Sob as palavras santas do Evangelho, os portugueses iniciaram uma relação de intensa exploração nas novas terras, e para confirmar a veracidade dessa ação, a Igreja se torna neste instante objeto de suma importância para que os interesses fossem bem sucedidos.

As descobertas ou primeiros achados expressivos de ouro definiam o assentamento e implicavam também a construção imediata de capelas, toscas que inicialmente fossem, nos morros, outeiros ou encostas adjacentes, onde pudessem depositar as imagens trazidas na empreitada e agradecer

aos santos de proteção, ao Cristo ou à Virgem. Os arraiais se organizavam então em torno das capelas e se estendiam pelos caminhos de acesso às áreas de mineração. De um lado, a dinâmica da produção, a competição pelo subsolo, a concentração ao longo dos córregos, a subida para as grapiaras,<sup>14</sup> determinando os espaços de produção segundo a ambição da riqueza, do ouro. De outro, o sentimento religioso multiplicando as capelas e igrejas e assim organizando o espaço (proto)urbano, desde os seus primórdios nos arraiais, até sua maturidade em freguesias e paróquias organizadas. [ÁVILA,1967]

Destacamos nos itens **4.1.8.c** e **4.1.8.d** < de São José > / **4.1.8.e** < de São José del Rey > / **4.1.9.c** e **4.1.9.d** < de São João del Rey > o funcionamento semântico-enunciativo do **Pt.** [São] / do **Np** [José/ João]; assim, em **4.1.8.c** e **4.1.8.d** [ ‘São José’ ], podemos observar na relação **Pt.** + **Np** que há nas designações < Vila de São José / Cidade de São José > uma enunciação que se dá a partir da enunciação que renomeou ‘José’ junto à Igreja Católica: Esposo da Virgem Maria e padrao de Jesus, ‘São José’ figura na infância de Jesus conforme a narrativa bíblica dos livros de Mateus (capítulos 1 e 2 > descrevem os pontos de vista de José ) e Lucas (capítulos 1 e 2 > descrevem a infância de Jesus com José); em suas narrativas, ambos os apóstolos enunciam José como um homem justo que divulgou a Igreja de Cristo, se santificou e recebeu da Igreja Católica a titulação que consagrou o homem ‘José’ a santo “São José”. Dessa forma, ao serem nomeadas, a Vila/Cidade de São José enunciam o discurso religioso que evidencia o aparato ideológico do sistema colonial intensamente fortalecido pela Igreja Católica, sobretudo, pela ação dos jesuítas que assumiram importantes funções, por estarem em contato direto com os indígenas; esse momento histórico que marca o forte contato dos jesuítas com os índios está presente na nomeação que os arraiais e vilas inicialmente tiveram; em quase todas as designações, nomes que evocavam ‘Santos’ da igreja católica que

---

<sup>14</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, trata-se de uma designação de origem tupi para referir-se ‘a cascalho ralo, que tem pouca terra a encobri-lo’.

ora aparecem mesclados a termos do dialeto indígena, como que para fundir a relação que se pretendia estabelecer. A relação igreja/coroa está, portanto, fortemente marcada nos itens **4.1.8.e** < de **São José** del Rey > / **4.1.9.c** e **4.1.9.d** < de **São João** del Rey > quando o **Ap.esp.** [del Rey] enuncia que os **Np** [José/João] não rescrituram o santo ‘José’ / o santo ‘João’, mas o ‘Príncipe D. José, futuro Rei de Portugal’ e ‘Dom João V, rei de Portugal’; é importante observarmos a fusão igreja católica/coroa portuguesa, uma vez que a Vila/Cidade de São José del Rey e Cidade de São João del Rey não são designadas Vila/Cidade de **Dom** José del Rey / Cidade de **Dom** João del Rey: o **Pt.** ‘Dom’, titulação dada aos reis, ao ser reescriturado pelo **Pt.** ‘São’, titulação dada aos santos, enuncia que na figura do rei, santos e homens comuns se fundem na mesma pessoa. Nas designações Vila/Cidade de São José del Rey e Cidade de São João del Rey, o funcionamento semântico-enunciativo do **Pt.** [São] / do **Np** [José/ João] enunciam, portanto, a estrutura política portuguesa fundamentada na política centralizadora da Monarquia Absolutista, todos estavam em torno do monarca absoluto e seu poder era abençoado/compartilhado pela Igreja. Diríamos, então, que a enunciação que nomeia Vila/Cidade de São José del Rey e Cidade de São João del Rey enuncia, também, o discurso político-religioso que recorta como memorável uma temporalidade anterior ao ato de nomear a vila/cidade; essa designações trazem a enunciação que particulariza essa relação igreja/coroa:

O padroado foi um tratado criado entre a Igreja Católica e os reinos de Portugal e de Espanha. O direito do padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os direitos políticos da realeza aos títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal. (HOORNAERT, 1979, p. 160)

Aprofundaremos nossa análise, buscando compreender melhor a relação que existe entre Portugal / Igreja Católica / Espanha; retomamos, assim, **Nossa Senhora [4.1.4.c.]** e observemos a relação dessa **Lpron.** com os **SAdv/SAdj** destacados nos itens **4.1.3.c.** [**Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará**] / **4.1.9.a.** [**Novo de Nossa Senhora do Pilar**]. Em **4.1.9.a.**, [**do Pilar**] enquanto **SAdj** funciona especificando **Nossa Senhora**, exerce, portanto, função restritiva e identifica o referente da **Lpron.** > [**Nossa Senhora [do Pilar]**]; enquanto **SAdv** enuncia um lugar específico > a Espanha: há em [**do Pilar**] um memorável que significa e enuncia uma temporalidade específica que marca a relação de Portugal/Espanha, assim como sua estreita relação com a Igreja Católica: Portugal e Espanha configuram o modelo absolutista católico que patrocinou a Contra-Reforma e seus mecanismos repressores. Para Carvalho (2001), segundo uma antiga tradição, desde os primórdios de sua conversão, os cristãos primitivos ergueram uma ermida em honra da Virgem Maria, às margens do rio Ebro, na cidade de Zaragoza, na região de Aragon, na Espanha. A capelinha primitiva foi sendo reconstruída e ampliada com o correr dos séculos, até se transformar na grandiosa basílica que acolhe, como centro vivo e permanente, peregrinações de numerosos fiéis que, de todas as partes do mundo, vêm rezar à **Virgem** e venerar seu **Pilar**. Nossa Senhora do Pilar é a Padroeira da Espanha, a nação que outrora dominou Portugal: o caminho estava livre para a triunfal chegada do futuro rei - Felipe II da Espanha iria se tornar Felipe I de Portugal; sob o domínio filipino (Felipe II, III e IV), Portugal tornou-se uma nação periférica no contexto europeu, e parte significativa da nobreza, do clero e da burguesia aderiu ao domínio espanhol; quando se consagrou a União Ibérica, a Espanha vivia um momento único de esplendor em sua história - era a sua idade de ouro.

União Ibérica, que se estendeu de 1580 a 1640, cumpriu um importante papel na construção do território brasileiro; qual

seja, o de diluir as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Expandiu os limites territoriais tanto ao norte, com a conquista efetiva do Maranhão, quanto ao sul, alargando a fronteira na região platina. Data também deste período o início da expansão territorial para o interior. Em 1580 foram organizadas as primeiras expedições dos bandeirantes em São Paulo. Essa frente de expansão territorial para os "sertões" - palavra então usada para aludir ao interior - prolongou-se por todo o período da dominação espanhola. Data de 1585 a primeira grande bandeira para captura e escravização de índios no sertão dos Carijós, luta que levaria à ocupação gradativa do interior do Brasil e ao alargamento da faixa litorânea ocupada pelos portugueses no início do século XVI. São também deste período, entre outras: (...) as primeiras incursões dos bandeirantes paulistas à região de Minas Gerais, em 1596. [Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/brasil500/constrterrit/uniao\\_iberica.html](http://www.ibge.gov.br/brasil500/constrterrit/uniao_iberica.html) >, Acesso em: 13/06/09 >

**Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar**, então, ao ser nomeado, nos fins do Séc. XVII, recorta como memorável a ocupação espanhola em Portugal e toda a influência que esta ocupação teve sobre o processo de ocupação / exploração / formação do Estado Nacional; **[do Pilar]** enuncia, portanto, as relações Portugal / Igreja Católica / Espanha. Em **4.1.3.c.**, **[Real / da Conceição]** enquanto **SAdj** funcionam especificando o **Nc [Vila Real]** e a **Lpron. [Nossa Senhora da Conceição]**, exercem, portanto, função restritiva; assim, ao ser nomeada, a **Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará** enuncia a marca da coroa portuguesa duas vezes: a **Villa é Real, a Villa é de Nossa Senhora da Conceição: o SAdj [Real]** enunciando não mais a Monarquia Espanhola, o **SAdj [da Conceição]** enunciando Nossa Senhora da Conceição, a Padroeira de Portugal:

Nossa Senhora da Conceição é uma invocação de Maria, mãe de Jesus. Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino Português. Em Portugal, o dia de Nossa Senhora da Conceição é comemorado a 8 de dezembro, feriado

nacional. A 25 de março do ano de 1648, D. João VI fez uma cerimônia solene, em Vila Viçosa, para agradecer a Nossa Senhora a Restauração da Independência de Portugal em relação a Espanha. Dirigiu-se à igreja de Nossa Senhora da Conceição, que declarou padroeira e rainha de Portugal. A partir dessa data, mais nenhum rei português usou coroa na cabeça, por se considerar que só a Virgem tinha esse direito. Nos quadros onde aparecem reis ou rainhas, a coroa está pousada ao lado, sobre uma mesa, num tamborete ou almofada de cetim. (Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume V, pág. 122.)

Assim, **SAdj** [do Pilar] enuncia a história do domínio espanhol sobre Portugal e **o SAdj** [da Conceição] enuncia a história de independência de Portugal do domínio espanhol. Observemos, no entanto, que a **Nossa Senhora** que é **da Conceição** é também **de Sabará**; no **SAdv** [de Sabará] podemos perceber a relação que a metrópole passa a estabelecer com a colônia; Sérgio Buarque (2004, p. 185) assim acentua essa impressão, “vivem na Idade do ouro, não circundam as herdades de fossos, muros ou sebes, moram em hortas abertas, sem leis, sem livros, sem juizes, e seguem naturalmente o bem”; o **SAdv** [de Sabará] é, como já exposto na descrição do Mapa 1 [**Figura 2**: Mapa ‘Caminho do Sabarabuçu’] uma reescritura de Itaberabuçu (ita = pedra; bira = reluzente; uçu = grande), por corruptela Sabarabuçu, e designa a serra misteriosa que resplandecia aos raios do sol, a lendária serra das esmeraldas, alvo da cobiça dos que chegavam para ocupar/explorar a colônia. Vasconcellos, em sua obra ‘Origem e fundação do Sabará’ (1946), afirma que o início da ocupação de Minas Gerais se deu desde meados do século XVII pelas expedições pesquisadoras de metais nobres e pedras preciosas, que o governo da metrópole, cada vez mais empenhado na descoberta dessas riquezas, cuja existência nos sertões se achava convencido, estimulou as entradas no sertão por cartas régias enviadas aos aventureiros prometendo prêmios e honrarias àqueles que descobrissem esses tesouros da natureza. Assim, muitas lendas a respeito

de riquezas minerais alimentavam o imaginário de portugueses e bandeirantes. Dentro dessa perspectiva, em **4.1.3.c.** < Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará >, o **SAdj** [da Conceição] e o **SAdv** [de Sabará] enunciam que colônia e metrópole se mesclam nas designações que definem a ‘Virgem, Mãe de Jesus’.

Se atentarmos, porém, para a nomeção/renomeações do povoado-cidade de Sabará, observaremos que a designação que nomeia o Arraial **[4.1.3.a.** < Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande >] enuncia no **SAdv** [da Roça Grande] o não-dito: Roça Grande designa ‘uma encosta de terra muito fértil com uma fonte de água puríssima de beber’; a ausência que representa o não dizer silencia, então, a grande descoberta: ‘Sabarabuçu, a serra misteriosa que resplandecia aos raios do sol, a lendária serra das esmeraldas’; para Orlandi (1997), o silenciamento do discurso não-desejável é uma tentativa de apagar uma ideologia que possa servir de ameaça às relações de poder de um determinado grupo social, define-se o que pode ser dito, para evitar que o não-desejável se estabeleça. O **SAdv** [da Roça Grande] enuncia, portanto, uma temporalidade que recorta como memorável um silenciamento conveniente, a nomeação do povoado-cidade de Sabará adotou um discurso que favorecesse a ideologia de silenciar a descoberta. Hoje, o discurso econômico re-significa o não-dito, a Estrada Real retoma o Caminho do Sabarabuçu; os arraiais/vilas/distritos que surgiram margeando seu caminho agora são cidades que margeiam a Estrada Real, considerada um dos maiores complexos turísticos do Brasil.

É importante que observemos o funcionamento enunciativo dessas designações, pois é nesse funcionamento que o dizível da intertextualidade significa o dito, o explícito, como também o não dito, o silenciado. Como podemos observar, é no conflito discursivo que se estabilizam e silenciam sentidos e nesse sentido o processo designativo está sempre sujeito a novas interpretações, com os quais se constroem tanto a estabilização como o apagamento de certos sentidos. Segundo Guimarães (1995), é nessa interdiscursividade, que movimenta a enunciação, em que os discursos se entrecruzam, que a materialidade do

referente se constitui. Isso nos leva a considerar o jogo do acontecimento enunciativo que faz com que uma designação signifique o mesmo como também o diferente. Sendo que esse deslocamento de sentido acontece a partir das condições de produção do sujeito no acontecimento, ou seja, no confronto de posições de sujeito que movimentam a língua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado nesse trabalho nos permitiu confirmar, considerando o dispositivo teórico da Semântica do Acontecimento que, ao funcionar, uma designação reflete o 'político', fundamento das relações sociais que está presente na linguagem que a partir de um espaço de memória cria a ilusão de estabilidade pelo efeito do pré-construído. Assim, torna-se possível referir os objetos considerando sua significação e não sua relação de existência no mundo. Nesse sentido, entendemos que o processo designativo não está atrelado à relação língua/objeto, nem tampouco na competência intencional do indivíduo que se apropria da língua para expressar seu pensamento.

Ao considerar as análises dos funcionamentos morfossintático e semântico-enunciativo apresentados no cap. IV e enunciar as designações das cidades que surgiram no Ciclo do Ouro em Minas Gerais não se está apenas classificando objetos/seres [oposição que fazemos à proposta taxionômica para os topônimos apresentada por Dick, como exposto no cap. III] ou simplesmente fazendo uma alusão à história. Designar, considerando a concepção proposta por Eduardo Guimarães, está relacionado com a produção de sentido; não sentidos determinados pelo indivíduo, mas sentidos determinados pelo funcionamento do interdiscurso – memória do dizer – que significam enunciativamente pelos indivíduos ao ocuparem uma posição de sujeito no acontecimento. Assim, os sentidos são efeitos do cruzamento de discursos múltiplos no acontecimento enunciativo, é nesse funcionamento que instaura o conflito que mantém alguns sentidos e silenciam-se outros.

Assim, as designações das cidades que surgiram no Ciclo do Ouro em Minas Gerais enunciam uma nomeação que se deu como uma descrição do espaço que ora se pretendia demarcar/ocupar, particularizando-o diante de outros espaços; considerando essas condições, nomear/renomar um povoado confirma a necessidade do reconhecimento jurídico por outros povoados que se

estabeleceram a partir da região designada. Ser reconhecido enquanto povo de uma certa região designada seria, então, ser o outro identificado, '*singular*', pelos outros a partir de sua nomeação.

Em se tratando do Brasil dos séc. XVII / XVIII, período em que se dá a formação dos povoados, esse deslocamento poderia nos trazer novas direções interpretativas para conhecermos e compreendermos o processo de colonização em termos de produção de uma forma-sujeito de constituição de um estado nacional, onde se produzem/ reproduzem sujeitos e sentidos. O povoado é um espaço de interpretação, com lugares enunciativos que o seu habitante ocupa para ser sujeito do que diz e produzir sentidos em uma relação determinada com a história.

Designar um lugar que se constitui a partir da formação de um povoado no Brasil dos séc. XVII / XVIII, significa, pois, identificar um povo que, por razões comuns ou não, se aglomerou e que a partir de uma relação toponímica única se reconhece como sendo o mesmo. Designar um lugar, portanto, enuncia o desejo de se conceber uma unidade como garantia de sobrevivência sem desconhecer as diferenças; é legitimar uma redivisão territorial que, ao identificar um espaço geográfico como sendo único em relação aos demais, garante a identidade de um povo que passa, a partir dessa delimitação territorial, a garantir sua existência enquanto comunidade, enquanto indivíduos que compartilham um mesmo grupo de referências, o que lhes garante a mesma naturalidade.

O nome de um país [de um arraial / vila / distrito / cidade<sup>15</sup>] parece sempre ser um modo de referir-se a ele no momento em que se enuncia algo que lhe diga respeito. Parece que a história quem levou ao nome nada mais e no presente. É como se um nome fosse um rótulo. mas o nome de um país não é um rótulo. Basta, no mínimo, considerar que um nome de um país funciona também como um evocador d uma relação de origem para os que ali nasceram. (GUIMARÃES, 1992)

---

<sup>15</sup> Inclusões nossas.

A enunciação que nomeia o povoado retoma, então, a enunciação que nomeou rios /reis /santos.... Assim **Ngeo** se dá como um nome que, ao particularizar um espaço territorial, busca na enunciação descritiva salientar que entre os diversos espaços que se constituem povoados há um em especial que se singulariza ora pelo rio [Arraial Velho do Rio das Mortes], ora pelo metal precioso encontrado [Distrito Diamantino], ora pelo santo protetor [Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará], ora pelo rei [Cidade de São João del Rey] ... o fundamento para a enunciação do nome, o imaginário, marca aí os limites entre a forma de significar-se como habitante desse povoado. Há na nomeação que designa o povoado [Arraial Velho do Rio das Mortes / Distrito Diamantino / Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará / Cidade de São João del Rey] um locutor-oficial que está tomado por um memorável que se coloca no lugar do repetível: identificar o lugar que se pretende demarcar como distinto de outros por enunciações que os singularizam se repete em enunciações que designam outras regiões que se constituem arraiais / vilas / distritos / cidades no período do Ciclo do Ouro em de Minas Gerais. Há, no entanto, uma futuridade instalada no nome que designa o povoado, *este espaço* cujo limite geográfico demarca esse lugar que identifica para depois e sempre os que o habitam como um processo de identidade social das pessoas, enquanto pertencentes desse lugar; “tem-se aí um sentido de controle que faz parte do processo de identidade social das pessoas” (GUIMARÃES, 2002 , pág. 51).

A renomeação do povoado, constitui-se, portanto, como um processo de reescrituras que enuncia movimentos de exclusão ou de inclusão; assim, ao considerar uma designação que retoma a enunciação que nomeou um espaço jurídico-administrativo, estamos considerando esse nome na interdiscursividade que o constitui enquanto nome, pois as designações significam na sua discursividade a partir das condições de produção de sua enunciação, os diversos modos de reescrever mostram todo um movimento de sentidos que vai se resignificando. A designação é, portanto, uma relação instável entre a

linguagem e o ser, em que os sentidos são determinados a partir da posição de sujeito.

O processo designativo das cidades mineiras que surgiram no Ciclo do Ouro se constitui, então, em uma cena enunciativa de nomeação / renomeações dos povoados que se dá no espaço enunciativo da Língua Oficial imposta pela Coroa Portuguesa, a Língua Portuguesa; do domínio da Igreja Católica e sua estreita relação com a Coroa Portuguesa; da presença dos índios [reconhecidos como nativos colonizados], da ocupação de povos de lugares diversos, principalmente os portugueses [reconhecidos como os colonizadores] e pelos negros africanos, [reconhecidos como os escravos]; da exploração de metais nobres e pedras preciosas, assim como dos conflitos oriundos da disputa pelo poder econômico/político.

A oficialização da Língua Portuguesa pode ser observada no processo designativo da Cidade de Serro que, ao ser nomeada em 1701, recebe o nome de Lavras Velhas do **Ivituruí** [na Língua Tupi = morro frio] e ao ser renomeada em 1714, recebe o nome de Vila do Príncipe do **Serro Frio** [na Língua Portuguesa = morro frio]; os **SAdv** do **Ivituruí** / do **Serro Frio** enunciam, portanto, a necessidade de marcar o lugar – o território – com a finalidade de patriarizar; **ivituruí** [= morro frio] enuncia, no entanto, a relação da Coroa Portuguesa com a Língua Indígena e **serro frio** [= morro frio] enuncia a soberania da Língua Portuguesa, logo a submissão do índio em relação ao português / da colônia em relação à metrópole... “nem podia imaginar como sua língua bárbara, inculta e tão difícil de pronunciar, pudesse ser apta para levar à cena tais episódios da vida dos santos” (SEPP, 1980, p. 243). Silenciam a memória indígena; no silêncio imposto desde a descoberta à colonização, a civilização indígena é silenciada como *locus* de imposição de sentidos; “os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (Guimarães, 2002, p. 18).

O domínio da Igreja Católica e sua estreita relação com a Coroa Portuguesa pode ser observado no processo designativo das Cidades de São

João del Rey / São José del Rey / Vila Real de Nossa Senhora do Carmo / Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar / Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará; as análises apresentadas no capítulo IV [especificamente no item 4.2. Topônimos das Cidades Históricas de Minas Gerais: análise do funcionamento semântico-enunciativo das nomeações / renomeações] evidenciam a relação de poder entre a coroa e a Igreja e o quanto a Igreja, enquanto instrumento da colonização, vai ser inserida no processo de ocupação / exploração / formação o Estado Nacional. Após 1530, com o início efetivo do processo de colonização das novas terras, a Coroa Portuguesa começa a dar um ritmo ao movimento de colonização; com objetivos claros e expressos de explorar e lucrar com as novas posses, o rei de Portugal D. João III afirma, então, que o único objetivo da estada portuguesa nas novas terras seria a conversão dos gentios a fé católica - o que representava a religião neste contexto?

A colonização das almas indígenas não se deu apenas porque o nativo era potencial para a força de trabalho a ser explorada, mas, também, porque os índios não tinham “conhecimento algum do seu criador, nem de coisas do céu”. Isso foi fundamental para dar uma característica de missão à presença de homens da Igreja na América Portuguesa. (DEL PRIORE, 2001, p. 40)

Dentro desse contexto, como já mencionamos, os padres jesuítas vão se destacar no desenvolvimento de suas ações. São nessas ações realizadas pelos padres jesuítas que aparecem sinais da força do Padroado que vigorava no Período Colonial e no Império, nele o Estado detinha o controle da Igreja; assim, o rei [e depois o imperador] eram virtualmente o chefe da Igreja, assim como os religiosos influíam, também, nas decisões tomadas pelo rei / imperador. A grande questão que se discute sobre a ação da Igreja do Brasil no período colonial era sua identidade como uma instituição, não se pode deixar de considerar que a Igreja como uma instituição religiosa era um organismo pertencente a um projeto maior, de conquista de uma nova terra, que naquele momento tinha que dar retorno dos investimentos destinados pela Coroa Portuguesa. A evangelização era um discurso, um discurso universalista como explica Hoornaert (1979), um discurso

que desconhecia fronteiras, uma vez que a evangelização foi utilizada como um elemento de convencimento, era o instrumento ideológico para persuadir, tinha reflexos, necessidades, objetivos e era doutrinário. Santos e Santas, a Virgem, o Divino, a Cruz constituíram-se em fontes de inspiração perene e configuram motivos relevantes para os locativos;

a vida coletiva e os passatempos giram em torno á Igreja. Todas as reuniões de interesse público realizam-se igualmente nas igrejas, onde as juntas populares se reúnem, ora para se manifestarem ao governador, ora para que seja vagamente inquirido o pensamento do povo (...) Como em plena Idade Média, a igreja se convence de que é realmente o núcleo central das povoações (Latif, 1940, págs. 145 e 147).

A beleza e suntuosidade dos templos católicos impressionavam e, certamente, enquanto instrumento ideológico de persuasão, facilitava o discurso universalista e doutrinário da Igreja.

De 1730 a 1760, a produção aurífera atinge seu apogeu. Sabe-se que entre 1735 e 1751 o quinto do ouro chegou a 34.275 quilos, o que leva à soma de 2.142 quilos recolhidos por ano pela Coroa. Essa é uma fase gloriosa assinalada por suas sofisticadas construções e festas barrocas. A mais famosa delas foi o Triunfo Eucarístico procissão que trasladou o Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, por ocasião de sua inauguração. A riqueza e a pompa do cortejo revelaram o fausto da vida social da época. (CAVALCANTE, 2002)

O conjunto arquitetônico colonial/barroco significativo nos levou a definir o grupo de cidades que designamos Cidades Históricas de Minas Gerais, cujas nomeações/renomeações, como já expusemos, constituíram-se objeto de nossas análises. As Cidades Históricas de Minas Gerais conservam em seus magníficos

conjuntos urbanos a arquitetura religiosa Barroca Colonial, assim como expressivos expoentes arquitetônicos do poder civil e um casario em geral uniforme, com belas obras de cantaria, além do arruamento em formato xadrez (quando o sítio arqueológico permitia) e o calçamento de ruas com pedras denominadas pé-de-moleque. Sylvio de Vasconcellos (1960) identifica etapas importantes da edificação religiosa nas minas as quais recortam uma temporalidade que enuncia a organização social urbana ali privilegiadamente manifesta. No início, face à pequena diferenciação social gerada pelo garimpo de aluvião foram construídas capelas dedicadas à invocação de santos, de um único altar em arquitetura de barro e madeira, de caráter 'romântico-barroco'. Em seguida, entre as décadas de 1710-50, caracterizou-se pela estabilização do povoado/vila, com a definição das classes sociais sob a hegemonia da burguesia comercial em formação, enunciando, assim, uma união em torno da construção das igrejas matrizes dedicadas à invocação do Santíssimo Sacramento, muitas vezes mediada pelo culto da Virgem Maria e abrigando santos nos altares laterais. Assim, ao discutir a questão da apropriação da terra urbana nas regiões auríferas mineiras, conclui-se pela centralidade da organização comunitária em torno da Igreja [como evidencia as fotos que acompanham as narrativas de origem das cidades], garantindo de um lado a institucionalização parcialmente negada e de outro, a sobrevivência econômica da comunidade organizada e da própria capela/igreja local. Nesse momento é relevante a ação das irmandades leigas, às quais todos os colonos estavam associados; a competição furiosa encetada pelas irmandades para construir o templo mais belo foi decisiva para configurar o surto construtor de igrejas em Minas e suas formas singulares de arte e arquitetura, constituindo-se, sem dúvida, na grande contribuição original do Brasil para a cultura ocidental da época. A arquitetura ganha consistência com a implantação do barroco, que no Brasil está claramente associado à Igreja Católica. Segundo Costa (1975), foi no Século XVII que a arte teve papel fundamental no catolicismo. Nessa época, o catolicismo perdia, na Europa, fiéis para outras religiões que estavam surgindo (conhecidas como protestantes). E a arte surgiu como um meio

para atrair as pessoas e trazê-las de volta para a religião. O barroco passou então a ser incentivado pelos líderes da Igreja. Com uma arquitetura cheia de curvas e ornamentos, os religiosos queriam ensinar a fé de maneira mais cativante. A forte presença do ouro nas obras enunciava, assim, o luxo, a riqueza e o poder do catolicismo. No Brasil, o Ciclo do Ouro, no Século XVIII, além de facilitar o enriquecimento de muitos, favoreceu também o surgimento do barroco que se definiu como sendo o principal movimento artístico do país, desenvolvido, principalmente, em cidades mineradoras mineiras.

O cenário de exploração dos metais nobres/pedras preciosas durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais, como já dissemos, se apresenta como a possibilidade de fácil enriquecimento o que, conseqüentemente, possibilitou a relação de povos múltiplos. Nesse contexto, a ação do português colonizador, associada às crenças nativas e mais adiante aos costumes africanos, transformou-se num verdadeiro patrimônio cultural, diversificado, plural e ao mesmo tempo singular; a presença dos índios está fortemente marcada em designações como Arraial de Congonhas do Campo / Cidade de Congonhas, em que **Congonhas [Nctupi** = o que sustenta, o que alimenta] enuncia a presença do índio, assim como sua relação com o descobridor [o português colonizador] e com o missionário jesuíta. A presença do português está fortemente marcada em designações como Vila do Príncipe do Serro Frio em que o **SAdv Serro Frio** enuncia a região de **Serra da Estrela** em Portugal e em Arraial de Prados em que o **SAdj Prados** enuncia o sobrenome português dos irmãos bandeirantes, Manoel e Félix Mendes do Prado. Todavia, apesar do cenário de colonização se apresentar como a relação de povos múltiplos, não há, no processo designativo analisado, nenhuma nomeação/renomeação que identifique o escravo africano; há, em todo o *corpus*, uma única referência: 'em Diamantina teria vivido a legendária **escrava Xica da Silva** sob a proteção de João Fernandes, um dos mais famosos contratadores da Coroa Portuguesa' [em As narrativas de origem da cidade contam... / cidade de Diamantina]. É inegável que, silenciar-se sobre a

presença do negro como um partícipe atuante da sociedade mineira durante o período do Ciclo do Ouro, ou focalizá-lo como folclórico e exótico [a legendária escrava Xica da Silva], enuncia a sedimentação da exclusão social desse contingente significativo da população brasileira. Constatar a prática do silenciamento da presença étnico-cultural do negro é, pois, enunciar procedimentos recorrentes na Europa, trazidos para a colônia: a desumanização dos povos africanos e a desmoralização de suas autoridades e formas de poder, costumes e tradições - atos que favoreceram a construção de imagens em torno do primitivismo e isolamento de seus grupos culturais. “A escravidão foi a forma dominante de organização do trabalho no surgimento da sociedade mineira“. (BARBOSA, 1972). Importante, porém, observar como o nome da escrava, Xica da Silva, marca formas comuns de nomear no Brasil, onde o nome Francisco(a) é quase sempre substituído por Chico(a) e Silva tornou-se um sobrenome que enuncia as categorias populares.

A unidade do nome do povoado, no entanto, não é construída pela enunciação que o nomeia, mas por outras enunciações que estão contidas nas enunciações que os designaram; como é o caso da Cidade de Tiradentes que renomeia [com a implantação da República, por decreto, em 6 de dezembro de 1889,] a Cidade de São José del Rey; o nome geopolítico ‘Tiradentes’, enquanto aposto especificador, enuncia ‘o mártir da inconfidência’, assim como del Rey, enquanto aposto especificador, enuncia Dom José, futuro Rei de Portugal ...

TIRADENTES (Joaquim José da Silva Xavier - 1746-1792), é considerado o grande mártir da independência do nosso país. (..) Tiradentes não fez estudos das primeiras letras de modo regular, foi mascate, pesquisou minerais, foi médico prático. Tornou-se também conhecido, na sua época, na então capitania, pela habilidade com que arrancava e colocava novos dentes feitos por ele mesmo, com grande arte (..) Houve então em Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, uma conspiração com o fim de libertar o Brasil do jugo português e proclamar a República (Tiradentes: os caminhos do ouro. Brasília: Imprensa Nacional, 1992)

O Ngeo ‘Tiradentes’ enuncia, portanto: o Arraial da Ponta do Morro renomeado Cidade de Tiradentes em 1889; o cidadão, homem sem muitos recursos, sem estudos regulares, hábil em tirar dentes; o conflito colônia / metrópole que possibilitou a queda da Monarquia e a implantação da República; o rei [na pessoa de Dom José] figura humanizada da Monarquia, o homem comum [na pessoa de Joaquim José da Silva Xavier] figura humanizada da República. Assim, ao ser nomeada em 1889, a Cidade de Tiradentes enuncia uma nova forma de governo, a República, que se constituiria na revolta da colônia às condições impostas pela Coroa Portuguesa

O rei estabeleceu as razões do projeto colonizador de Portugal: Em primeiro lugar “o serviço de Deus e exalçamento de nossa santa fé”, em segundo, “o serviço meu e proveito de meus reinos e senhorios”. Por ultimo, “o enobrecimento das capitâneas e povoações das terras do Brasil, e proveito dos naturais delas” (HOORNAERT, 1979, p. 165)

Ainda em relação aos conflitos oriundos da disputa pelo poder econômico/político durante a ocupação / exploração / formação do Estado Nacional é importante que observemos mais detalhadamente o processo designativo da Cidade de Ouro Preto. Marcamos em **4.1.5.a** e **4.1.5.c** uma diferença em relação às demais nomeações/renomeações das cidades analisadas, uma vez que em **4.1.5.a** não encontramos dados que especifiquem o **Ng** e em **4.1.5.c**, no **Ng**, o **Nc** [cidade] está determinado pelo **Sadj** [Imperial]. Ouro Preto, diferentemente das demais cidades analisadas já inicia sua condição urbana como uma ‘vila’.

Após o conflito [Guerra dos Emboabas], incrementa a vida da localidade o desenvolvimento de incipientes arraiais mineradores: Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, Taquaral, Sant' Ana, São João, Ouro Preto, Piedade, Ouro Preto e Caquende. A cada dia os pequenos arraiais ganham novas edificações, e o comércio surge com certa intensidade, dando configuração urbana à primitiva região mineradora. O visível crescimento desses

arraiais leva o governador da capitania Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a criar, em 1711, Vila Rica do Ouro Preto. (Fonte: Biblioteca IBGE – História dos Municípios Brasileiros <http://www.sssociologia.com/node/1>- acesso em 05/07/09)

Na designação Vila Rica do Ouro Preto enunciações que recortam como memorável as primeiras descobertas do metal precioso [Ouro Preto], assim como a riqueza abundante nos arraiais mineradores [Vila Rica]; na designação Imperial Cidade de Ouro Preto, o **Sadj Imperial** enuncia e recorta como memorável a região de diversos arraiais e conflitos [como a Guerra dos Emboabas, A Derrama, A Inconfidência Mineira] que se define como palco de acordos políticos significativos ao processo de formação do Estado Nacional. Em 1763, já se vislumbra a decadência do ouro e o iminente colapso econômico. As dificuldades de se extrair mais ouro levam o governo português a criar novos impostos, sem se preocupar em dinamizar a economia colonial. Alguns anos depois, o novo governador de Vila Rica, Visconde de Barbacena, lança a derrama, imposto compulsório sobre os rendimentos atrasados do quinto do ouro. A ideologia iluminista infiltrada na sociedade mineradora fazem nascer no seio de Vila Rica a consciência revolucionária. As camadas mais abastadas — comerciantes, intelectuais e militares — conspiram e tramam a conjuração mineira - Inconfidência Mineira - em favor do ideal libertário, visando à separação da colônia de Portugal e à proclamação da independência. Em 1823, após a independência do Brasil, Vila Rica recebeu o título de Imperial Cidade, conferido por D. Pedro I do Brasil, tornando-se oficialmente capital da então província das Minas Gerais e passando a ser designada como Imperial Cidade de Ouro Preto.<sup>16</sup> A análise das nomeações / renomeações das cidades que surgiram no

---

<sup>16</sup> Dados História Factual obtidos: Fonte: Biblioteca IBGE – História dos Municípios Brasileiros <http://www.sssociologia.com/node/1> - acesso em 05/07/09

Ciclo do Ouro em Minas Gerais enunciam, portanto, que diferentes designações reescreveram o mesmo povoado. Designar um arraial / vila / distrito / cidade durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais é, pois, fazer significar uma determinada região do memorável no acontecimento, há um funcionamento da memória discursiva que faz retomar o já dito em outro lugar; assim as designações têm com o real uma relação instável em que os sentidos são determinados pelas condições de sua produção, no interdiscurso que cruza diversas posições ocupadas pelo sujeito. Os **Ngeos** que, hoje, designam as Cidades Históricas de Minas Gerais retomam as enunciações que nomearam / renomearam essas regiões e, a partir dessas, inclui as enunciações que enunciam a história de ocupação / exploração e formação do Estado Nacional.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

ÁVILA, Affonso. Resíduos seiscentistas em Minas : textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v2

\_\_\_\_\_. et al. Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação. São Paulo: Cia. Ed. Nacional / Fundação Roberto Marinho / Fundação João Pinheiro, 1980.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1971.

\_\_\_\_\_. Negros e Quilombos em Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1972

BORBA, F. da S. Introdução aos estudos lingüísticos. São Paulo: Cultrix, 1984.

BOSCHI, Caio C. (Coord.). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3v. (Coleção mineiriana. Série obras de referência)

BOSREDON, Bernard. Modos de ver, modos de dizer – Titulação da pintura e discursividade *in* Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Campinas, nº 5, março, 1999.

BOXER, Charles - A idade de ouro do Brasil. São Paulo: Nacional, 1969.

BRÉAL, Michel. Ensaio de Semântica. São Paulo: EDUC, 1992.

BUENO, Francisco da Silveira.. Grande dicionário etimológico - prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1968

CARVALHO, Daniel de. A Formação Histórica das Minas Gerais. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

CARVALHO, Manuel Chaves. Igrejas e Ermidas de Santa Maria, em Verso. Vila do Porto (Açores): Câmara Municipal de Vila do Porto, 2001.

CATOLICISMO, Revista de Cultura e Atualidades. Edição J2out. Editora Pe. Belchior de Pontes Ltda, 1994

CAVALCANTE, Berenice. A face barroca do século XVIII: etiqueta, estética e poder. In: CAVALCANTE, B. et ali. Modernas tradições: percursos da cultura ocidental, séculos XV-XVII. Rio de Janeiro: Access, 2002.

CIDADES HISTÓRICAS do sudeste. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 14, out. 2000.

COSTA, F. C. V. Designação e Referência: Uma Análise Enunciativa no Censo Demográfico 2000. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística. Área de Concentração: Semântica) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas

COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

\_\_\_\_. Toponímia de Minas Gerais; com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. Belo Horizonte: BDMG, 1997.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuíta no Brasil, in: Arquitetura religiosa. São Paulo: MEC/IPHAN/FAU-USP, 1975.

CUNHA MATOS, Raimundo José. Corografia Histórica de Minas Gerais. In: Publicações do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1837.

Cunha, Antônio Geraldo da. Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi. Brasília. Editora UNB, 1934.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização. Rio de Janeiro, Ediouro, 2001

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxonomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. Separata de Língua e Literatura. n° IV: 373-380, 1975.

\_\_\_\_\_. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos. São Paulo. Tese de doutoramento, USP/ FFLCH. 1980.

\_\_\_\_\_. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico: um estudo de caso. SP, Acta Semiótica et Lingüística, SBPL, vol. 6, 1996.

\_\_\_\_\_. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos. São Paulo. 3. Ed. FFLCH, 1996a.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. Revista Philologus. Rio de Janeiro, v. 10, 1998.

DUCROT, O. Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer). São Paulo, Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. Les Échelles Argumentatives, Paris, Minuit. As Escalas Argumentativas. Provar e Dizer, São Paulo: Global, 1981.

\_\_\_\_\_.1990 Referente. Enciclopédia Einaudi, vol. 2 linguagem/enunciação. Imprensa Nacional - Cada da Moeda, 1984

FERRAND, M. Paul. O Ouro em Minas Gerais. tradução, Julio Castanon Guimarães ; notas, João Henrique Grossi Sad, Friedrich E. Renger ; estudos críticos João Henrique Grossi Sad et al. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de estudos Históricos e culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

FREGE, G. Lógica e Filosofia da Linguagem. Sel., intr., trad. e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1978.

GREGÓRIO, Irmão José. Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições; usos e costumes; fauna e flora; língua; raízes, toponímia; vocabulário. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980. v.3.

GUIMARÃES, Eduardo. Terra de Vera Cruz, Brasil. Rio de Janeiro: Cultura Vozes – 4, 1992.

- \_\_\_\_\_. Independência e Morte. In: Orlandi, Eni Pulccinelli (org.) Discurso Fundador. Campinas: Pontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. Um Mapa e suas Ruas. DL/IEL/LABEORB – UNICAMP – Campinas, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sentido e Acontecimento. In: Revista Gragotá. Niterói. UFF, 2000.
- \_\_\_\_\_. Semântica do Acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. (2002-a) Texto e Argumentação. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1987.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 3ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004, p. 185.
- HOORNAERT, Eduardo. O padroado português. In: História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, tomo II, 1979.
- IBGE/DEE. Dicionário Toponímico, 1945 e 1954.
- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997. 230 p.
- LATIF, M.M.B. As Minas Gerais. RJ, Editora S.A. A Noite. 1940.
- LIMA JR, A. de. As Capitanias das Minas Gerais. Lisboa: Tipografia Americana, 1940.
- LINHARES, M. Y. (org.) História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Ed.Campus. 1990.
- LOPES, Edward – Fundamentos da Lingüística Contemporânea – São Paulo–SP: Cultrix, 1995.
- LYONS, John. Semântica. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- MARAVALL, J. A. A cultura do barroco, São Paulo, EDUSP, 1997.
- MARX, Murillo. Arraiais Mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos. Barroco, vol. 15 .Belo Horizonte,1990-1992.

MELLO, José Soares de. Emboabas. São Paulo: Governo do estado de São Paulo, 1942

MELLO, Suzy de. Barroco Mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORLANDI, E P. Terra à vista. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. ORLANDI, Eni. As formas do silêncio. Campinas: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e polissemia – a fluidez nos limites do simbólico. **In:** RUA. Campinas: Unicamp, 1998, p. 10-19.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli, Eduardo GUIMARÃES, e Fernando TARALLO. Vozes e Contrastes: Discurso na Cidade e no Campo. São Paulo: Cortez, 1989.

ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E.. “Unidade e Dispersão: Uma Questão do Texto e do Sujeito”. **IN:** ORLANDI, E. Discurso e Leitura. 4ª ed. Campinas: Cortez Editora, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. Les Vérités de la Palice : Linguistique, sémantique, philosophie **In :** L’inquiétude du Discours. Textes de Michel Pêcheux Éditions des Cendres, 1990.

\_\_\_\_\_. Sur la (dé) construction des théories linguistiques. DRLAV, nº 27, 1982, p.1-24. Trad. brasileira de Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. Sobre a (dês)construção das teorias linguísticas. Língua e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1999. Edição Original: 1882.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso - AAD-69. Vol. 1, em Por uma análise automática do Discurso : Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux, por F e HAK, T. GADET, tradução: Bethania MARIANI. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

PÊCHEUX, M. & C. FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. & C. FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PELÚCIO, M. F. O Império Teocrático. In: O Embu na História de São Paulo. 2ª edição. Sob o Patrocínio da Prefeitura Municipal de Embu, 1964.

PINTO, Wellington de Almeida. Minas, dicionário estatístico, geográfico e histórico de Minas Gerais, 3.ed. Belo Horizonte: Edições Brasileiras, 1983.

PORTUGAL - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume V, pág. 122.

RANCIÈRE, J. Os Nomes da História. Campinas, Pontes/ Educ, 1994.

RUSSELL, Bertrand. Ensaios Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

RUSSELL, B. *Meu Pensamento Filosófico*. Trad. de B. Silveira. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.

\_\_\_\_\_. Lógica e conhecimento. Trad. de Fábio Rubén Mariconda. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. As festas promovidas pelo Senado da Câmara em Vila Rica (1711-1744). Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Dissertação de mestrado).

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1979 – 9ª edição.

Searle, J. Os actos de fala. Trad. de Carlos Vogt (et al.). Coimbra : Almedina, 1981

\_\_\_\_\_. Proper Names. Em: Martinich, A. (Org.), *The Philosophy of Language*. (Original publicado em 1958). Oxford : Oxford University Press, 1996.

SEPP, Antônio. [1693] Trabalhos Apostol6gicos. In: Viagem 6s Miss6es Jesu6ticas e Trabalhos Apostol6gicos. Trad. A Raymundo Scheneider. Belo Horizonte: Itatiaia; S6o Paulo: Ed. da Universidade de S6o Paulo, 1980.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas; Dicion6rio de Top6nimos Brasileiros de Origem Tupi; Ed. Traço, 1985.

Tiradentes: os caminhos do ouro. Bras6lia: Imprensa Nacional, 1992.

VASCONCELOS, Diogo de. Hist6ria Antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, S. Origem e fundaço do Sabar6. Rev. Inst. Hist. Geogr. Minas Gerais, vol. 2: 1946. P6g.178-188.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura, Dois Estudos. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro (Cadernos do Rio Grande), 1960.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os cl6rigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do s6culo XVIII. S6o Paulo: Companhia das Letras, 1997